



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

**A GEOPOLÍTICA NA POLÍTICA EXTERNA DOS DOIS
PERÍODOS DO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2010): O
BRASIL RUMO À POTÊNCIA MÉDIA?**

CAIO CURSINI

Brasília
2018

CAIO CURSINI

**A GEOPOLÍTICA NA POLÍTICA EXTERNA DOS DOIS
PERÍODOS DO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2010): O
BRASIL RUMO À POTÊNCIA MÉDIA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Glória Maria Vargas López de Mesa

Linha de Pesquisa: Gestão Ambiental e Territorial.

Brasília
2018



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS –
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

CAIO CURSINI

A GEOPOLÍTICA NA POLÍTICA EXTERNA DOS DOIS PERÍODOS DO GOVERNO LULA DA SILVA (2003-2010): O BRASIL RUMO À POTÊNCIA MÉDIA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Glória Maria Vargas López de Mesa

Banca Examinadora:

Professora Dra. Glória Maria Vargas López de Mesa, professora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (Orientadora)

Professor Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos, professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (Examinador Interno)

Professor Dr. Wanderley Messias da Costa, professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Examinador Externo)

Professor Dr. Fernando de Araújo Sobrinho, professor do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (Suplente)

Brasília, 29 de Março de 2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

primeiramente aos meus pais pelo suporte.

a Vanessa, Allan e Wesley pela amizade e companhia ao longo da vida e durante estes dois anos de pesquisa.

a Solène, Carol e Victória que me fizeram ver as cores da capital. Sem vocês minha estadia em Brasília não tomaria a importância que hoje atribuo a ela.

ao Fernando e Marcelo pelo companheirismo e amizade.

a minha orientadora Gloria Maria Vargas pela honestidade e atenção ao longo destes dois anos

ao professor Marcos Kazuo Matushima que desde a graduação me motivou e acompanhou meu percurso acadêmico.

aos alunos da graduação da geografia que tornaram a UNB minha casa.

aos frequentadores do Centro Acadêmico de Geografia (CAGEA) sem os quais a minha vida acadêmica teria sido muito difícil.

aos professores e funcionários que constroem a Universidade de Brasília diariamente.

RESUMO

O pensamento geopolítico não se distancia da política externa, dos eventos políticos e da organização territorial de um Estado. Esta pesquisa vislumbrou compreender a existência do objetivo do governo Lula da Silva (2003-2010) em elevar o Brasil ao status de potência média no cenário internacional. Buscamos responder à hipótese de que a política externa em Lula da Silva foi sustentada por um pensamento geopolítico que se evidencia a partir da análise das estratégias internacionais deste governo. Verificamos a interseção do pensamento geopolítico, a política externa e a geografia, demonstrando que estas áreas são indissociáveis no funcionamento do Estado. A análise da política externa do governo do Partido dos Trabalhadores nos impingiu a um recuo temporal que nos levou à análise da recorrência das estratégias de inserção internacional, identificando similitudes entre a postura externa brasileira durante os governos militares e aquela adotada por Lula da Silva. Assim, a partir da análise das estratégias de inserção internacional de Ernesto Geisel (1974-1979) elaboramos a relação entre a política externa e a geopolítica sustentada pelo horizonte histórico que, ao mesmo tempo em que apresenta o antagonismo de um governo militar e um governo popular democrático, demonstra uma visão geopolítica similar entre estes dois governos que indica a permanência da geopolítica nos mecanismos do Estado. Ainda, a análise do Brasil como uma potência média em Lula da Silva leva-nos a um levantamento documental histórico pouco explorado e bastante proveitoso na substantivação da geopolítica como indispensável à política externa, a utilização de documentos do Ministério das Relações Exteriores e no acervo da Escola Superior de Guerra evidencia a existência de conexões entre os atores políticos e do pensamento geopolítico aplicado na condução do Estado. A partir do objetivo de elevar o Brasil a um grau de potência média no cenário internacional, revelam-se similaridades históricas que apontam que a geografia e a geopolítica não estão de forma alguma extintas do pensamento político externo e do poder do Estado, pelo contrário são conhecimentos indispensáveis a qualquer estadista que compreenda a simbiose entre o Estado e o poder.

Palavras-Chave: Geopolítica; Potência média; Geografia; Política Externa; Poder; Lula da Silva;

ABSTRACT

Geopolitical thought does not distance itself from foreign policy, political events, and the territorial organization of a state. This research aims to understand the existence of the objective of the Lula da Silva government (2003-2010) in raising Brazil to the status of average power in the international scenario. We seek to answer the hypothesis that the foreign policy in Lula da Silva was sustained by a geopolitical thought that is evident from the analysis of the international strategies of this government. We verified the intersection of geopolitical thinking, foreign policy and geography, demonstrating that these areas are inseparable in the functioning of the State. The analysis of the foreign policy of the Partido dos Trabalhadores government led us to analyze the recurrence of the strategies of international insertion, identifying similarities between the Brazilian external posture during the military governments and that adopted by Lula da Silva. Thus, from the analysis of the international insertion strategies of Ernesto Geisel (1974-1979) we elaborate the relation between the foreign policy and the geopolitics sustained by the historical horizon that, at the same time that presents the antagonism of a military government and a democratic popular government, demonstrates a similar geopolitical vision between these two governments that indicates the permanence of the geopolitics in the mechanisms of the State. Still, the analysis of Brazil as a middle power in Lula da Silva led us to a historical documentary survey that has not been explored and is very useful in the substantiation of geopolitics as indispensable for foreign policy, the use of documents of the Ministry of Foreign Affairs and in the Superior School of War evidences the existence of connections between the political actors and of the geopolitical thought applied in the conduction of the State. From the objective of raising Brazil to a medium power level in the international scenario, historical similarities reveal that geography and geopolitics are not in any way extinguished by external political thought and the power of the State, instead that knowledge is essential to any statesman who understands the symbiosis between the state and power.

Keywords: Geopolitics; Middle Power; Geography; Foreign Policy; Power; Lula da Silva;

LISTA DE ABREVIATURAS

- ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China
- CAN – Comunidade Andina
- CASA – Comunidade Sul-Americana
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- COSIPLAN – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
- CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- ENGESA – Engenheiros Especializados S/A
- ESG – Escola Superior de Guerra
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
- FOCEM – Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
- GEPLACEA – Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar
- IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
- IIRSA – Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana
- IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil
- ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
- MRE – Ministério das Relações Exteriores
- NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
- ONA – Objetivos Nacionais Atuais
- ONP – Objetivos Nacionais Permanentes

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PEI – Política Externa Independente

PT – Partido dos Trabalhadores

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TE – Trabalho Especial

TEC – Tarifa Externa Comum

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

ZOOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1– Geopolítica e o Poder	25
1.1 A Geopolítica Brasileira	25
1.2 A Questão do Poder na Geopolítica Clássica Brasileira	40
1.3 Geopolítica, Política Externa e Relações Internacionais: Encontros e desencontros.....	47
1.4 O Estado Logístico e o Desenvolvimentismo	54
Capítulo 2- A ideia de potência média e a Geopolítica.....	62
2.1 Considerações gerais teóricas sobre a ideia de potência média.....	62
2.2 O Pragmatismo Responsável e Geopolítica.....	73
2.3 O Brasil potência média em Ernesto Beckmann Geisel e a Sua Visão Geopolítica	90
Capítulo 3– A potência média no Contexto do Governo Lula da Silva.....	107
3.1A Visão Geopolítica na Política Externa em Lula da Silva	107
3.2 Brasil, uma potência média?	125
Considerações Finais	138
Referências	141
Lista de Anexos	

SUMÁRIO DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Esquematisações

Esquema 1-Trajeto Metodológico.	23
Esquema 2-Geopolítica e Política Externa.	92
Esquema 3-Geopolítica e Política Externa 2.	106
Esquema 4- Geopolítica e Liderança Regional.	113

Lista de Figuras

Mapa 1-Estratégia de Integração da Bolívia ao Brasil.	33
Mapa 2-Manobra de Integração do Território Nacional.....	36
Mapa 3-Circulação Mundial.....	37
Mapa 4-Centros de Poder Sul-Americanos.	38
Mapa 5- Visão Argentina dos Objetivos Geopolíticos Brasileiros.	84
Mapa 6-Teoria da Defrontação.....	96
Mapa 7-IIRSA-Agenda de Implementación Consensuada.....	110
Mapa 8 -Grandes Linhas Essenciais do Comércio do Brasil.....	119
Mapa 9-Apoio Brasileiro pela Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.	137

Lista de Tabelas

Tabela 1-Objetivos Nacionais Atuais de 1974 a 1979 confrontados com documentos do MRE.	87
Tabela 2-Política Externa de Lula da Silva para a América do Sul (2003-2010).	117
Tabela 3-Aproximação Brasil-América Central.....	120
Tabela 4- Projetos do Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) (2007-2010).	131
Tabela 5-Quadro da Política Externa em Lula da Silva e em Ernesto Geisel	136

Introdução

À geopolítica brasileira, acantonada e estigmatizada, coube o posto restrito das elucubrações acadêmicas e das escolas militares durante décadas, cerceada, portanto, das conexões evidentes com a política externa. Por conseguinte, nos colocamos duas questões—poderia a geopolítica ter sido esquecida pelos formuladores da política externa por preconceitos teóricos ou, então, a geopolítica teria sido eufemizada por motivos estratégicos?

As relações internacionais¹ sempre analisaram os Estados como os agentes responsáveis pela organização da ordem global. O território, na maioria das vezes, foi considerado por esta disciplina, como espaço de litígio, um trunfo ou obstáculo a depender da contenda em questão. O poder, como uma categoria de análise indispensável aos objetivos do Estado.

Deste modo, este trabalho se faz importante à geografia, não somente por realizar uma abordagem política relevante para se compreender a organização do território brasileiro, mas também, para aproximarmos a geopolítica, a história e as relações internacionais, do campo geográfico. A análise histórico-dedutiva, que se realizará, é uma tentativa de se buscar evidências históricas materiais, que nos indiquem a atualidade da geopolítica e sua consequente importância na política externa brasileira.

O que buscamos nesta pesquisa foi, através de uma análise rigorosa, compreender a presença da geopolítica na política externa dos dois Governos de Luiz Inácio Lula da Silva, respectivamente, 2003 a 2006 e 2007 a 2010. A análise foi realizada, procurando responder à hipótese de que a política externa brasileira foi alicerçada, durante os oito anos deste governo (2003-2010), com o objetivo de fornecer as bases necessárias para que fosse possível vislumbrar o status de potência média ao país, no cenário internacional.

Sobre potência média é importante que destaquemos a existência de duas vertentes que conceituam este tema, a da teoria das relações internacionais e a geopolítica. A potência média sob a ótica geopolítica aponta que a partir de considerações sobre os recursos, o território e a organização política um Estado-Nação que ocupa o status de

¹ -Por questões metodológicas, neste trabalho de pesquisa, as relações internacionais serão tratadas no âmbito acadêmico, ou seja, trataremos como a disciplina acadêmica de relações internacionais.

potência média seria aquele capaz de garantir a sua segurança interna (Silva, 1981a), assim como de assumir uma postura proeminente no cenário regional (Mello, 1996), tomando, por consequência, uma postura autônoma² no que tange à política externa. Já no âmbito internacionalista, uma potência média refere-se à um Estado capaz de influir e moldar as decisões internacionais, ainda que em conjunto com outros países, com maior ênfase que a geopolítica, as relações internacionais consideram o poder como uma consequência das decisões e estratégias externas, de modo que o território e o espaço geográfico de um Estado sejam tomados como categorias evidentes.

Do ponto de vista dos geopolíticos brasileiros, a associação da política à capacidade de organização e exploração dos recursos humanos e territoriais do Brasil, impulsionaria a um coeficiente de poder, que possibilitaria ao país atingir um grau de representatividade e potência no cenário externo. A mensuração desse poder seria evidenciada, principalmente pela equação criada por Cline (1977) e utilizada por autores como Mattos (1977), Mello (1996) e Silva (1981a), como veremos no capítulo um.

Ao que é possível verificar, a ideia de potência média, principalmente no campo geopolítico, sustenta uma lógica de organização territorial e estatal que estabelece um modelo de Estado. O que analisamos nesta pesquisa, é o fato de que a construção de um Estado de status de potência média no âmbito externo conecta a política externa brasileira a um ideário geopolítico que não foi constituído recentemente. Tornar um Estado uma potência média, pode ser entendido como elevar o país a uma capacidade de influência internacional, como apresenta Wood (1987), assim como garantir a capacidade do Estado afirmar a sua soberania nacional, como apresenta Mello (1996)

O que desenvolvemos nesta pesquisa é fruto de um esforço para a compreensão da relação entre política externa e geopolítica, partindo do pressuposto que a geopolítica está presente na concepção e elaboração da política externa brasileira. Juntamente a nossa hipótese inicial, trabalhamos com uma segunda suposição de que a política externa em Lula da Silva retomou um pensamento geopolítico clássico muito similar ao identificado na política externa de Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), utilizando este período como evidência histórica da relação entre geopolítica e política externa.

² - Segundo Vigevani (2011, p.43) “a condição que permite que os Estados formulem e implementem sua política externa independentemente do constrangimento imposto por Estados mais poderosos. Esse termo se insere em um continuum com dois tipos polares ideais: dependência total (ou alinhamento) e completa autonomia.”.

A construção destas duas hipóteses, principal e secundária, gesta-se a partir de uma compilação dos entendimentos de duas áreas correlatas- a geopolítica e as relações internacionais, de modo que a concepção de potência média proporciona-nos este campo de diálogo. As formulações teóricas sobre potência média, no âmbito do desenvolvimentismo, da política externa e da geopolítica são divergentes em alguns pontos como analisamos. Cervo (2008) já enxergava na política externa brasileira do século XIX uma visão de potência média. Deste modo, “a condição de potência média imprimiu à conduta externa traços ambíguos: de subserviência, durante a expansão da sociedade internacional europeia sob a égide do capitalismo na primeira metade do século XIX.” (Cervo, 2008, p.39). Esta postura de submissão aos Estados Unidos e busca por uma liderança regional na América do Sul permaneceria até o início da década de 1930, quando Getúlio Vargas (1930-1945) buscava implantar um modelo desenvolvimentista e industrial no país.

Segundo Cervo (2008), a busca brasileira em se tornar uma potência média estava associada a uma postura de liderança perante os países do terceiro mundo, o que seria mais bem retratado durante os governos militares, principalmente durante o governo de Ernesto Geisel na década de 1970. Este fato se daria, principalmente, por motivações políticas e econômicas que, durante este governo, impulsionaram o país a se afastar da dependência dos Estados Unidos e buscar uma autonomia internacional, pressionado pelo aumento do preço do petróleo.

A ideia de autonomia brasileira na política externa, embora tenha sido deixada de lado durante o governo de Castello Branco (1964-1967), não foi abandonado da concepção teórica dos militares³, já que segundo Vizontini (2008, p.39), “a ideia de construir uma potência média industrializada que remontava ao tenentismo, foi uma orientação do regime (militar)”. Este direcionamento da política externa para que fosse possível lograr um desenvolvimento nacional condizente com uma potência média, estava conectado ao fato de que “o Brasil parecia estar interessado em dar provas de estabilidade para recuperar a confiança do capital estrangeiro.” (Vizontini, 2008, p.43).

³ -Deve-se ressaltar que o fracasso da política em Castello Branco de alinhamento automático aos Estados Unidos enfraqueceu os liberais que faziam parte do bloco de poder durante o regime militar (Cervo, 2008).

Para Cervo e Bueno (2006), a condução do Brasil a um determinado grau de potência sempre foi um objetivo da política externa brasileira. Este mesmo autor analisa que

essa mesma ideia de potência média, que induz a um comportamento “autônomo”. Essa é a chave ideológica para que um país médio, no campo da hegemonia de uma superpotência, se torne pressuposto das ações que marcariam a sua participação diferenciada no sistema internacional. Antes de ser “ponte”, de “mediar”, a política externa tem que se diferenciar. (Cervo e Bueno, 2006, p.462)

Esta diferenciação da postura externa, na qual a autonomia passa a ser a linha de direcionamento da política externa brasileira pode ser observado, principalmente durante os anos de política externa independente (PEI) (1961-1964), o durante o governo Ernesto Geisel (1974-1979) e nos oito anos de Governo Lula da Silva (2003-2010) (Leite, 2011; Vizontini, 2008; Cervo 2008).

Na análise do ex-ministro das relações exteriores, Celso Lafer⁴

o Brasil não é, como as grandes potências, um país que possui um excedente de recursos de poder, nem tem, como elas, enquanto objetivo estratégico, que recuperar, em novos termos, a capacidade de gestão hegemônica da ordem mundial [...] O Brasil é um país intermédio na presente estratificação internacional, e como os seus congêneres, possui alguns recursos de poder, contando no seu ativo diplomático com alguns recursos políticos e econômicos. Por isso mesmo, tem condições de, em conjunto com outros protagonistas do sistema interestatal, desempenhar um certo tipo de papel na vida internacional. (Lafer, 1984, p.142)

Na apreciação de Lafer (1984, p.143), as ações de potências intermediárias, como era o caso do Brasil, eram

- a) buscar evitar o conflito no sistema interestatal, contribuindo para a paz;
- b) ajudar a preencher o vazio e diminuir a lacuna entre países ricos e pobres;
- c) promover a cooperação internacional servindo de ponte entre culturas e civilizações.

Deste modo, ressaltamos que no âmbito das relações internacionais, o conceito de potência média está muito mais restrito às interações entre os Estados-Nacionais, que, por sua vez, estão inseridas num sistema global, no qual a disputa pelo poder está, primeiramente associada à estratégia nacional de inserção global e não diretamente a

⁴ -Ministro das Relações Exteriores durante o governo Collor de Melo em 1992 e nos dois últimos anos do mandato de Fernando Henrique Cardoso (2001-2002)

conceitos ligados à geografia e à geopolítica como, por exemplo, o território, a distribuição demográfica, a expansão dos sistemas de transportes, etc.

No âmbito da geopolítica, a ideia de potência que indicam Silva (1981), Mattos (1977), Travassos (1935) está vinculada à industrialização e desenvolvimento dos transportes como forma de integrar o território brasileiro, capacitando, deste modo, o território a receber e multiplicar os fluxos de capitais, pessoas e, se necessário, armamentos e tropas. Isto resultaria na projeção do poder nacional⁵ sobre o cenário internacional. Releva-se também, que embora autores como, Travassos (1935), Everardo Backheuser (1926), Lysias Rodrigues (1947), embora não tivessem citado o termo “potência média”, suas obras fundamentariam algumas diretrizes da política externa, direcionadas à assunção do país ao status de potência internacional.

Associando as visões geopolíticas àquelas das relações internacionais, uma potência média seria um Estado capaz de gerir a política interna e externa, de modo minimamente autônomo, no sentido de que a estratégia nacional, visando à consecução dos objetivos nacionais, não sofresse defasagens impulsionadas por agentes e atores (Estados, organizações multilaterais e multinacionais) concorrentes ao Estado. Esperar-se-ia, portanto, de um Estado-Nação, detentor do status de potência média, a capacidade de liderar, ainda que regionalmente, um grupo de nações, mediar conflitos de interesses e elaborar e executar estratégias econômicas a partir da iniciativa do Estado.

Estas condições só poderiam ser alcançadas, segundo geopolíticos e diplomatas, a partir da consolidação industrial brasileira. Deste modo, a assunção do paradigma desenvolvimentista daria à política externa brasileira as ferramentas para operar em favor da industrialização do país. (Cervo, 2003, 2008; Moura, 1980). Podemos, portanto, notar que o fator industrial levou o diplomata e ministro das Relações Exteriores Brasileiras entre os anos de 1963-1964, João Augusto de Araújo Castro (apud, Sardenberg, 2013), assinalar que o Brasil no início da década de 1930 figurava como uma pequena potência e que já no final da década de 1950 fazia-se notar como uma potência média. A concepção do diplomata João Augusto de Araújo de Castro, de que o Brasil atingira um grau de potência média está ligada ao fator da industrialização

⁵ -Segundo Mattos (1977, p.42), “como poder nacional entendemos a soma de recursos materiais e valores psicológicos de que dispõe uma nação, tendo em vista os objetivos a que pretende alcançar.”.

do país, que embora tenha se iniciado de maneira mais incisiva na década de 1930, foi consolidada durante o governo de Juscelino Kubistchek (1955-1960).

Portanto, o conceito de potência média pode também ser conectado a evolução da estrutura territorial, na medida em que a consolidação da indústria e desenvolvimento socioeconômico impactam nas políticas internas e externas do Estado. Após os quinze anos do Governo de Getúlio Vargas, a alteração da economia do país e a criação de novos polos territoriais atrativos ao capital, potencializaram a capacidade do Brasil liderar e influenciar o continente sul-americano.

Esta construção de potência média possui, por este motivo, sustentação a partir das políticas aplicadas ao território e ao coeficiente de poder que é, em consequência, multiplicado por um pensamento alicerçado em Estratégias Nacionais, visando à consecução dos objetivos temporários e permanentes do Estado⁶.

Embora os governos militares tivessem como objetivo sustentar a industrialização nacional, o agravamento das relações entre Estados Unidos e União Soviética durante o início da década de 1960 provocaria um abalo no direcionamento da política externa brasileira. Segundo Vizontini (2004, p.37) “o projeto do governo, teórico e praticamente, induzia o Brasil a abdicar de sua aspiração ao status de potência, já que os interesses nacionais⁷ eram menos importantes que a unidade do hemisfério.”.

No entanto, com o arrefecimento das tensões internacionais, o Brasil aos poucos teria certo campo de autonomia para retomar sua busca para tornar-se uma potência internacional e reorganizar um Projeto Nacional (2004)⁸. É neste sentido que Vizontini afirma

(que) a política externa do período (militar), salvo o hiato de Castello Branco (1964-1967), apresenta-se como um instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico industrial e da construção do status de potência média, representando o ponto alto de uma estratégia iniciada com Vargas. (Vizontini, 2004, p.362)

⁶ -Segundo Silva (1981b), os objetivos nacionais são divididos em temporários e permanentes, de modo que aqueles primeiros visam à consecução de metas necessárias para se atingir os últimos, estes fazem parte de um planejamento Estatal alongo prazo, que deve ser seguido, independentemente de variações de lideranças políticas.

⁷ -Os interesses nacionais, a partir da leitura de autores da geopolítica clássica brasileira, podem ser entendidos como o conjunto de interesses dos vários grupos que compõem um Estado-Nação projetados e mediados pelo poder do Estado.

⁸ -Segundo Vizontini (2004, p.363), “a política externa do Regime Militar, num sentido mais amplo, encontrava-se associada à noção de Projeto Nacional.”.

A partir deste levantamento teórico sobre a fundamentação de potência média pretendemos esclarecer ao leitor a permanência de uma concepção militar que transcendeu ao fim do regime militar no Brasil. Além disso, em que pese o fato da geopolítica não ser explícita no delineamento político dos governos militares no Brasil, os geopolíticos tiveram um considerável papel em várias funções durante o período⁹, o que nos permite não somente avaliar a influência do pensamento geopolítico no cenário político, como nos induz ao fato de que a geopolítica tenha sido e ainda seja fundamental para a sustentação da política externa do país.

Aproximando-nos do nosso recorte temporal, percebemos que as diversas iniciativas e posturas tomadas durante o período de 2003 a 2010, permite-nos questionar sobre qual medida a política externa brasileira, durante Lula da Silva, possui um quadro político externo inovador em relação aos governos anteriores. Além disso, quais os elementos documentais e discursivos que nos indicam uma postura política, durante este governo, que vislumbrava se tornar uma potência média? E qual a importância da geopolítica na política externa brasileira nos dois governos de Lula da Silva?

Deste modo, o objetivo primeiro deste trabalho foi o de analisar a presença do conceito de potência média na política externa brasileira durante o governo Lula da Silva (2003-2010), unindo-se a este os outros dois objetivos secundários que consistiram em verificar a relação entre a geopolítica clássica brasileira e a política externa do país e compreender a instrumentalidade da noção de “potência média” na construção da política externa brasileira, em particular durante o governo Lula da Silva.

Para a compreensão desta pesquisa geográfica e geopolítica é sumariamente importante ressaltar que a política externa, diferentemente da política eleitoral e partidária, possui, muitas vezes, uma continuidade que transcende a alternância político-partidária. A presença destes resquícios históricos e paradigmáticos que fizeram parte da formação da política externa brasileira nos forneceu o apoio para elaborar um trabalho sobre a Geopolítica do Governo Lula da Silva (2003-2010). Nesta pesquisa, este período foi tratado de forma contínua, através dos oito anos em que este governo esteve

⁹ -Mendonça Júnior (2004) faz um levantamento sobre a participação de estudantes da Escola Superior de Guerra durante o governo militar. Também é possível verificar observar um levantamento de personalidades políticas diplomadas nos cursos da ESG na revista comemorativa desta instituição (Freire e Mello, 2014).

à frente da presidência, pois como afirmado, a política externa, diferentemente da sucessão política presidencial, está alicerçada muitas vezes, numa visão externa mais ou menos contínua, dado a conjuntura econômica internacional e a um projeto de política externa alheia a mudanças estratégicas bruscas.

Enxergar o Estado brasileiro, através da influência da geopolítica na política externa requer uma cuidadosa compreensão das condições globais, que permitiram ao governo brasileiro visualizar para o Brasil o papel de liderança perante os Estados Sul-Americanos durante os dois governos consecutivos de Luiz Inácio Lula da Silva. Neste período, que vai de 2003 a 2010, o constatável crescimento econômico brasileiro e a adoção de políticas públicas de distribuição de renda e inclusão social, juntamente a um discurso político de solidariedade internacional e combate à fome, indicavam que o Brasil iniciava o século XXI consolidando um novo paradigma da política externa do país, como veremos no capítulo um. O Estado Logístico, em que Cervo (2003) identificava o Brasil, unia certo grau de desenvolvimentismo à internacionalização da economia, associando isto ao desenvolvimento tecnológico, que passava a ser um dos principais pilares do desenvolvimento econômico para a atração de capitais externos.

A política externa brasileira, de maneira geral, delimitada pelo Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, apresentava uma visão, parcialmente divergente da que até então vinha sendo aplicada. Segundo a cartilha *programa de governo 2002 coligação Lula Presidente a*

política externa será um meio fundamental para que o governo implante um projeto de desenvolvimento nacional alternativo, procurando superar a vulnerabilidade do País diante da instabilidade dos mercados financeiros globais. Nos marcos de um comércio internacional que também vem sofrendo restrições em face do crescente protecionismo, a política externa será indispensável para garantir a presença soberana do Brasil no mundo. (Brasil, 2002, p.6)

Já ao vencer as eleições de 2002 e ao assumir a presidência, Lula da Silva passava a pregar um discurso muito consistente acerca da necessidade de se combater a fome e as relações desiguais entre os Estados, a fim de promover a segurança internacional e a paz mundial (Vilela e Neiva, 2011). No discurso em Davos, durante o XXXIII Fórum Econômico Mundial, afirmava Silva (2003, p.42), “é necessário admitir que, muitas vezes, a pobreza, a fome e a miséria são o caldo de cultura onde se desenvolvem o fanatismo e a intolerância.”. O combate à fome, associado ao

desenvolvimento econômico seriam os carros-chefes, ao menos no âmbito discursivo, do então presidente, que ao longo do seu mandato faria desta espécie de “solidariedade global”, um campo para a conquista de representatividade brasileira no cenário internacional.

Este discurso sustentava-se, também por uma política interna que enfatizava a necessidade do combate à fome, incremento da poupança interna e o desenvolvimento da capacidade tecnológica do país. Em sua posse presidencial em 2003, Lula da Silva, já afirmava a necessidade do país proporcionar uma pauta desenvolvimentista, com objetivos definidos.

O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista¹⁰. Significa, simplesmente adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realiza-los¹¹. (Silva, 2003, p.13)

Dentre estes objetivos internos, a diversificação dos parceiros externos (Vigevani e Cepaluni, 2007) e a solidariedade internacional eram mister para que o país superasse as dificuldades do desenvolvimento socioeconômico interno. Por conseguinte, arrefecer a influência dos Estados Unidos, sem criar constrangimentos com este país era sumariamente importante para liderança política do Brasil no âmbito internacional, dada a importância econômica e estratégica do país do hemisfério norte. Deste modo, a requerida cautela com as relações entre Brasil e Estados Unidos era, igualmente, associada a uma visão universalista de diversificação de parcerias comerciais. Este discurso era eficiente, na medida em que isentava o Brasil de assumir uma postura alinhada às posições estadunidenses, ao mesmo tempo em que fornecia argumentos que reforçassem a postura brasileira de integrante ativo do mundo capitalista.

Visamos não só explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes

¹⁰ - Grosso modo, o universalismo leva a concepção de variações de parceiros comerciais em oposição à prioridade econômica aos países da Europa e Estados Unidos. Segundo Lessa (1998, p.31), “sendo entendida como fator de ampliação da liberdade diplomática, a construção do universalismo, desde os seus primórdios, foi temperada por boa dose de pragmatismo, outro elemento característico da práxis diplomática brasileira e fundamental para a compreensão da Política Exterior do Brasil no século XX.”

¹¹ -Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a cerimônia de posse em 01 de Janeiro de 2003.

elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.¹²
(Silva, 2003, p.18)

Desta visão, observamos que um mundo multipolar era, na concepção da política externa brasileira, uma via na qual seria possível uma maior distribuição do poder internacional. Este também era um meio para que o Brasil pudesse pressionar os países desenvolvidos para o seu acesso a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)¹³.

Do ponto de vista regional, o Brasil passaria a ter suas relações aprofundadas com os países da América do Sul, buscando a integração do território brasileiro com os seus vizinhos e fortalecendo o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)¹⁴. O indispensável papel da América do Sul para objetivos da política externa brasileira fazia parte de uma visão realista¹⁵ do Ministério das Relações Exteriores e do próprio Presidente da República. A segurança nacional e a multiplicação do poder continental se consolidariam através de uma estratégia conjunta entre os Estados-Nações sul-americanos. Este caminho traçado serviria para a estabilidade da econômica e política regional que, por sua vez, eram necessárias para um maior poder de barganha sul-americano e brasileiro, perante a hegemonia dos países ricos do norte. Esta preocupação pode ser evidenciada durante a visita do então presidente argentino Eduardo Duhalde ao Brasil em Janeiro de 2003, na qual Lula da Silva afirmava que

¹² - Ibid.

¹³ - À diferença dos membros temporários eleitos a cada dois anos, os membros permanentes têm o direito de veto. “Com base nos Capítulos VI ou VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança pode decidir sobre medidas a serem adotadas em relação aos Estados cujas ações não se coadunem com as normas relativas à paz e à segurança internacionais. Dentre as decisões que podem ser tomadas ao amparo do Capítulo VII estão o embargo de armas, sanções abrangentes e mesmo a autorização de intervenção armada. Essas medidas são manifestações impositivas da autoridade do CSNU, pois dispensam o consentimento das partes em conflito.”. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/137-o-brasil-e-o-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas>>. Acessado em 01 de Jun. de 2017

¹⁴ - “Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes.”. Disponível em <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-omercosul>>. Acessado em 09 de Junho de 2017,

¹⁵ - Segundo Aron (2002, p.153) “o sistema internacional é o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral.”. Esta visão de Aron dialoga com a concepção realista que o ambiente global, composto por Estados-Nações com múltiplos interesses, organiza-se de forma anárquica, na qual a segurança global sustenta-se por uma relação de poder, ideologia e força. Juntamente a Aron, Morgenthau (2003) é também importante referência na teorização do realismo internacional, as relações entre os Estados Nacionais pautam-se, grosso modo, a partir da defesa egoísta dos interesses de cada Estado.

dar prioridade à América do Sul passa, necessariamente, por resgatar a vitalidade e o dinamismo do MERCOSUL [...] nestes tempos de incertezas, é necessário guardarmos perspectivas histórica para avaliar o muito que alcançamos. Essa perspectiva nos permite renovar o ânimo para enfrentar o muito que ainda resta fazer para avançar no processo de integração. (Silva, 2003, p. 32-33)¹⁶

A política externa brasileira, de modo a defender o interesse nacional, encontrava no continente sul-americano as condições para expandir o seu comércio e para desenvolver uma liderança regional, que tinha como suporte, a participação brasileira no desenvolvimento de infraestruturas sul-americanas (Costa, 2009). Relevante, portanto, eram o papel da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)¹⁷ e do Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)¹⁸. Ambos os mecanismos de integração regional serviriam, a partir de uma visão da política externa brasileira, não somente a integrar os países do continente, mas também fortaleceriam a liderança brasileira na América do Sul, na medida em que o Brasil imprimia seus interesses na região. Esta importância do continente é constatada nas palavras de Celso Amorim, então ministro das Relações Exteriores (2003-2010).¹⁹

nossa prioridade é indiscutivelmente a América do Sul. Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso em bem-estar. (Amorim, 2003, p. 77)

Ao mesmo tempo em que o Brasil procurava constituir uma plataforma continental economicamente forte e integrada, também visava inserir-se nas principais economias em desenvolvimento do mundo, através de dois espaços de diálogo, o BRIC²⁰, constituído pelo Brasil, Rússia, Índia e China e do fórum de diálogo Índia,

¹⁶ -Discurso de Lula durante a visita do presidente da Argentina Eduardo Duhalde em 14 de janeiro de 2003.

¹⁷ -A IIRSA é institucionalizada no ano de 2000, com o escopo de promover estratégias e planos para a consolidação de uma infraestrutura na América do Sul, visando a diminuição das disparidades econômicas e estruturais entre os países. No ano de 2009 é absorvida pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), que é um órgão de escopo semelhante vinculado a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

¹⁸ -O FOCEM, em operação desde 2007, tem como objetivo a elaboração de projetos de infraestrutura entre os países do MERCOSUL, o fundo constituiu-se, a partir da visão de que a integração dos países componentes do Mercado Comum era indispensável ao desenvolvimento conjuntural do bloco.

¹⁹ -Aula Magna do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim no Instituto Rio Branco no dia 10 de Abril de 2003.

²⁰ -O acrônimo BRIC, foi formulado pelo grupo financeiro Goldman Sachs, no ano de 2001 e era uma referência aos “gigantes econômicos”, respectivamente, Brasil, Rússia, Índia e China. Esta plataforma de diálogo foi importante, pois criava um novo polo de poder distante da Europa ou dos Estados Unidos.

Brasil e África do Sul (IBAS), buscando, deste modo, fortalecer as potências não hegemônicas em busca de uma redistribuição do poder global, por meio do diálogo com países em desenvolvimento que ofereciam respaldo à ideia de multilateralização das relações internacionais.

Não menos importante era o continente africano, que passou a ser considerado como uma área estratégica para a política externa brasileira. A África, ao menos retoricamente, passou a ser tratado no discurso de Lula da Silva como um continente próximo ao Brasil, pela sua adjacência geográfica, suas semelhanças étnico-raciais, históricas e linguísticas, em particular nos países de língua portuguesa (Vilela e Neiva, 2011). Deste modo, durante a primeira visita de Lula da Silva, no ano de 2003, a São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul, como Presidente da República, são verificáveis as principais preocupações brasileiras– a cooperação técnica na produção agrícola e de petróleo e a consolidação de uma estratégia na qual a África figurava como um elemento chave para a estratégia universalista brasileira (Vilela e Neiva, 2011).

Como repositório da cultura Bantu, o Camarões²¹ contribuiu decisivamente para a formação da identidade brasileira. A vinda desses professores permitirá aos brasileiros melhor conhecer nossa herança e, portanto, a nós mesmos. Nossas complementaridades são promissoras no campo do comércio bilateral, que ainda não reflete o potencial de nossas economias. Um poderoso impulso nessa direção pode vir de uma retomada na atuação de empresas de engenharia brasileiras na construção da infraestrutura de energia e transportes de Camarões. (Silva, 2005, p.95-96).

É possível, de este modo pontuar que, o discurso de solidariedade brasileira comprazia ao discurso da campanha partidária do PT (Almeida, 2004), assim como satisfazia os objetivos externos brasileiros, impulsionados pelo interesse dos grandes empresários do país (Goes, 2016). A política externa visava, além de expandir a influência política e econômica sobre o continente africano, buscar o apoio de um conjunto de numerosos Estados, a fim de lograr um assento permanente na CSNU para o Brasil.

Buscando um entendimento com o intuito de consolidar a integração dos Estados Sul-americanos, aproximando-se de modo contundente, dos países africanos,

²¹ -Comentário do então presidente brasileira sobre a cooperação entre Brasil e Camarões referente a visita de professores brasileiros ao país africano.

aprofundando suas relações comerciais com a China (Oliveira, 2010a), ao mesmo tempo em que mantinha um grau de entendimento com os países da Europa e com os Estados Unidos, o governo Lula da Silva apresentava uma resposta à desconfiança dos setores industriais nacionais, agrícolas e agentes internacionais. Estes temiam, ou ao menos pregavam um discurso acerca da transição radical da estrutura econômica brasileira e de isolamento internacional, caso o líder do PT vencesse as eleições.

Em suma, segundo Vigevani e Cepaluni (2007, p. 292) as principais características externas do primeiro governo Lula (2003-2006) foram:

- a)** Aprofundamento da Comunidade Sul-Americana de Nações²²; **b)** Intensificação das relações entre países emergentes; **c)** Ação de destaque na Rodada Doha²³ e na Organização Mundial de Comércio²⁴; **d)** Manutenção de relações de amizade e desenvolvimento das relações econômicas com os países ricos; **e)** Retomada e estreitamento das relações com os países africanos; **f)** Campanha pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; **g)** Defesa de objetivos sociais;

A política externa no governo Lula da Silva, embora de forma parcial e diversa do desenvolvimentismo que predominou nos governos entre 1930-1989, principalmente nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), Juscelino Kubitschek (1955-1960) e Ernesto Geisel (1974-1979), apontava para um maior grau de intervenção do Estado, mas permitindo a fluidez dos capitais externos, atraindo, deste modo, o fluxo de capital, em concordância com a ideia de Estado Logístico (Cervo, 2003, 2008)²⁵. Deste modo, a partir de uma perspectiva diversa dos governos desenvolvimentistas anteriores, o

22 -A Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) é uma junção da Comunidade Andina de Nações (CAN) e do MERCOSUL, foi institucionalizada no ano de 2004, pelo presidente Lula da Silva no Peru. Seus objetivos são sociais, econômicos, ambientais e jurídicos, buscando criar uma comunidade de transito livre de pessoas e mercadorias.

23 - A Rodada de Doha foi lançada em 2001 enfatizando o crescimento econômico e as necessidades dos países em desenvolvimento. Foi acordado entre os países em desenvolvimento que a principal pauta das negociações deveria ser as negociações em agricultura. Em 2003, em consonância com estas exigências foi criado o grupo G-20 comercial, no qual o Brasil teve papel fundamental. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/694-a-rodada-de-doha-da-omc>>. Acessado em 29 de Maio de 2017.

24 - “A organização tem por objetivo estabelecer um marco institucional comum para regular as relações comerciais entre os diversos Membros que a compõem, estabelecer um mecanismo de solução pacífica das controvérsias comerciais, tendo como base os acordos comerciais atualmente em vigor, e criar um ambiente que permita a negociação de novos acordos comerciais entre os Membros. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>>. Acessado em 09 de Junho de 2017.

25 -Grosso modo, o Estado Logístico é um paradigma brasileiro das relações internacionais em que o Estado passa a incorporar a iniciativa empresarial juntamente a uma maior participação do Estado, na inserção internacional.

governo do PT buscava no Estado, o agente responsável pelo desenvolvimento econômico e bem-estar social, através da conciliação entre a integração do país no mercado global e garantia de um aparelho estatal coeso.

Vistas todas as condicionantes da política externa brasileira e notando a interdisciplinaridade do tema que envolve a geografia, história, relações internacionais, assim como áreas das ciências políticas, elaboramos um percurso no qual buscamos esclarecer conceitos e correntes de pensamentos que proporcionem ao leitor o acompanhamento da evolução seja da geopolítica, seja da política externa brasileira.

Deste modo, esta pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro aborda a evolução do pensamento geográfico e as condicionantes históricas, que contribuíram para a evolução do pensamento geopolítico brasileiro. Ainda neste capítulo, encontrar-se-ão as definições de temas da disciplina de relações internacionais, como os paradigmas e o aporte teórico que importam para compreensão do trabalho.

O capítulo dois buscou fazer um resgate conceitual e histórico paralelamente. Introduzimos a ideia de potência média, já conectada com alguns eventos políticos e após esta conceituação, trabalhamos a ideia de potência média aplicada à política externa durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), por se tratar de um momento político sob o qual é possível evidenciar as diretrizes para que fosse possível o país atingir um status de potência média²⁶.

O último capítulo tratou sobre a política externa do governo Lula da Silva, indicando as características deste governo e sua política externa. Buscamos pontuar por meio de documentos do Ministério das Relações Exteriores, as principais ações e objetivos da política externa do período em questão e suas relações com a geopolítica. A última parte do capítulo procurou comprovar ou refutar a nossa hipótese principal, fazendo uma interpretação dos dados e documentos analisados ao longo do trabalho.

Percurso Metodológico

A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise da geopolítica clássica brasileira, sendo realizado um levantamento das principais obras de geopolíticos brasileiros e estrangeiros. Buscou-se inicialmente compreender a evolução do pensamento

²⁶ - Propomo-nos a fazer esta assertiva, na medida em que os documentos diplomáticos já analisados nos fornecem subsídios teóricos que nos indicam que a política externa brasileira, durante este período, delineava objetivos semelhantes àqueles de uma potência média.

geográfico e geopolítico, e para tal foi necessário um levantamento de obras consideradas “clássicas” da geografia, como aquelas de Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel.

A política externa de Lula da Silva no período proposto, que constitui parte importante deste trabalho foi analisada após a compreensão dos conceitos e paradigmas das relações internacionais. O esclarecimento deste campo de estudo foi necessário, pois a pesquisa que aqui se realiza é uma pesquisa geográfica e para que pudéssemos compreender o fio que tece o campo de conexão entre as duas disciplinas—geografia e relações internacionais—em torno da geopolítica, fez-se necessário o levantamento dos principais autores da teoria das relações internacionais.

A hipótese do trabalho é de que o governo Lula da Silva (2003-2010) vislumbrava o Brasil como uma potência média e esta visão, segundo nossa concepção, funda-se, antes de tudo, numa visão geopolítica de Estado. O desafio inserido, portanto, é aquele de encontrar a relação da geopolítica com a política externa brasileira.

A verificação de obras sobre a história da política externa brasileira tornou-se, desta maneira, indispensável. Este levantamento leva-nos a perceber que a política externa do Brasil possui certas recorrências, ainda que em contextos históricos totalmente diversos. A análise da política externa durante o período Ernesto Geisel (1974-1979) indicou-nos uma ampla relação entre a geopolítica e a política externa. Além disso, foi possível notar que, a estratégia da política externa deste governo possuía certas semelhanças com a política externa em Lula da Silva (2003-2010), o que nos pode indicar uma visão geopolítica de Estado assaz semelhante.

De modo geral foi realizado um levantamento de documentos históricos, utilizando, principalmente o arquivo documental do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), além de trabalhos no arquivo da Biblioteca da Escola Superior de Guerra (ESG) no Rio de Janeiro. Também foram levantados artigos, periódicos, livros e discursos que abordam o quadro de questões referentes ao debate e a hipótese sugerida. Também é importante destacar que, a pesquisa construiu-se a partir de trabalhos das diversas áreas correlatas à geografia, uma vez que a geopolítica é interdisciplinar e é debatida em vários campos do conhecimento. Sumariamente o percurso realizou-se da seguinte forma:

a) Compreensão da geopolítica e de seus principais autores

Foram analisadas as correntes do pensamento geopolítico, levando em consideração a evolução do pensamento geográfico e como o progresso desta ciência impactou na fundação da geopolítica brasileira. Foram utilizados autores como Vidal de La Blache, Friedrich Ratzel, Halford Mackinder, Camille Vallaux, Karl Haushofer, Everardo Backheuser, Mário Travassos, entre outros fundadores do pensamento geopolítico, seja no cenário internacional, seja no Brasil. A geopolítica clássica foi analisada, enfatizando-se, inclusive, a categoria de poder e a relação entre a evolução da política brasileira e as teorias geopolíticas do Brasil.

b) Análise das relações internacionais e política externa brasileira

A geopolítica e a política externa brasileira são os objetos a serem analisados nesta pesquisa, deste modo, foi necessário compreender a fundamentação teórica e conceitual das relações internacionais e dos principais autores desta área do conhecimento. Neste campo de análise foi necessário, também, pensar a política externa do ponto de vista da geopolítica, buscando conectar os conceitos trabalhados pela geografia e relações internacionais. Buscamos compreender, neste sentido, a relação entre os aspectos do território, da política, as relações entre os agentes e os atores da política externa e como este campo é indissociável da geopolítica.

c) Compreensão da categoria potência média.

Trata-se da hipótese principal do trabalho, portanto, buscou-se analisar o que se tem produzido sobre o assunto e o que se pode deduzir partindo de evidências históricas que apontam que a política brasileira, em muitos momentos, vislumbrou o Brasil como uma potência média. Para tal análise foi realizado um levantamento das definições de potência média no campo das relações internacionais, assim como na geopolítica, apontando as diferenças e as similaridades destes dois campos de estudo.

d) Análise da política externa do Governo de Ernesto Geisel (1974-1979)

Ponto fundamental para a pesquisa, o levantamento de documentos diplomáticos deste período contribuem para compreender a ligação da geopolítica à política externa no campo prático. Aplicou-se uma análise histórico-dedutiva a partir desta análise documental, buscando fundamentar as principais características da Política Externa do

Governo de Ernesto Geisel, de modo a nos fornecer material científico e uma precedência histórica, que nos permita testar, a ideia de “potência média no período Lula da Silva” e sua ascendência proveniente dos governos militares brasileiros da segunda metade do século XX. Os documentos deste governo foram analisados seguindo a seguinte categorização:

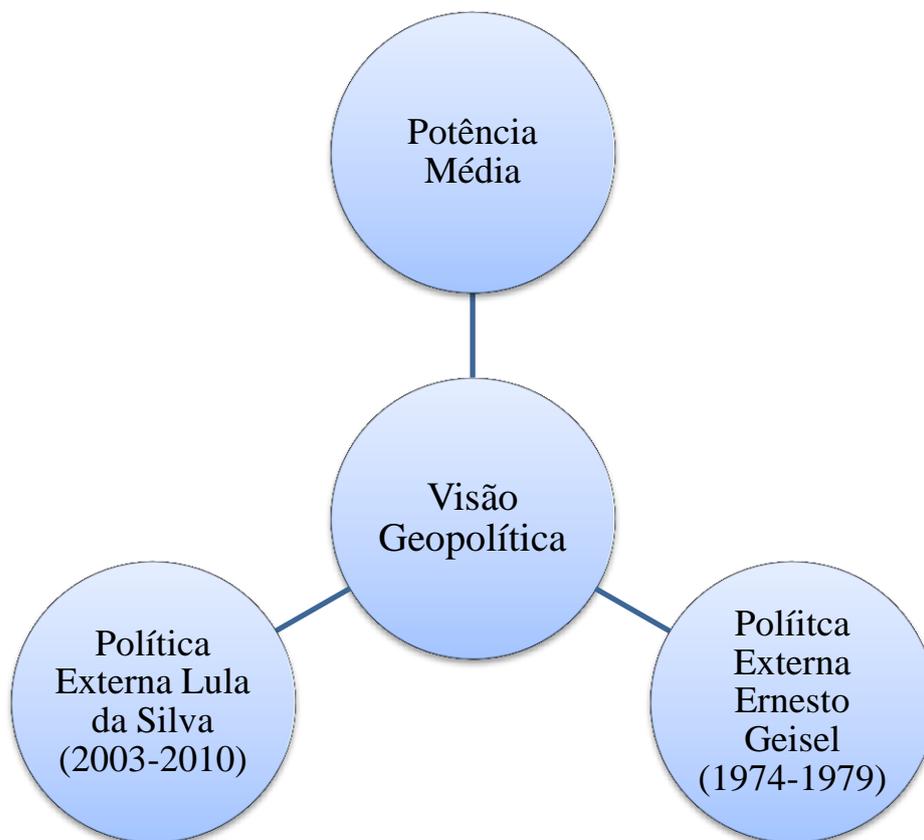
a) Documentos Diplomáticos

- Documentos que evidenciam a estruturação do território brasileiro como uma forma de poder;
- Documentos que demonstram as estratégias do Estado na ocupação do espaço geográfico brasileiro;
- Documentos que apresentam o liame entre o poder, o território e os atores do Estado;

b) Documentos da Escola Superior de Guerra

- Documentos referentes à Análise da Conjuntura Interna e Externa entre os anos de 1974 a 1979;
- Documentos referentes à análise dos campos psicossociais, bélicos, políticos e econômicos entre os anos de 1974 a 1979;
- Documentos que evidenciam o liame entre a Escola Superior de Guerra e a condução da política externa brasileira;

ESQUEMA 1



Esquema 1-Trajeto Metodológico. **Fonte:** Elaboração Própria, 2017.

e) Análise do Período do governo Lula da Silva (2003-2010)

A análise da política externa em Lula da Silva foi realizada por meio de levantamentos dos acordos firmados durante este governo, produção bibliográfica e discursos do período. Também foram analisadas teses e dissertações, assim como documentos oficiais disponibilizados na base de dados do Itamaraty²⁷. Também é necessário ressaltar a análise das obras de Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores, de 2003 a 2009 e importante ator da política externa brasileira. Buscou-se compreender a geopolítica deste período, através de um olhar sobre as relações entre o território, as estratégias de política externa e a relação de poder entre o Brasil e os outros Estados Nacionais.

f) Divisão Textual

²⁷ -Dados disponíveis em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>.

Esta pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo foi elaborado visando esclarecer o percurso teórico da geopolítica brasileira, em seguida abordamos a discussão de poder na geopolítica clássica, assim como buscamos apresentar as interseções entre a geopolítica e a política externa. Os conceitos-chave das relações internacionais, necessários para a fundamentação desta pesquisa são apresentados na última parte do capítulo 1. Durante o capítulo 2 buscou-se primeiramente abordar a concepção de potência média, em seguida apresentar a conduta política brasileira sob o “pragmatismo responsável”, a última parte deste capítulo vislumbrou explicar a visão geopolítica de Ernesto Geisel. O terceiro capítulo apresentou a visão geopolítica do governo Lula da Silva em sua primeira parte, o encerramento deste capítulo final dá-se a partir da discussão sobre a hipótese do Brasil como uma potência média durante o governo Lula da Silva.

Capítulo 1– Geopolítica e o Poder

Este capítulo trata sobre a geopolítica, os principais conceitos das relações internacionais pertinentes a esta pesquisa, o poder no entendimento geopolítico e internacionalista e as interseções entre as relações internacionais e a geopolítica, de modo que este capítulo foi dividido em quatro partes. Na primeira apresentamos as raízes do pensamento geopolítico brasileiro, o contexto no qual foi formulado e a influência de percussores da geografia humana e política, como Vidal de La Blache e Friedrich Ratzel, nas obras dos principais geopolíticos brasileiros. Expomos, de forma geral, a geopolítica do início do século XX até o final da década de 1980, concentrando-nos em analisar a corrente geopolítica denominada por geopolítica clássica. A geopolítica clássica, como observamos, pauta-se, substancialmente pela concepção do poder vinculado ao Estado, sobre esta categoria geopolítica é possível citar vários autores, tanto estrangeiros, como A.T. Mahan (1897), H. Mackinder (1904), C. Vallaux (1908), K. Haushofer (1938), N. Spykman (1938; 1939), P. Célérier (1969), J. Gotmann (1973), P. Kelly e J. Child (1988), assim como geopolíticos brasileiros como M. Travassos (1935), E. Backheuser (1926, 1952), L. Rodrigues (1947), G. Silva (1981a; 1981b), T. Castro (1999), M. Mattos (1977,2002), entre outros. Este tópico é importante, pois oferece ao leitor uma contextualização histórica, para que se possa compreender o tipo de geopolítica trabalhada nesta pesquisa e a possível relação com a política externa brasileira.

Em seguida, no tópico 1.2, buscamos esclarecer as relações entre o poder e a geopolítica, abordando como esta relação está presente na concepção dos principais geopolíticos brasileiros. No item 1.3, procuramos delimitar as relações entre a geopolítica e as relações internacionais, a fim de compreender os liames entre esta primeira área e a política externa. No item 1.4, abordamos os paradigmas, respectivamente, Desenvolvimentista e Estado Logístico, que serão fundamentais para a compreensão dos capítulos seguintes.

1.1 A Geopolítica Brasileira

A geopolítica, como um campo de pesquisa aberto à interdisciplinaridade, nos permite inquirir sobre a sua evolução associada à geografia. As correntes do pensamento geopolítico não são uníssonas e, assim como outras áreas do conhecimento, está embebida por um quadro de ideias sustentado pela ciência, filosofia e fenômenos históricos.

Não desconsideramos, portanto, o pensamento geopolítico de autores que escapam a corrente da geopolítica clássica e, também, não negligenciamos a importância da evolução do pensamento geopolítico que se solidifica com a geopolítica crítica.²⁸ Segundo este pensamento, apresentado por G. Tuathail e S. Dalby (1998), o Estado não é o único agente detentor do poder, sendo ainda que, a geopolítica não se configura como uma escola do Estado, mas uma prática social e representacional.

Igualmente é verificável o pensamento geopolítico fundado em correntes derivadas da escola do pensamento geográfico crítico, que sustentaria a sua produção teórica sob a dialética marxista, de modo que o papel do Estado Nação, assim como verifica (Vesentini, 1987) é o de manter o seu papel de garantidor do capitalismo. Entorno a esta concepção de Estado, esta corrente geopolítica enfatizaria muito mais as condições econômicas derivadas do sistema capitalista global. Deste modo, segundo Becker (1982, p.215) “as forças que operam na escala internacional determinam, em grande parte, o estilo de desenvolvimento nacional, marcando os períodos de transformação econômica e política, e as formas de apropriação do espaço”.

A geopolítica, portanto, a partir de uma concepção da escola da geografia crítica considerava o Estado como um mediador dos fluxos econômicos, refém, no entanto, da lógica de produção capitalista e do interesse dos grandes agentes produtores do espaço, linha de pensamento esta teorizada, principalmente por Santos (2006). Esta concepção de subordinação do Estado ao poder econômico seria ponderada por Santos (1986), no aspecto referente à capacidade do Estado ser o único agente e ator capaz de impor o seu poder na construção do espaço capitalista, frente a uma cadeia de atores capitalistas globais.

Esta corrente do pensamento geográfico contribui amplamente para o entendimento da organização territorial no Brasil e, ainda que a validade da produção teórica deste campo seja inegável, abordaremos a geopolítica vista pelo viés do Estado, assim como pelos formuladores de sua política externa, esta abordagem, portanto, parte da concepção clássica da geopolítica brasileira. Esta escola de pensamento busca aproximar a construção do pensamento geopolítico brasileiro, como um projeto de Estado. Deste modo, a geopolítica, sobre a qual nos pautaremos, é que parte de um

²⁸ -Sobre esta escola de pensamento geopolítico ver, Tuathail e Dalby (1998).

pensamento que considera o poder, o território, a economia e as estratégias, como elementos comprazíveis aos objetivos do Estado (Miyamoto, 1995).

Também devemos ressaltar a existência de diferenças entre a geopolítica e a geografia política. Esta última, segundo Castro (1999), preocupa-se com os fatores fixos do território e do Estado e a representação política do espaço geográfico. Esta visão de que a geografia política está inserida num campo descritivo e embasada em estatísticas é também percebida por Miyamoto (1981a, p.20)²⁹, que ainda adiciona que “a geografia política não se preocupa com a pressão que um Estado exerce sobre o outro, através de uma política de poder.”. Deste modo, segundo Miyamoto (1981a) a diferença fundamental entre a geografia política e a geopolítica clássica, é que esta última não versa somente sobre estatísticas e dados, mas busca compreender as ações e as relações de poder entre diversos agentes e atores sobre o território. Esta diferenciação, embora simplória, indica-nos que estes dois campos dialogam em diversas perspectivas como o poder do Estado, a análise do território nacional, a avaliação do espaço geográfico de um país, no entanto a distinção entre geopolítica e geografia política ainda demanda discussão acadêmica, já iniciada, inclusive por Lacoste (2014) e Costa (2008).

O fato é que a geografia política, juntamente com a geografia humana, configurou-se a partir de uma relação descritiva da geografia clássica³⁰, proveniente dos primeiros geógrafos modernos, como La Blache (1941)³¹ e Ratzel (1897). Segundo Gomes (2007), a geografia clássica sustentava-se por um método descritivo, que buscava compreender as relações humanas a partir da observação e detalhamento das relações humanas com o território. Esta foi a geografia que, de certo modo, influenciou os percursores da geopolítica ou, até aquele momento, da geografia política brasileira.

Deste modo, a geografia política importada de uma corrente de pensamento geográfico europeu permitiria aos geógrafos e outros intelectuais brasileiros compreenderem, ainda que descritivamente, o território nacional, assim como os principais problemas políticos do país. É o que é possível verificar, por exemplo, em Torres (1914), Elysio de Carvalho (1921), Backheuser (1926) e Rondon (1934), uma

²⁹ -Costa (2008) compila um vasto levantamento sobre o pensamento geopolítico buscando esclarecer as diferentes visões sobre o assunto.

³⁰ -É importante ressaltar que a geografia clássica não deve ser confundida com a geopolítica clássica, as diferenças serão pontuadas ao longo do texto.

³¹ -A primeira edição desta obra data de 1922.

rica descrição das condições política, territoriais, econômicas, culturais, sociais e, até mesmo, antropológicas do Brasil, a fim de chegar à solução dos problemas brasileiros.

A partir do levantamento bibliográfico histórico é indispensável esclarecer que a utilização do termo “Geopolítica” ocorre a partir da publicação de obras de Rudolf Kjéllen, no início do século XX, como aponta Costa (2008). A este geopolítico são atribuídas algumas interpretações de cunho eugenista e racista, derivadas de interpretações a partir da obra de Friedrich Ratzel. Como analisa Moraes (1990), os erros de interpretações do geopolítico alemão são numerosos e a avaliação da obra deste autor como sustentada teses racistas pode ser contestada. Deste modo, a utilização do termo “geografia política” tanto por Vidal de La Blache, quanto por Friedrich Ratzel, devem ser consideradas significativamente distantes das definições dadas por muitos geopolíticos brasileiros, ainda que estes autores europeus não tenham deixado de figurar como referência da maior parte dos geopolíticos clássicos brasileiros.

Dito isto, podemos observar que a organização do território e o entendimento de geopolítica, pelos autores brasileiros, até as primeiras três décadas do século XX tomaram fortes influências sobre a geografia política constituída principalmente pela escola francesa e alemã. Deste modo, os aspectos da geografia humana condensavam-se com a geografia política, ao passo em que a concentração populacional interferia no meio natural, a ponto do homem criar condições para se organizar em um determinado território³². Segundo Célérier (1969), Vidal de La Blache consegue colocar uma conexão entre o meio e o homem, ao mesmo tempo que La Blache, segundo (Gomes, 2007, p.201) “parece descrever uma luta aberta entre cultura e natureza”.

Na medida em que, as teorias de Ratzel e La Blache ganhavam os meios científicos europeus, a fim de descrever as relações entre o homem, a natureza e a implicação política destas interações, os geopolíticos brasileiros enxergavam nas mesmas teorias, as explicações para os problemas de divisão territorial e organização social e política do país. A relação entre território e população, figurava como primordial para o

³² -Esta concepção é retirada do artigo *La Geographie Politique* (1898), na qual La Blache comenta os escritos de Friedrich Ratzel sobre geografia política.

entendimento da organização do Estado brasileiro, segundo os primeiros geopolíticos brasileiros. O pensamento de Ratzel (1897, p.4, tradução nossa)³³ de que

a vida dos Estados ensina-nos a conhecer muito mais estritamente as relações: nós vemos no decorrer da história todos os conflitos políticos se apoderar do solo e por meio dele se tornar um Estado³⁴

era uma visão assaz difundida nos meios políticos brasileiros, exacerbando-se a necessidade de compreender as características geográficas do território nacional, para superar os óbices do desenvolvimento nacional, como aponta Backheuser (1926).

Deste modo, ao que é possível observar, no pensamento geopolítico brasileiro até a década de 1930, mensurar a capacidade de um povo evoluir, utilizando os recursos territoriais e climáticos, tem suas fundações no pensamento de Friedrich Ratzel. Neste sentido, concomitante à obra do autor alemão, a organização do Estado brasileiro, apresentada por Torres (1914) e Backeuser (1926), indica-nos que a história da República Brasileira era permeada por fatores geográficos e climáticos que dificultavam o progresso econômico e social brasileiro.

A importância do pensamento de Ratzel para a fundamentação da geografia moderna é notável. Na sua obra *Politische Geographie*, embora o pensamento geopolítico ainda estivesse distante das formulações que tomaria, apresentava já os seus primeiros traços, em que as condições humanas e o meio estabeleciam-se como os pilares da geografia humana. Deste modo, a condição orgânica do Estado determinava a prevalência de uma população sobre uma porção do território. Neste sentido, Ratzel (1897, p.4, tradução nossa) afirma que “o solo favorece ou inibe o crescimento dos estados dependendo dele o movimento dos indivíduos e famílias crescer ou encolher”.³⁵. Na medida em que a geografia humana ganhava contornos científicos, impulsionados principalmente pelas teorias evolucionistas, a geopolítica também teria raízes derivadas deste pensamento. No artigo datado de 1898, Vidal de La Blache buscava definir a geografia política, considerando ainda o pensamento de Ratzel.

³³ -“Das Leben der Staaten lehrt uns aber viel engere Beziehungen kennen: wir sehen in Laufen der Geschichte alle politische Krafte sich des Bodens bemachtigen und eben dadurch staatenbildend werden.”.

³⁴ - A palavra “Estado” é utilizada para traduzir “staadtbildend”, esta palavra, no texto original é um adjetivo que se refere à condição biológica em que as espécies devem construir uma condição de vida conjunta para progredir em condição de espécie.

³⁵ -“Der Boden begünstigt oder hemmt das Wachstum der Staaten je nachdem er die Bewegung der Einzelnen und Familien begünstigt oder hemmt.”.

a geografia política constitui, estritamente falando, um desenvolvimento especial da geografia humana. É deste modo, que parece falar Ratzel. No entanto, a aplicação da geografia ao homem, trata-se sempre do homem pela sociedade ou por grupos, de maneira que se pode acreditar autorizado a dar o nome de geografia política um senso mais amplo e o estender ao conjunto da geografia humana.³⁶(La Blache, 1898, p.98, tradução nossa)

A geografia humana e a geografia política estavam relacionadas, na medida em que a concentração humana em diversos meios conduziam ao estabelecimento de condicionantes políticas, como a organização das cidades, aumento populacional e o desenvolvimento tecnológico. Segundo La Blache

as transformações que o homem realiza na superfície da terra, revelam leis gerais que organizam as diversas manifestações da vida [...] a geografia humana e política deve, portanto, ser concebida como parte de um conjunto.³⁷ (La Blache, 1898, p.103, tradução nossa).

É importante ressaltar a existência de diferenças, no modo no qual a geografia política de La Blache concebia os aspectos humanos e políticos e a maneira pela qual o pensamento deste autor seria inserido nas teses dos principais autores da geopolítica brasileira. No entanto, é relevante observar que a geopolítica construiu-se absorta de um quadro de ideias do pensamento geográfico em evolução³⁸.

Com todo este horizonte teórico ilustrando a geopolítica, o quadro evolutivo deste campo de estudo, no Brasil, segundo Vlach (2003), remonta à década de 1920 quando é publicada a obra *Estrutura Política do Brasil*, por Everardo Backheuser, embora outros autores possam ser citados como precursores do pensamento geopolítico no país, como Elyseo de Carvalho³⁹ (1921) e Alberto Torres (1914), que embora não versassem sobre

³⁶ - “La géographie politique constitue, à strictement parler, un développement spécial de la géographie humaine. C’est ainsi qui paraît l’entendre M. Ratzel. Mais dans l’applications de la géographie à l’homme, c’est toujours de l’homme par sociétés ou par groupes qu’il s’agit, de sorte qu’on peut se croire autorisé à donner au nom de géographie politique un sens plus large, et à l’étendre à l’ensemble de la géographie humaine.”.

³⁷ - Les transformations que l’homme accomplit à la surface de la Terre, relèvent des lois générales qui président aux diverses manifestations de la vie [...] La géographie humaine e politique doit donc être conçue comme faisant partie d’un ensemble”.

³⁸ -Segundo Koyré (1982, p.15), na mesma medida em que “a história não opera através de saltos bruscos”, a ciência evolui indexada a um quadro de ideias.

³⁹ -Segundo Miyamoto (1981, p.53), Elyseu de Carvalho “foi seguramente, em território nacional o primeiro a referir-se ao papel da geopolítica como elemento propulsor e determinante dos destinos do país.”. Também consideramos Mário Travassos como um dos precursores do pensamento geopolítico brasileiro (Martins, 2011), uma vez que seu pensamento foi muito utilizado por autores como Mattos (1977) e Silva (1981a).

o pensamento geopolítico sistematizado, já indicavam a relação entre os fatores geográficos e a organização territorial, política, social e econômica brasileira⁴⁰.

O pensamento geopolítico clássico brasileiro, que por sua vez foi formulado inicialmente por autores como Elysio de Carvalho e Everardo Backheuser, como apresenta, Miyamoto (1981a), foi, em seguida, incorporado ao pensamento militar que, na década de 1930, convergiria a uma forte corrente desenvolvimentista presente na política de Getúlio Dornelles Vargas (1930-1945) (Vlach, 2003; Miyamoto, 1981b).

O pensamento geopolítico clássico moderno será iniciado com Travassos (1935)⁴¹, autor que já analisava o território nacional dentro de um contexto Sul-americano, no qual as comunicações viárias eram indispensáveis ao desenvolvimento do país. Deste modo, a geopolítica clássica moderna, como aponta Miyamoto (1981a) é verificável a partir de Travassos na medida em que, o condicionamento territorial já estava embasado num método científico que, ainda que descritivo, pautava-se por um levantamento histórico-dedutivo. De modo que é notável o esforço de Travassos em sintetizar as relações de poder, da política e do território numa geografia, na qual o transporte exerceria uma função primordial na integração do território nacional. Esta evolução da geopolítica da descrição, para a compreensão do território e seus fenômenos políticos e de poder, tiveram como pano de fundo um cenário político em brusca alteração. Segundo Vlach (2003, p.1), “o caráter nacionalista do Governo Vargas (1930-1945) contribuiu para o desenvolvimento da geopolítica, em virtude de seu comprometimento com a construção do Estado e da Nação no Brasil.”. Por conseguinte, a evolução dos meios de comunicação e a expansão do comércio mundial também exigiram que as relações interestatais fossem pensadas não somente como um meio para desenvolver a economia dos Estados recém-formados, mas também para garantir a soberania nacional, através de acordos, alianças e em último caso, ações bélicas.

É de se destacar, deste modo, que o pensamento de Travassos (1935) já introduzia uma nova abordagem ao pensamento geopolítico brasileiro que, levava em consideração, inclusive as novas exigências da classe dirigente do país (Miyamoto, 1981a), transparecendo, portanto, o início do paradigma desenvolvimentista com foco

⁴⁰ - Segundo Miyamoto (1981a; 1981b), Backheuser é citado como o principal condensador dos estudos geográficos com a questão geopolítica.

⁴¹ - Miyamoto (1981, p.64) afirma que “Travassos, inegavelmente constitui um divisor de águas nos estudos sobre a geopolítica nacional.”.

na industrialização brasileira. É neste sentido que afirmava Travassos (1935, p. 204) “(que) a indústria moderna é capaz de resolver todos os nossos problemas” e ainda que, “somente sob o domínio da pluralidade dos transportes poderá o Brasil exprimir toda a força de sua imensa projeção coordenadora no cenário da política e economia continental.” (Travassos, 1935, p.140).

Desta forma, as alusões desenvolvimentistas de Travassos permite-nos avaliar que as mudanças de forças políticas no governo brasileiro carregavam também uma visão expansionista do poder no cenário externo que, de certo modo, só seria consolidada através da industrialização, do aperfeiçoamento dos transportes brasileiros e da integração do continente sul-americano.

O fator geográfico é primordial em Travassos, na medida em que se apontava a Bolívia como o coração da América do Sul, uma vez que este país compreendia a formação andina, a Bacia do Rio da Prata e a Bacia do Rio Amazonas. Era, portanto necessário, na visão deste autor, que o Brasil expandisse suas linhas de transportes, principalmente ferroviário para atrair a Bolívia (mais especificamente o triângulo formado por Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de La Sierra) para a zona de influência brasileira, como apresenta o mapa (Figura 2). Ainda, segundo Costa (2008, p.196), “o esquema básico de Travassos está assentado na posição peculiar do território brasileiro no continente sul-americano, marcado, como diz, por dois antagonismos principais: Atlântico vs. Pacífico e Prata vs. Amazonas.”.

MAPA 1



Mapa 1-Estratégia de Integração da Bolívia ao Brasil. **Fonte:** Travassos, (1935, p.84)

Neste sentido, é possível notar, na obra de Travassos linhas do pensamento geopolítico que levavam em consideração a importância da integração nacional. Como analisaremos no capítulo dois, a elaboração teórica deste autor poderá ser confrontada a partir de documentos diplomáticos, que nos indicam que a política externa brasileira durante o Governo de Ernesto Geisel (1974-1979) contemplou com certa dinamicidade,

a área central da América do Sul e a Bacia do Rio da Prata, buscando integrar a Bolívia, Paraguai e Uruguai ao território brasileiro⁴².

Ademais, cabe dizer que a integração do território brasileiro, em conjunto com a totalidade sul-americana e a necessidade da industrialização do país, como uma via para desenvolvimento econômico nacional, era o ideal político de alguns setores militares e liberais. A modernização da sociedade brasileira, por meio da industrialização andava em conjunto com setores urbanos das grandes cidades do país, que após a revolução de 1930 viria a marcar a sociedade brasileira, retirando da estrutura agrária e passando para os centros urbanos, as decisões políticas e econômicas⁴³ (Fausto, 2015). Esta conjuntura nacional faria parte da memória e vida política de muitos dos integrantes inauguradores da Escola Superior de Guerra em 1949⁴⁴ (Miyamoto, 1981a), que, também, foi analisada no capítulo dois.

A evolução do pensamento geográfico, deste modo, ditou influências sobre a geopolítica, na medida em que fundamentou as teorias dos percursores brasileiros desta área. Após a Segunda Guerra Mundial, com a fundação da ESG no Rio de Janeiro, em 1949, a geopolítica passou a ser difundida e estudada institucionalmente, ao menos no âmbito militar. A geopolítica que se desenvolveu no Brasil teve seu ápice de produção na década de 1940, como analisado por Miyamoto (1981a, 1981b) e manteve um alto nível de produção durante a Ditadura Militar (1964-1985). É possível verificar neste período a produção de autores como Lysias Rodrigues, Therezinha de Castro, Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos, entre outros autores, muitos dos quais foram alunos ou instrutores dos cursos da ESG. Instituição esta, onde era verificado o pensamento geopolítico no qual o Estado, o território e o poder eram essenciais para a formação e manutenção do Estado Moderno, de modo que a defesa do Estado-Nação Brasileiro estava sempre condicionada segundo os interesses estratégicos do país.

⁴² - Podemos inferir que Travassos (1935), ao considerar a Bolívia como uma área central da América do Sul, fazia referência às ideias de Mackinder (1904). Este autor ressaltou a importância da relação do poder ao domínio terrestre, mais especificamente a área central do Estado Russo, o qual é considerado por Halford Mackinder, uma área pivô para o domínio de outras massas continentais pelo globo terrestre. Mello (1999) realiza uma releitura das teses de Mackinder.

⁴³ -A revolução de 1930, segundo Fausto (2015, p.35) “tratava de criar as condições para a rápida expansão do capitalismo no Brasil, o qual vinha sendo entravado agora de modo intolerável, pelo completo domínio do aparelho estatal exercido pela oligarquia, voltada para o exterior.”

⁴⁴-A criação da ESG ocorreu no dia 22 de outubro de 1948 pelo Decreto nº 25.705, no entanto, a instituição foi organizada em 20 de agosto de 1949 de acordo com a Lei nº 785. Utilizaremos esta última data, pois ela é citada como o ano de fundação, inclusive no site da própria instituição. Disponível em <<http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/nossa-historia>>. Acessado em 05 de Out. de 2017.

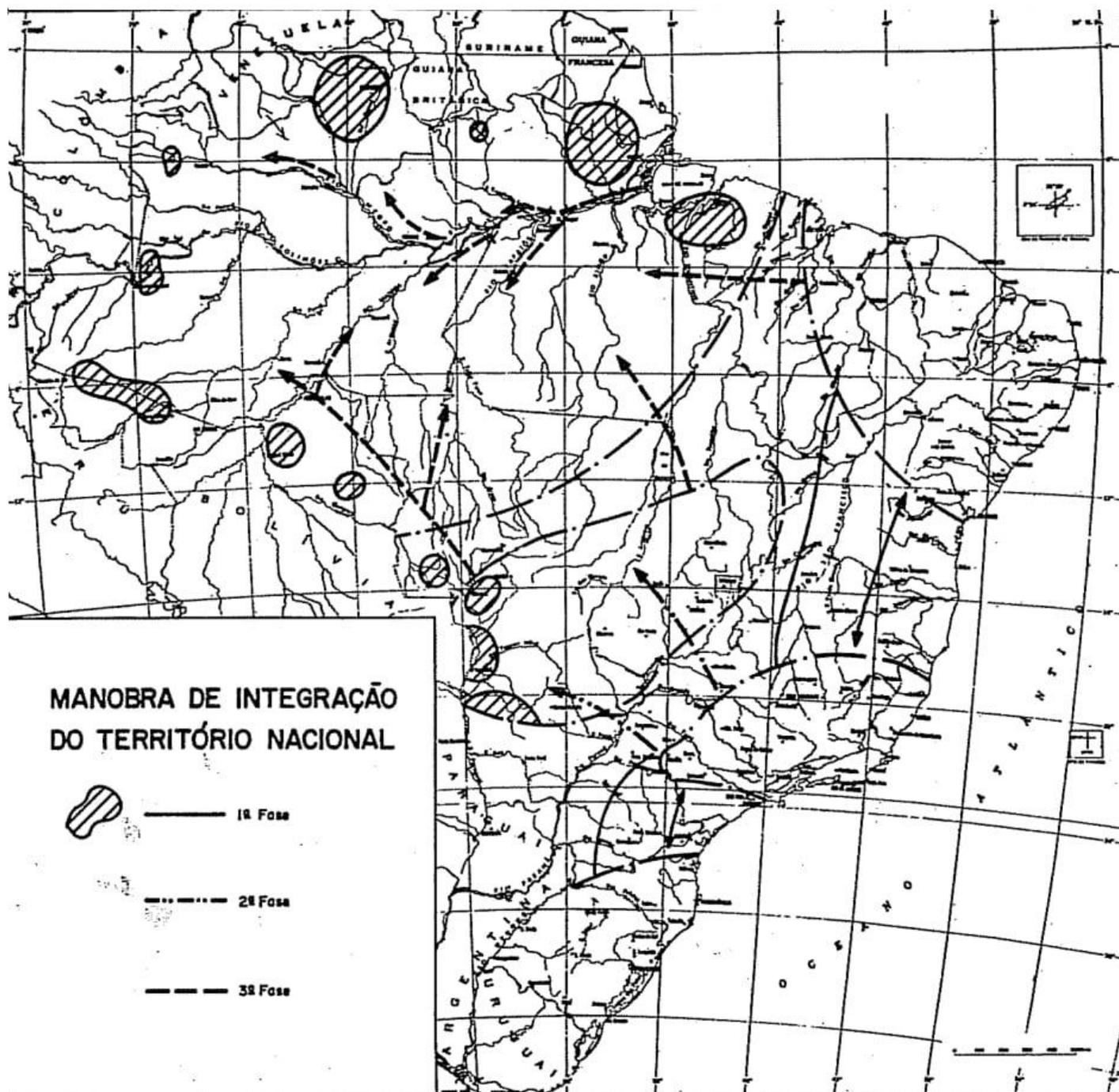
Dentre os geopolíticos brasileiros de maior proeminência, talvez Golbery do Couto e Silva tenha sido aquele que mais tenha tido influência nas políticas governamentais brasileiras, embora como ressaltado por Miyamoto (1995), a obra de deste geopolítico apresente conceitos bem semelhantes e, até mesmo reciclados de autores, como Mario Travassos. A relevância do pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva está predominantemente ligada à importância deste ator na participação dos governos militares e na formulação e planejamento de políticas para o território brasileiro nas suas obras.

Golbery do Couto e Silva construiu suas teses geopolíticas, em um momento em que, o Brasil, no âmbito global, estava inserido em uma conjuntura bipolar, pois Estados Unidos e União Soviética disputavam espaços políticos, praticamente na totalidade do globo terrestre. A geopolítica, a partir deste quadro mundial, reflete concepções entre o campo geográfico, político, territorial e do poder, sendo, portanto, a segurança nacional e a soberania uma das principais preocupações dos “Estados Periféricos”, o que é bastante enfatizado, por exemplo, na sua obra *Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Deste modo, a ocupação do território e a verificação de “vazios demográficos”, segundo este autor, eram um dos principais problemas à soberania nacional e a integridade territorial do Brasil.

Caberia ao Estado, portanto, delimitar um programa colonizador das áreas pouco povoadas do Brasil, a fim de que fossem integradas todas as áreas “vulneráveis do país”. Como é possível observar no mapa (mapa 2), as manobras de integração nacional, deveriam partir da criação de áreas colonizadoras em toda região noroeste do Brasil, de modo que fosse “inundada a Hileia⁴⁵ amazônica”, como afirmava Silva (1981a). O esforço de integração no Brasil partiria da visão de que, um país central na dinâmica de fluxos internacionais, como era o caso brasileiro, estaria vulnerável aos interesses estrangeiros, como apresenta o mapa (mapa 3). No mesmo sentido, a integração do território nacional, na visão de Golbery, representaria uma coesão de interesses e objetivos nacionais.

⁴⁵-“Hileia” é o nome dado pelo explorador e geógrafo Alexander von Humboldt, à toda a extensão da floresta Amazônica .

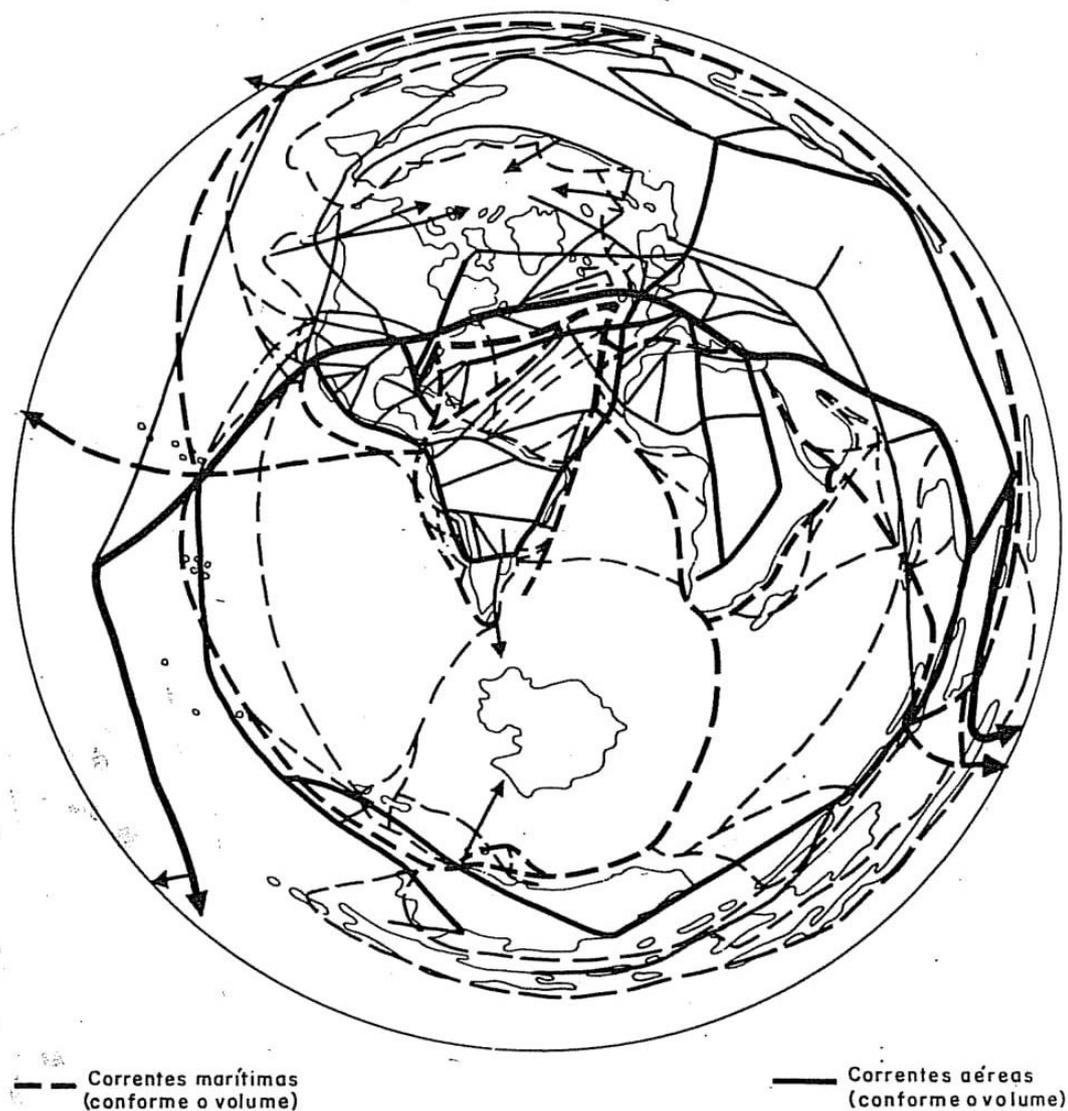
MAPA 2



Mapa 2-Manobra de Integração do Território Nacional. Fonte: Silva, 1981a, p.46.

MAPA 3

A CIRCULAÇÃO MUNDIAL



Mapa 3-Circulação Mundial. Fonte: Silva, 1981a, p.79.

Também é possível observar a preocupação do autor com a questão da defesa nacional e a localização demográfica do continente sul-americano. Visando à proteção do território brasileiro, Golbery aponta as principais áreas de pressão demográfica, visualizando um cordão demográfico que se estende sobre, praticamente, toda a cordilheira andina. A concentração populacional brasileira, voltada para o Oceano

Atlântico, caracteriza, na visão do autor, o Brasil como um país litorâneo e, além disso, regionalmente pouco integrado (mapa 4).

MAPA 4



Mapa 4-Centros de Poder Sul-Americanos. Fonte: Silva, (1981a, p.54)

Esta organização do território brasileiro, estava enraizada na definição de geopolítica, que segundo Silva era

a fundamentação geográfica de linhas de ação política quando não, por iniciativa a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos

fatores geográficos, em particular, de uma análise calcada, sobretudo, nos conceitos básicos de espaço e de posição. (Silva, 1981a, p.64)

Em outras palavras, a geopolítica, segundo Golbery do Couto e Silva, era um campo no qual a geografia e a política estão conectadas por vínculos, principalmente territoriais, de modo a existir uma relação dialética, na medida em que, o território proporciona projeções políticas e estas são refletidas no próprio território. Esta definição complementa a projeção de Mattos (1977) de que “a geopolítica é a aplicação da política aos espaços geográficos, aplicação de política e poder.”. Deste modo, na medida em que a geografia é a condicionante primeira ao pensamento geopolítico, e, este pensamento está intrínseco à elaboração das políticas do Estado, o conhecimento das características geográficas torna-se uma condicionante de poder.

Neste mesmo sentido Castro (1999) aponta que a geopolítica “é a relação entre a geografia e a política” e ainda, que a geopolítica estaria associada ao movimento, ações conectadas à política e a guerra. Estas definições, que a autora indica, figuram em um contexto em que se é realizado um esforço de diferenciação das áreas correlatas à geopolítica⁴⁶. Therezinha de Castro, como outros autores da geopolítica clássica brasileira tiveram uma formação militar, como bem observa (Miyamoto, 1995), esta autora, em particular, elaborou extensa obra visando a importância estratégica do Atlântico Sul, assim como do território antártico, a importância desta discussão seria também retratada por Child e Kelly (1988), assim como por obras examinadas na ESG⁴⁷

O que podemos observar no pensamento destes autores, assim como nas suas produções cartográficas, é que o poder do Estado, antes de tudo, deveria condicionar a uma projeção de poder que extrapolava as fronteiras nacionais. O papel do Estado, portanto, era indispensável para o desenvolvimento do ambiente interno, assim como primordial na defesa dos interesses do país no cenário internacional.

Notamos que o pensamento geopolítico, no Brasil, consolida-se conexo a eventos nacionais e internacionais, sendo que as teses dos principais geopolíticos do país foram permeadas pelo pensamento científico, que se expandia a partir da Europa. A

⁴⁶-Segundo Castro (1999, p.23) “a geografia política é estática, enquanto a geopolítica tem movimento”.

⁴⁷-Trabalho Especial Campo Político: Política e Estratégias do Brasil, para o decênio 77/86 junto aos países da Bacia do Prata em face da importância geopolítica do Atlântico Sul. Prof. Pedro Ricardo Dória, 1976. Arquivo da ESG. TE-76; Trabalho Especial Campo Político: Países da Bacia do Prata em face da importância geopolítica do Atlântico Sul. Brig. do Ar. Vinicius José Kraemer Álvares, 1976. Arquivo da ESG. TE-76, grupo 11-A.

evolução do pensamento geográfico é relevante para a geopolítica brasileira, na medida em que a metodologia geográfica adotada por autores clássicos da geografia foi absorvida pelas, assim consideradas, primeiras obras geopolíticas do Brasil.

A consolidação do pensamento geopolítico brasileiro, muito em decorrência de uma necessidade de pensarem-se as condições do território nacional e as suas atenuantes políticas, incutiu às suas obras, uma série de teses para a organização do Estado, a partir das variantes territoriais, econômicas, sociais e políticas do Brasil. É importante notar que a geopolítica brasileira solidificou-se, a partir de uma visão política central do Estado brasileiro durante o primeiro governo Getúlio Vargas. Após este período, é importante ressaltar, que a geopolítica ganharia importância, principalmente, em consequência da fundação da Escola Superior de Guerra em 1949.

1.2 A Questão do Poder na Geopolítica Clássica Brasileira

Como o poder foi visto na geopolítica clássica brasileira? Assim como acompanhado no tópico anterior, as primeiras ideias de geopolítica apreciavam o Estado, o território, a política, a economia e a população, considerando as relações de poder em decorrências das interações destes elementos. A função organizadora do Estado deve ser avaliada, a partir da visão de que este possuía o poder sobre a sociedade, além de representar os interesses estratégicos considerados primordiais ao país.

Deve-se considerar que as condições políticas brasileiras, desde a proclamação da República em 1888, não indicavam uma coesão territorial estável, pois, o país vinha enfrentando diversos problemas regionais que ameaçavam a unidade nacional, como ressalta Faoro (1991). As diversas revoluções do início do século XX, como Revolução Acreana, Guerra do Contestado, Sedição de Juazeiro, Coluna Prestes, Revolta Paulista e Revolução de 1930, são indícios das dificuldades que a República Velha (1889-1930) enfrentava para a manutenção do conjunto territorial brasileiro e a inquietação de alguns setores políticos brasileiros com a organização territorial do Estado.

Deste modo, os diversos problemas brasileiros recaíam sobre a organização regional do país e a pouca ou nenhuma infraestrutura sobre o território do Brasil. Estas questões, a partir da década de 1910, começavam a configurar uma importante pauta dos setores militares brasileiros, que através das exigências políticas para o

fortalecimento das forças armadas, também viam as fronteiras do país ameaçadas devido à falta de coesão política, econômica, social e territorial nacional.

As reivindicações de setores políticos importantes em relação à organização territorial pressupunham a necessidade de o Estado brasileiro exercer o poder sobre toda a sua extensão geográfica. Este aspecto fica claro na obra de Torres (1914), que já no início do século XX notava que o desenvolvimento brasileiro só seria consolidado a partir de uma maior centralização do poder governamental. Segundo Torres

a nossa Constituição não sabe de cidadãos dos Estados, só conhece cidadãos brasileiros; não admite senão uma nação; não separa o território em territórios estaduais; deposita todas as funções da “soberania nacional” nos órgãos do poder federal. (Torres, 1914, p.19)

Deste modo, a fragmentação do território brasileiro, associada às oligarquias estaduais era vista por setores militares, como um obstáculo ao exercício do Poder Federal. É neste sentido, que muitas esferas da sociedade, incluindo intelectuais e militares percursores da geopolítica brasileira, consideravam ser necessário ao Estado brasileiro, certa autonomia no âmbito político-governamental, a fim de buscar os interesses nacionais por meio da centralização do poder político e pela unidade do território nacional.

Logo, a geopolítica clássica brasileira, que se fundava no início do século XX, demonstrava que o poder estatal era essencial para a manutenção do funcionamento da economia, da soberania e segurança nacional, da ordem capitalista e, também, na manutenção das fronteiras nacionais, frente às rivalidades regionais. Sem a centralização política não era possível, portanto, estabelecer os objetivos estatais, uma vez que para planejá-los e delimitá-los era necessária uma visão sistêmica que, só seria legítima, se partisse do Estado centralizado.

Visão semelhante possuía Frederico Rondon, autor o qual em 1934 apresentava a sua obra, *Pelo Brasil Central*, propondo uma organização territorial sustentada pelo Estado e exército brasileiro, visto que a divisão do Estado Nacional, a partir da primeira república, tinha resultado em uma fragmentação do poder prejudicial ao conjunto territorial do Estado brasileiro. Segundo o autor “a consequência primeira da divisão política adotada pela República foi o recrudescimento do espírito regionalista, o qual produziu efeitos opostos, no litoral e no interior.” (Rondon, 1934, p.16).

O Estado, portanto, possuía a função de organizar a estrutura social da nação, imprimindo, por sua vez, uma estratégia nacional sobre o território brasileiro. É neste sentido que, o poder era visto como garantidor da ordem e soberania nacional, se exercido exclusivamente pelo Estado. Deste modo, em toda a gestação da geopolítica clássica brasileira, o grande problema, como observava Backheuser (1926, p.97) era “a manutenção da unidade da Pátria”. As primeiras ideias geopolíticas do Brasil faziam parte de um quadro histórico, que exigia um esforço dos intelectuais, filhos da República Velha Brasileira, em pensar uma nova organização político-territorial do país. A geopolítica brasileira, portanto, fundar-se-ia a partir destas discussões entre Estado, território e poder.

Assim como a política brasileira era redirecionada, a geopolítica também se solidificava como campo de estudo político e territorial, utilizando estas duas categorias para uma análise do poder nacional. Colher dados e buscar através deles as soluções para as assimetrias do desenvolvimento nacional, foi o modo como, por exemplo, Travassos (1935) encontrou para evidenciar, no contexto regional, as estratégias de poder dos Estados. Segundo Martins

o grande projeto de sua obra (Mário Travassos) é o de vivificar cada vez mais esse poder terrestre, o que vem sendo aprimorado de década em década, e , quanto maior esse aperfeiçoamento, mais íntegro é o território brasileiro e maior o poder que ele projeta sobre os seus vizinho. (Martins, 2011, p.101)

É importante dizer, que a partir da década de 30 do século XX, a geopolítica, em conjunto com o cenário político brasileiro, aperfeiçoou-se, porquanto a relação entre poder e as infraestruturas sobre o território brasileiro ganhavam corpo, refletindo inclusive no poder deste país no âmbito internacional. As teorias de Mackinder (1904), Haushofer (1938), Spykman (1938; 1939), permeavam as concepções dos geopolíticos brasileiros, que sobre o cenário da Segunda Guerra Mundial, notavam uma relação eminente entre a organização do território e o poder (Branco, 1960).

Na medida em que pensar a organização do Estado brasileiro constituía-se como indispensável às lideranças políticas brasileiras, incluindo o exército, fazia-se necessária a institucionalização dos estudos geopolíticos nacionais. Deste modo, segundo Miyamoto (1981a; 1995), a fundação da Escola Superior de Guerra em 1949, parece ter um papel a satisfazer essa demanda do Estado brasileiro. A instituição fundada no Rio

de Janeiro favoreceria, ao menos no âmbito militar, o pensamento estratégico, no sentido de planejar ações a serem aplicadas pelo Estado⁴⁸.

O poder, definido pela ESG era “o poder do Estado [...] macrocomponente politicamente institucionalizado do Poder Nacional” (Miyamoto,1995, p.29), deste modo, o poder, no entendimento desta instituição, que era uma das principais escolas do pensamento geopolítico brasileiro, era exclusivamente resultado das ações centralizadas nas decisões dos atores executivos e legislativos do Estado. De modo que, no âmbito da geopolítica clássica, a necessidade da formulação de uma política estratégica nacional, exigia que o Estado Nacional preservasse a sua capacidade de superar os obstáculos internos ou externos que viessem a impedir a consecução de objetivos do governo para o país. Estes objetivos eram de forma clara, direcionados pelo interesse do Estado, assim como nos confirma Silva (1981a, p.60) que, “os objetivos nacionais permanentes nada mais são que a tradução dos interesses e aspirações do grupo nacional, tendo em vista a sua própria sobrevivência, como grupo⁴⁹.”

Deste modo, o território, no pensamento geopolítico clássico, é um elemento dotado de poder a partir da capacidade que o Estado tem em aplicar sobre ele sua política estratégica⁵⁰, organizando os meios de comunicação, incentivando o desenvolvimento regional, a partir de uma determinada estratégia nacional⁵¹. Portanto, o poder na geopolítica estaria presente, de acordo com a capacidade dos agentes dotarem o território de uma organização que portaria ao Estado, o poder de planejar ações adstritas aos seus interesses, levando o desenvolvimento e o progresso à nação. É neste sentido, por exemplo, que Travassos (1935), visava aparelhar o território brasileiro com os meios de comunicação e a indústria.

Já o pensamento de Mattos (1977) está pautado por uma ideia de poder institucional exercido por uma determinada classe, de modo que o “poder encerra uma relação psicológica entre quem o exerce e aquele sobre o qual é exercido.” (Mattos, 1977, p.25).

⁴⁸ -O emprego destas teses é analisado em Miyamoto (1981a)

⁴⁹ -Ainda segundo Silva (1981a, p.252) “a elaboração dos Objetivos Nacionais Permanentes é, por assim dizer, instintiva e resulta naturalmente do processo histórico através do qual o grupo adquire e plasma uma consciência nacional.”

⁵⁰ -A geopolítica, segundo Ferreira (1970 apud Miyamoto,1981a, p.7), “é uma teoria do poder, apoiada fundamentalmente no território”

⁵¹ -A estratégia segundo Silva (1981a, p.153), “é a arte de fortalecer e aplicar, tanto na guerra, como na paz, o Poder Nacional para superar ou vencer os antagonismos que se manifestam no campo interno ou no âmbito internacional” e ainda que “o conceito de Estratégia Nacional é a diretriz fundamental da Política de Segurança Nacional.” (Silva, 1981b, p.59).

Portanto, o poder seria imposto a uma nação, uma vez que o Estado representaria os interesses de todos, visando o desenvolvimento e o bem-estar de um conjunto social, representado na forma de um Estado-Nação (Mattos 2002; Castro 1999).

Da mesma maneira, Mattos (2002, p.12) argumenta que “é necessário repensar o conceito de geopolítica, baseado no poder do Estado”. Este autor compreende que o poder e a geopolítica encontram-se a partir da função intervencionista do Estado, que não é somente de caráter financeiro, mas ocorre, também, através de uma participação ativa deste, condicionando o espaço geográfico por meio de direcionamentos em áreas estratégicas. Deste modo, segundo Mattos

desenvolvimento resulta da modernização de setores nacionais tais como: tecnologia, benefícios sociais, participação dos cidadãos, produção industrial, eficiência do governo e integração do território nacional. (Mattos, 2002, p.77)

Deste modo, o poder, na geopolítica clássica, está vinculado à capacidade do Estado de condensar os interesses dos setores dominantes da sociedade, com os interesses da totalidade da nação, impondo ao território nacional e à estratégia de política externa uma visão proveniente destas classes da sociedade que, por sua vez, fazem parte das representações políticas que compõem o Estado Nacional.

A geopolítica concentrava-se, portanto, em cumprir com o planejamento das políticas a serem aplicadas ao território nacional. Neste sentido, a criação de infraestruturas sob o território permitia que o poder fosse exercido, na medida em que estas mediavam os fluxos de forças militares, capital, mercadorias e pessoas. Deste modo, é relevante observar que o condicionamento do território, por meio da instalação de modais viários, aeroportos, bases militares, universidades, centros de pesquisa, etc, criavam fluxos controlados pelo Estado, possibilitando um Planejamento Estratégico Estatal, no qual era possível ao poder central estabelecer uma hierarquia de controle de ações.

A consecução de políticas nacionais pautadas na consolidação da infraestrutura brasileira, não só permitiria ao Estado Nacional atingir as suas metas, como também delegava às lideranças governamentais a possibilidade de exercer este poder no âmbito externo. Deste modo, cabe ressaltar que Travassos (1935); Silva (1981); Castro (1999); Mattos (2002); Child e Kelly (1988), além de enfatizarem a importância da geopolítica

no delineamento das políticas nacionais, também se mostravam preocupados com a questão da projeção do poder nacional no âmbito externo e a defesa da soberania.

Garantir a soberania nacional num contexto internacional dividido entre duas grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, como era o caso no contexto histórico que a maioria dos geopolíticos clássicos compuseram suas obras, era um desafio prático e teórico. No Brasil, principalmente, no campo dos estudos geopolíticos, buscou-se proteger as fronteiras do país, através do incremento do poder perceptível que, também, considerava a capacidade de um Estado fazer a guerra.

Deste modo, a existência de disputas nas fronteiras sul-americanas tangentes às regiões Norte e Sul do Brasil, durante a segunda metade do século XX exigia uma estratégia capaz de manipular a política externa brasileira, a fim de não desencadear um isolacionismo do país perante aos seus vizinhos continentais⁵², assim como manter um equilíbrio do poder a fim de se evitar ameaças as fronteiras do país. Segundo Mello (1996), estas inseguranças regionais contribuíram em levar o Brasil a buscar uma condição de proeminência continental.⁵³.

Desta forma, medir o poder de uma nação passou a ser um dos objetivos dos geopolíticos clássicos brasileiros. Era necessário quantificar o poder, levando em consideração os recursos, a população, o território, a capacidade econômica, capacidade militar, objetivos estratégicos e a vontade nacional. Uma fórmula apresentada por Cline (1977) é utilizada para mesurar o poder e que aparece inclusive na obra de Mello (1996), assim como na de Mattos (1977). Nesta fórmula podemos observar a seguinte equação “ $Pp = (C+E+M) \cdot (S+W)$ ”, de modo que, “Pp” é poder perceptível, “C” é a massa crítica (tamanho dimensionado pela população), “E” é a capacidade econômica, “M” é a capacidade militar, “S” é o objetivo estratégico e “W” significa a vontade nacional.

A necessidade de quantificar o poder é, também, um pré-requisito do planejamento que na geopolítica clássica é um método indispensável. Deste modo, conhecer a

⁵² - Na Região Amazônica, a presença de guerrilheiros na Colômbia, assim como atritos entre este país e o Equador despertavam no Brasil a necessidade de se pensar um plano logístico de deslocamento militar para região norte do país. Neste mesmo sentido, contendas envolvendo o Brasil, Argentina e Paraguai exigiam do lado brasileiro uma estratégia que não isolasse o país no âmbito do continente sul-americano.

⁵³ - Com exceção ao governo de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), no período militar a relação entre Brasil e Argentina foi bastante tumultuada, motivado principalmente pelas questões energéticas acerca do uso das águas do Rio Paraguai.

potencialidade de um Estado, assim como compará-la aos Estados vizinhos é do ponto de vista de Silva (1981b), por exemplo, relevante para se pensar a soberania nacional e a proteção das fronteiras brasileiras.

O imperativo de planejar e delimitar os objetivos nacionais figurava como latentes num período de bipolarização mundial. A geopolítica clássica brasileira, que encontrou em Golbery do Couto e Silva, seu principal interlocutor, também encontrou na sua obra *Planejamento Estratégico*, os principais passos para que o Brasil localizasse através do planejamento territorial e político as medidas para atingir suas metas de desenvolvimento. De modo que, em Silva (1981b), “o planejamento é de fato o único método de conduzir com eficiência a política de uma nação”. Nota-se, de fato, que na concepção do autor, planejar é também utilizar do poder para executar uma determinada política, uma vez que, “a política de consecução é, na verdade, a ideia da manobra a conduzir no campo da Estratégia Nacional (Silva, 1981a, p.67).”.

Deste modo, segundo Silva (1981a, p.24) “o poder é, por si mesmo, como todos sabemos, um complexo que largamente extravasa do âmbito restrito das forças armadas para o campo psicossocial político e econômico”, de maneira que a delimitação de objetivos e o conceito de Estratégia Nacional deveriam ser, portanto, discutidos na medida em que eles eram considerados para atingir um fim, ou seja, o desenvolvimento nacional.

Da mesma forma, Mattos (2002, p.12) argumenta que “é necessário repensar o conceito de geopolítica, baseado no poder do Estado”, este autor compreende que o poder e a geopolítica encontram-se a partir da função intervencionista do Estado, não exatamente a partir somente de uma intervenção financeira, mas através da participação ativa do Estado, condicionando o espaço geográfico por meio de direcionamentos em áreas estratégicas.

Portanto, o poder na geopolítica clássica brasileira, antes de tudo, provém do Estado, de modo que este é o responsável por organizar, fragmentar, consolidar e administrar o território nacional. Na geopolítica clássica brasileira, o papel do Estado é fundamental, na medida em que dele irradiam os vetores para o controle dos espaços nacionais, que são, na visão deste, espaços a serem organizados por meio de um Planejamento Estratégico Nacional, a fim de se buscar atingir os Objetivos Nacionais.

A organização do território nacional e o estabelecimento de um plano estratégico, ainda que mínimo, está inserido numa relação de poder entre agentes e atores do Estado e suas políticas sobre o território. No Brasil, esta relação de poder direcionou a geopolítica clássica, de modo, inclusive a pensar a questão do poder nacional em direção ao ambiente externo, já que a consecução dos objetivos nacionais, automaticamente reflete o poder do Estado Nacional no âmbito internacional.

1.3 Geopolítica, Política Externa e Relações Internacionais⁵⁴: Encontros e desencontros.

O objetivo deste tópico é apresentar as principais definições sobre o campo da política externa e conceituar os principais paradigmas desta área os quais serão trabalhados ao longo da pesquisa. Além disso, buscaremos estabelecer as conexões entre política externa e geopolítica.

A priori, é importante observar as interseções entre a política externa e as relações internacionais. Segundo Aron (2002)⁵⁵, o campo das relações internacionais, é aquele que trata as relações entre os Estados. De acordo com Morgenthau (2003), estas interações são reguladas por uma lógica realista sustentada pela razão. Segundo este autor, “o realismo parte do princípio de que a natureza de uma determinada política externa só pode ser averiguada por meio do exame dos atos políticos realizados e das consequências previsíveis desses atos.” (Morgenthau, 2003, p.6).

O realismo, nas relações internacionais, segundo Cervo (2008, p.10) “trilhou o caminho do sucesso nas universidades e meios intelectuais de todo o mundo, de modo incomparável”, mas possuía, no entanto, uma tendência a visualizar o mundo a partir de uma concepção ocidental. É neste sentido que, segundo Cervo (2008), as teorias das relações internacionais não são capazes de explicar de maneira universal os fenômenos do cenário externo. Em contraposição ao pensamento realista, observa-se a presença de um pensamento idealista, influenciado por concepções filosóficas de Kant⁵⁶. Esta visão

⁵⁴ -Somente neste tópico trataremos as relações internacionais no âmbito das interações entre Estados e não somente no campo acadêmico.

⁵⁵ - Segundo Aron (2002, p.52) “não há duvida de que o centro das relações internacionais está situado no que chamamos de “relações interestatais”, as que engajam as unidades políticas.”

⁵⁶ -Segundo Castro (2012, p.338), podemos compreender que o “idealismo, traz as sementes de interpretação e de práxis pela ótica deontica, isto é, no contexto do “dever ser” e tem respaldo em teóricos como Marsílio de Pádua, More, Abade de Saint-Pierre, Locke, Bentham e Kant como maiúsculos defensores. Além disso, a noção progressista e otimista sobre a natureza humana, a confiança no

da política externa funda-se na crença de que o sistema internacional é um ambiente propício à cooperação, de modo que os conflitos entre Estados podem ser evitados, pois os Estados não buscam uma expansão militar ou territorial e, sim, o bem-estar coletivo. Esta concepção permeou, parcialmente, a política externa durante o governo Cardoso (1995-2002).

Ademais, podemos considerar que o campo das relações internacionais modernas foi concebido após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e que a sua abordagem, inicialmente, foi fundamentada pelo paradigma realista (Morgenthau, 2003). Nesta concepção, as relações interestatais fundamentam-se numa lógica anárquica do sistema internacional, sob a qual o Estado é a maior autoridade e que, as relações de poder entre os Estados são equilibradas por meio de acordos, nos quais o equilíbrio perfeito é inatingível. Deste modo, partiremos do entendimento convergente entre os autores Cervo (2008), Oliveira (2005), Vizontini (1998), no qual a política externa é fruto de uma formulação teórica, em que o Estado tem um papel fundamental para o estabelecimento da estratégia nacional que será aplicada no âmbito externo. Seguidamente buscamos esclarecer as nuances que fazem parte do pensamento destes autores.

Segundo Oliveira (2005, p.3), “política externa é a área que representa os interesses e os objetivos do Estado no plano internacional e que, por conseguinte, sua definição e implementação é prerrogativa do Estado.”. Esta definição indica que a representação política eleita pela sociedade é, também, a articuladora da estratégia que direcionará a política externa⁵⁷. Neste mesmo sentido, a política externa, segundo Vizontini (1998, p. 15) “enfoca a orientação governamental de determinado Estado a propósito de determinados governos e/ou Estados, regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas”. Deste modo, deve-se considerar a estrutura política interna do Estado, como a principal proporcionadora do conteúdo, sob o qual, será fundamentado o pensamento político externo. A presença de diversos atores, com capacidade de negociação e influência no âmbito da política interna, leva à afirmação de Pinheiro

progresso humano, a partilha de responsabilidades comuns em prol da paz, da justiça e da cooperação, bem como a força normativa das instituições multilaterais, dos regimes internacionais e das regras pactuadas entre os povos são marcos do liberalismo.”.

⁵⁷ -Como abordado por Vigevani e Cepaluni (2007) os direcionamentos da política externa dificilmente são bruscos, o que é possível constatar são adequações políticas a médio prazo, baseadas em contextos internos e externos que recebem com dificuldade a mudanças radicais no campo da política externa.

(2004), de que a política externa passa ser definida por um conjunto de atores que não são necessariamente o Estado.

Podemos, portanto, pontuar que a política externa respalda um conjunto de interesses de agentes e atores na esfera interna do Estado, estes buscam, um campo para a expansão e/ou manutenção de um determinado coeficiente de poder, seja ele econômico, militar ou político. Logo, o poder destes agentes e atores internos está atrelado à existência do Estado-Nação, este responsável pelo direcionamento de suas ações, como o principal agente definidor das políticas que serão refletidas no território nacional.

Oliveira (2005) ressalta a existência de duas divisões na política externa, aquela que enfatiza as formulações teóricas e outra que versa seu olhar sobre a aplicação da teoria elaborada. Do ponto de vista prático, os eventos históricos e a condução da política externa estão conectados, de modo que, as ações políticas, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE) devem transcender às premissas teóricas. A teoria, por outro lado, compreende a política externa inserida em paradigmas, buscando extrair, a partir de um embasamento histórico, as tendências e recorrências dos fenômenos que tangem o campo externo.

De qualquer modo, devemos considerar que a presença de forças setoriais da política interna de um Estado é fundamental para o direcionamento político dos vetores que serão estabelecidos na política externa e vice-versa (Farias, 2015)⁵⁸, (Vigevani et al., 2008)⁵⁹, (Ramazini Júnior e Farias, 2016)⁶⁰.

Deste modo, a geografia não é somente uma área importante, mas essencial para a política externa, na medida em que ela condiciona ações políticas, potencializa alianças diplomáticas e, o mais relevante, compreende a dinâmica territorial, econômica, social e política do cenário internacional. Caberia às relações internacionais a observação de Lacoste, (2014, p.146, tradução nossa) de que

todo o mundo fala de "país", de "regiões" sem tomar o menor cuidado com o caráter tão intederminado dessas noções elásticas e

⁵⁸ -Neste artigo é realizada um leitura sobre o processo político no congresso brasileiro para direcionamento da política externa brasileira, no caso do artigo, sobre a Rodada do Uruguai em 1986.

⁵⁹ -Em artigo "*O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites*", é debatido o papel de grupos de poder internos no direcionamento da política externa brasileira.

⁶⁰ -Neste artigo os autores trabalham a relação da tomada de decisões na política externa e a participação política traduzida em influência .

escorregadias, e com as consequências desagradáveis que podem advir de sua utilização, para o rigor do raciocínio⁶¹.

Portanto, não podemos deixar de considerar a geografia servindo a fins políticos, na medida em que ela fornece, por exemplo, sustentação empírica aos discursos e ações nas esferas de combate à fome, integração regional, cooperação técnica, expansão comercial, resolução de conflitos, etc.

Assim, numa relação dialética, não seria equivocado afirmar que os fins da política externa, em conjunto com outras políticas, constroem ou fazem parte do processo de construção do espaço geográfico nacional. Em suma, a participação dos agentes e atores de um determinado Estado-Nação fornece as perspectivas sobre as quais, as estratégias nacionais serão elaboradas e, em seguida, comporão as bases da política externa de um Estado. O poder destes agentes e atores é fundamental para a imposição de uma determinada postura do Estado, perante o cenário internacional. A geopolítica, portanto, não só é importante para o pensamento de todos estes elementos, como também faz parte da ordenação de estratégias de determinados seguimentos político-sociais dos Estados.

Na política externa brasileira, como veremos no capítulo à frente, a geopolítica é verificável. No entanto, frequentemente, a análise tanto das situações externas, quanto históricas, pouco têm levado em consideração os aspectos geopolíticos, restringindo-se a uma análise econômica, histórica ou política. Buscaremos, neste momento, apresentar alguns trechos de teóricos das relações internacionais e discursos que nos indicam que a geopolítica também é latente em vários momentos da política externa brasileira atual.

A cartilha divulgada pelo PT como o, *programa de governo 2002 coligação Lula presidente*, aponta que “a política externa será um meio fundamental para que o governo implante um projeto de desenvolvimento nacional alternativo” (Brasil, 2002, p.7). É, portanto, relevante considerar que, na visão do partido, a utilização da política externa como um mecanismo de inserção internacional e de atração de investimentos, já principiava como uma diretriz partidária. Embora a concretização deste objetivo possa ser questionada, a visão do partido se mostra como um indício considerável, sobre a

⁶¹ -“Tout le monde parle de “pays” ou de “régions”, sans prendre garde le moins du monde au caractere très flou de ces notions élastiques et glissantes et aux conséquences fâcheuse qui pouvent résulter de leur utilisation pour la rigueur du raisonnement.”.

forma de condução da política externa brasileira e de que o papel do Estado brasileiro deveria ser realizado no ambiente internacional.

Sob o olhar da geopolítica, o projeto de política externa em Lula da Silva visava realçar o papel das instituições estatais, assim como fortalecer as infraestruturas territoriais do Estado brasileiro, independentemente se de caráter estatal ou privado. O Brasil em Lula da Silva possuía uma visão de Estado em que o território nacional e todos os componentes que dele faziam parte como, estrutura econômica, população, cultura, dimensão territorial e recursos naturais, compunham um conjunto de aspectos que perfaziam um perfil de grandeza nacional, assim como afirma Guimarães (2006)⁶², (2017)⁶³.

Da perspectiva da política externa, a estratégia brasileira pautava-se numa aproximação dos países em desenvolvimento, buscando romper com a hegemonia das grandes potências no cenário internacional. É neste sentido que, segundo Guimarães (1999, p.135), “os objetivos dos grandes estados periféricos seriam participar dessas estruturas hegemônicas—de forma soberana e não subordinada—ou promover a redução de seu grau de vulnerabilidade diante da ação dessas estruturas.”.

Observa-se que a interseção do pensamento geopolítico com a visão de política externa verifica-se, assim que a condição de “grande estado periférico” torna-se uma prerrogativa à ascensão de poder. Também é possível verificar que a participação em estruturas de poder hegemônico exige uma delimitação da estratégia nacional, que de forma alguma pode estar desconectada da realidade política, econômica e territorial do Estado. Deste modo, não se delimita uma estratégia de política externa sem um conhecimento prévio das características geográficas do país e não se pode buscar uma estratégia que prescindia de uma concepção geopolítica de inserção do Estado Nacional no ambiente internacional.

Do ponto de vista regional, o documento partidário, também aponta que, “o Brasil deverá propor um pacto regional de integração, especialmente na América do Sul.”

⁶² -Nesta obra são destacados todos os aspectos do Estado brasileiro, a sociedade, o território, a economia, os recursos naturais, os problemas sociais, assim como a estrutura política através da história brasileira. Samuel Pinheiro Guimarães busca nesta obra apresentar uma imagem panorâmica do Brasil perante o cenário internacional.

⁶³ -Informação verbal proferida na Semana Universitária da Universidade de Brasília. (Samuel Pinheiro Guimarães. O Brasil e sua Inserção Internacional em um cenário de incertezas e crise. Universidade de Brasília, Brasília, 25 de outubro de 2017).

(Brasil, 2002, p.7). Deste aspecto, atentamo-nos para a visão de liderança extraída da cartilha, e a busca pela concretização desta meta, assim que eleito Lula da Silva, no ano de 2003. Podemos indicar, ainda que de modo parcial, o ressurgimento de uma visão geopolítica em Lula da Silva (2003-2010), que retomava diretrizes da escola geopolítica clássica, em que o Brasil deveria ter um papel de líder regional consolidada, na esfera governamental, durante os governos militares.

A maneira pela qual a política externa em Lula da Silva enfatizou a importância do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) (Couto, 2012), porta-nos a interpretação de que, na visão governamental, o fortalecimento regional tinha uma função indispensável para que o país atingisse um papel de proeminência⁶⁴ internacional. Segundo a cartilha do partido, “a política de regionalização, que terá na reconstrução do MERCOSUL elemento decisivo, é plenamente compatível com nosso projeto de desenvolvimento nacional” (Brasil, 2002, p.7). Esta predição do que seria, ainda que em partes, o direcionamento da política externa em Lula da Silva, nos aponta para o fato de que o desenvolvimento econômico regional, também impulsionaria, na visão do partido, a uma convergência política no continente sul-americano, como enfatizado por Couto (2012); Costa e Gonzalez (2014).

Este programa de governo já visava estabelecer relações mais simétricas com os países da América do Sul. É de se notar, portanto, que o contexto internacional alimentava as pretensões geopolíticas do Brasil. O documento prevê ainda, que

o Brasil buscará estabelecer relações econômicas, políticas e culturais com todo o mundo. Uma relação equilibrada com os países que integram o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Européia e o bloco asiático em torno do Japão permitirá contornar constrangimentos internacionais, diminuir a vulnerabilidade externa e criar condições mais favoráveis para a inserção ativa do País no mundo. (Brasil, 2002, p.8)

Deste modo, o fortalecimento das relações entre os países em desenvolvimento, partindo, a priori, da integração regional sul-americana, sob a liderança brasileira mostrava-se uma meta para o fortalecimento, econômico e político que impactariam no âmbito do Poder Nacional Brasileiro.

⁶⁴ -Sobre proeminência regional, ver Mello (1996).

A necessidade de romper com a hegemonia econômica estadunidense no Brasil está explícita na obra *Quinhentos anos de periferia*, do então secretário geral das relações exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães Neto, durante o Governo Lula da Silva. Segundo (Guimarães, 1999, p.101)

as dimensões geográficas, demográficas e econômicas do Brasil, seu potencial, sua posição geopolítica estratégica na América do Sul em face da África o tornam o único possível rival à influência hegemônica dos Estados Unidos no hemisfério Ocidental sul.

Em um âmbito ainda regional, a liderança brasileira na missão humanitária no Haiti foi um fato importante do ponto de vista geopolítico. Mdiatizada e reconhecida pelas Nações Unidas, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)⁶⁵, teve caráter humanitário e político, durante o governo Lula da Silva. As ações, sob liderança brasileira no estado caribenho eram, obviamente, voltadas para o provimento de condições mínimas, a partir da retomada de serviços como, segurança, justiça, saúde e combate a epidemias e direitos humanos⁶⁶. O caráter político da ação configurava-se, a partir da visão dos integrantes do MRE, que entreviam que uma maior participação brasileira nos assuntos tangentes à América Latina, também portaria peso à pretensão brasileira em assumir um papel proeminente no cenário internacional. Do ponto de vista da geopolítica, a maior participação brasileira no cenário internacional, estritamente no Caribe, portava o Brasil a uma região geográfica estratégica e economicamente importante. A missão humanitária também indicava que o governo brasileiro estava disposto, em certa medida, a projetar o poder do país para além do continente sul-americano.

Esta afirmação pode ser comprovada, pelo discurso de Lula da Silva, em que o, então presidente, afirma que “como membro do conselho de segurança da ONU, o Brasil buscou refletir as preocupações de nossa região e interpretar os interesses do povo haitiano e da comunidade internacional”. (Silva, 2004, p.139-140) Desta forma, o presidente, momentos antes do embarque das tropas brasileiras ao Haiti, enfatizava alguns objetivos da política externa do país, como a liderança do Brasil em relação à região e o papel brasileiro no conselho de segurança das Organizações das Nações

⁶⁵ - A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, foi criada em 2004 e tem o escopo de restaurar a ordem no país caribenho, abalado por graves confrontos em decorrência da eleição de Jean-Bertrand Aristide e a sua contraditória deposição no mesmo ano em que foi estabelecida a MINUSTAH.

⁶⁶ - Para mais informações, acessar <<https://minustah.unmissions.org/>>. Acessado em 01 de Junho de 2017.

Unidas (ONU), deixando, ainda, elementos para que fosse possível entrever os objetivos políticos brasileiros, a partir desta missão humanitária.

A MINUSTAH, a integração regional e a aproximação comercial brasileira dos países em desenvolvimento, servem-nos de argumentos para inquirir sobre o papel da geopolítica no interior da política externa brasileira durante o Governo Lula da Silva. Como é possível notar, o recrudescimento do papel do Estado, a busca pela autonomia no âmbito internacional, a liderança regional e o desenvolvimento por meio da diversificação de parceiros econômicos, não são objetivos inéditos da política externa dos dois primeiros governos do PT. Ao que se indica, as metas estratégicas destes dois períodos sob o mesmo governo, se assemelham consideravelmente aos objetivos estratégicos dos períodos militares, principalmente durante o Governo de Ernesto Geisel (Leite, 2011), (Miyamoto, 2012) e, além disso, apontam para uma retomada e aplicação de um pensamento teórico da geopolítica clássica.

Diante das conjecturas apontadas, é possível dizer que a política externa em Lula da Silva tomou um direcionamento realista (Cervo, 2008), de modo que o alinhamento sul-sul refletia uma estratégia de inserção internacional fundada na busca por parcerias com países não hegemônicos⁶⁷, como observa Lima (2005). De modo geral, a definição conceitual nos permite visualizar a maneira como a geopolítica pode ser tratada e qual a sua importância num contexto da política externa. A apresentação de documentos da campanha presidencial do ano de 2002 também permite afirmar que a geopolítica, mais do que nunca, fez parte do pensamento político da coligação partidária, que mais tarde assumiria o poder. As ações do governo brasileiro, tomadas após a assunção de Lula da Silva à presidência, indicam-nos que a política externa brasileira, mais que qualquer outro campo governamental, está interligada tanto à geografia, quanto à geopolítica.

1.4 O Estado Logístico e o Desenvolvimentismo

Como visto anteriormente, a política externa brasileira sempre esteve inserida em paradigmas, que não somente influenciaram o campo da política externa, mas também convergiam com uma visão da realidade econômica, histórica e social do país. Como nesta pesquisa analisamos dois momentos da política externa brasileira, de modo que,

⁶⁷ - A bibliografia consultada utiliza o termo “países do Sul” ou “alinhamento Sul-Sul”, para as relações que não sejam aquelas com a Europa, Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália. Deste modo, decidimos utilizar o termo “países não hegemônicos”, a fim de não incorremos em erro geográfico.

abordamos—o Desenvolvimentismo e o Estado Logístico, dois paradigmas que são inerentes aos períodos trabalhados.

O paradigma desenvolvimentista é precisado por Cervo (2008), como vigente durante o espaço de tempo de 1930 a 1989. Segundo Bielschowsky (2004), o desenvolvimentismo buscava a superação do subdesenvolvimento através da industrialização capitalista, pensada e intermediada pelo Estado. Portanto, a política de desenvolvimento industrial, durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) é determinante para consolidação deste paradigma. Neste período, a participação do Estado brasileiro na promoção e coordenação das indústrias nascentes no país, era vista como fundamental para que o Brasil pudesse superar os déficits da balança comercial, assim como, a dependência econômica em relação aos países desenvolvidos. Neste contexto, podemos observar que o desenvolvimentismo no Brasil, funda-se a partir da necessidade do Estado, já centralizado no primeiro governo de Getúlio Vargas, procurar meios para a superação da dependência econômica e do subdesenvolvimento⁶⁸, pois como analisa Colistete (2001, p.23)

o ritmo de incorporação do progresso técnico e o aumento de produtividade seriam significativamente maiores nas economias industriais (centro) do que nas economias especializadas em produtos primários (periferia), o que levaria por si só a uma diferenciação secular da renda favorável às primeiras.

A corrente de pensamento desenvolvimentista ganharia espaço ao final da década de 1940 e, a partir do pensamento de Celso Furtado⁶⁹, que passaria a considerar a divisão internacional do trabalho como um fator importante para o entendimento do subdesenvolvimento. Além de propagar uma visão da necessidade do Estado intervir no planejamento da organização territorial e industrial do país e incremento do papel das instituições civis. (Pereira, 2011). A incorporação do desenvolvimentismo à política externa acompanhou, no Brasil, a concepção de que era necessário um papel de autonomia no cenário externo e de proteção da indústria nacional para que fosse possível lograr o desenvolvimento nacional. Deste modo,

⁶⁸ -Segundo Lessa (2013, p.879-880), “verificou-se também, entre 1930 e 1945, o início do processo de estruturação do aparelho de Estado para o enfrentamento das questões mais diretamente relacionadas com a estratégia de desenvolvimento baseado na industrialização, com a criação de diversas agências de planejamento econômico.”.

⁶⁹ -Celso Monteiro Furtado foi um intelectual e economista brasileiro, responsável pelo estudo da formação econômica do Brasil e criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959.

a ascensão de Getúlio Vargas ao poder após o triunfo da Revolução de 1930 representou novo momento para o país. Externamente, a crise dos preços e a depressão capitalista representavam desafios novos para os formuladores de política comercial e, internamente, a determinação de promover como opção política o crescimento das indústrias resultou de percepções de interesses da sociedade. Era indispensável relançar o comércio exterior para alcançar resultados de modernização interna, daí o cuidado e a preocupação que o governo revelou a seu respeito. (Cervo, 1997, p.7)

A ideia de desenvolvimentismo é consolidada, a partir da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Fundada em 1948, esta instituição organizava-se como uma resposta dos Estados Unidos às demandas latino-americanas por crédito e desenvolvimento econômico, em um momento histórico no qual este país fortalecia a concessão de créditos aos países europeus devastados pela Segunda Guerra Mundial. A CEPAL, portanto, preconizava a resolução do subdesenvolvimento por meio da industrialização, tendo Celso Furtado como principal expoente desta tese. No contexto brasileiro, alguns anos depois, é fundado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) em 1955⁷⁰, que propunha a resolução dos problemas nacionais, com ideias ao entorno do desenvolvimentismo, como observa Lessa (2013), buscando o desenvolvimento nacional a partir da superação das perspectivas entre soluções marxistas e possibilistas.

De fato, o subdesenvolvimento brasileiro era, e ainda é, uma questão preocupante para todos os círculos de debate político no Brasil. A solução a este problema, no entanto, não era de fácil mote, de modo que traçar um estratégia de desenvolvimento para o Brasil era indispensável, principalmente na visão dos geopolíticos brasileiros. Segundo Guimarães (2006, p.48)

a estratégia desenvolvimentista reconhece a importância do setor externo para a economia brasileira, mas considera que o cerne da estratégia de desenvolvimento deve ser a expansão estimulada do mercado interno e a diversificação do parque produtivo no Brasil.

É possível notar que o desenvolvimentismo, presente na política brasileira que se inicia a partir de 1930, também pode ser observado nas concepções sobre o papel do Estado, segundo a geopolítica clássica no Brasil. O desenvolvimentismo apresentava ao Estado um modelo de desenvolvimento pautada no fortalecimento da participação do

⁷⁰ -O ISEB seria extinto em 1964 com o Golpe Militar

Estado na economia nacional, assim como vislumbrava a política externa como uma ferramenta para a atração de capitais para o Brasil. É importante ressaltar que a geopolítica clássica brasileira, composta pelo quadro de ideias que compunha o Estado e a economia nacional, passou a considerar o desenvolvimento como uma tarefa intrínseca ao Estado.

Deste modo, podemos observar o desenvolvimentismo como um paradigma que atingiu áreas ulteriores à economia, de modo que as suas diretrizes e objetivos foram incorporados, também, pela política externa. Este paradigma traria um impacto considerável na política formulada pelo MRE elaborada após o Golpe de 1964, uma vez que fundamentaria a ideia de um Projeto Nacional⁷¹ e comporia a orientação teórica dos diplomatas brasileiros. Este paradigma deixaria um legado na política externa brasileira, de modo que, o Estado Logístico, próximo paradigma a ser analisado, partiria da construção teórica e prática do desenvolvimentismo.

O Estado Logístico, como já mencionado, é um paradigma que parte de uma experiência desenvolvimentista brasileira dos anos de 1930 a 1989. O paradigma logístico na política externa brasileira é apontado por Cervo (2003, 2008), como uma associação do liberalismo econômico ao recrudescimento do papel do Estado em direcionar e manter os fluxos internacionais de capital. Segundo Cervo (2003, p.21), “a ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro.” Assim como

na esfera política, o paradigma logístico, como experiência brasileira ou latino-americana, comprova uma criatividade ainda maior. Recupera a autonomia decisória, sacrificada pelos normais⁷², e adentra pelo mundo da interdependência implementando um modelo decisório de inserção autônoma. Seu escopo final, a superação de assimetrias entre as nações, ou seja, elevar o patamar nacional ao nível das nações avançadas. Diferencia-se do paradigma desenvolvimentista, com o qual convive sem conflito, ao transferir à sociedade as responsabilidades do Estado empresário. (Cervo, 2003, p.21)

⁷¹ -Segundo Mourão e Veriano (2012), um Projeto Nacional, na visão de Celso Furtado, era um Estado equilibrado não somente do ponto de vista econômico, mas também nas esferas sociais, culturais e política, de modo que, sem uma organização e um planejamento seria impossível superar o subdesenvolvimento.

⁷² -Segundo Cervo (2003, p.19) “O paradigma do Estado normal, em suma, foi o caminho aberto pela inteligência política latino-americana nos anos 1990. Todos os governos se dispuseram a trilhá-lo à galope, mas não o fizeram no mesmo ritmo e com a mesma coerência. Em toda parte, o paradigma revelava seus três parâmetros essenciais: subserviência na esfera política, destruição na esfera econômica e regresso do ponto de vista estrutural e histórico.”

Esta posição da política externa, também é explicada por Oliveira (2005, p.257), “o Brasil de Lula molda sua política exterior pelo paradigma do Estado logístico, imitando o comportamento dos grandes.” Deste modo, a elevação do país a um grau de negociação próximo ao dos países desenvolvidos economicamente, mostra-nos que a política externa em Lula da Silva serviria como um suporte para que o país alcançasse um status de líder no âmbito regional.

Neste mesmo sentido, de redução das assimetrias mundiais e liderança regional, a afirmação de Samuel Pinheiros Guimarães ilustra bem a visão da política externa brasileira em Lula da Silva, de modo que

a política comercial deve ser instrumento de modernização programada do parque produtivo, em especial do parque de bens de capital, única forma permanente de dispor o Brasil de um processo interno, endógeno de modernização permanente de suas atividades produtivas, que é característica central da economia dos países do Primeiro Mundo. (Guimarães, p.86, 2006)

Na medida em que um pensamento crítico sobre a política externa se consolidava, como indica Cervo (2003), o paradigma do Estado Normal deixava de fazer parte da agenda brasileira. O Estado Logístico vinha, portanto, proporcionar à política externa brasileira uma visão na qual, o papel da iniciativa privada, em alguns setores, seria absorvido pelo Estado. Em Lula da Silva, este fato pode ser evidenciado a partir do incremento da participação das empresas estatais no país, como a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, entre outras empresas estatais que foram criadas ou expandidas durante o período de 2003-2010 (anexo 2). A busca pelo desenvolvimento nacional pressupunha, deste modo, o desenvolvimento tecnológico e científico do país, decrescendo, desta maneira, a dependência das indústrias nacionais por mão de obra e, principalmente, tecnologia estrangeira. É neste sentido que, a política externa possuía um papel fundamental, na medida em que era responsável na afirmação do papel brasileiro no ambiente internacional, a fim, inclusive, de solidificar a imagem brasileira diante dos agentes e atores internacionais, postulando uma imagem de estabilidade política e econômica do país.

A criação de 25 empresas estatais, das quais podemos verificar uma grande presença no setor energético e de tecnologia, assim como a ampliação dos bancos

estatais, demonstram uma visão estratégia governamental traduzida por Guimarães da seguinte forma

as características da economia brasileira são tais que, sem a intervenção flexível do Estado por meio de uma política industrial e tecnológica ativa, cuja a base indispensável deve ser uma política de emprego, a economia brasileira não se autorregula (Guimarães, 2006, p.94-95).

Deste modo, a estratégia de desenvolvimento interno, assim como a política externa em Lula da Silva, portanto, diferentemente do governo anterior de Cardoso (1995-2002), pautava-se numa inter-relação entre a iniciativa privada e a participação ativa do Estado, inserindo, ainda, uma massa populacional no mercado de consumo, como apontam Moraes e Saad-Filho (2011) e Barbosa e Souza (2010). Esta readequação da economia brasileira preocupava-se com um maior equilíbrio da macroeconomia brasileira, de modo que, o governo Lula da Silva passava a aplicar uma política econômica que compreendia o fortalecimento do Estado como imprescindível para o equilíbrio das disparidades econômicas do país.

Associado a isto, como ressaltam Moraes e Saad-Filho (2011, p.515), o governo petista⁷³ fundava a sua visão de desenvolvimento do Estado na concepção de fortalecimento da poupança interna, possibilitando, desta maneira, o desenvolvimento de um complexo tecnológico nacional associado a uma política de inovação empresarial.

Tomamos a decisão de fazer com que o Brasil assumisse a responsabilidade de ter uma forte política de infra-estrutura para dar vazão ao crescimento que nós imaginamos que o Brasil vai ter daqui para a frente. Priorizamos para este ano a questão das nossas ferrovias, das nossas rodovias, dos nossos portos e aeroportos, sem os quais a nossa produção não consegue escoar nem internamente e, muito menos, do Brasil para outros países. (Silva, p.47, 2005).

É de se notar, que o desenvolvimento nacional, na visão do governo de Lula da Silva potencializava as condições de representatividade brasileira no cenário externo. Deste modo, o fortalecimento das empresas estatais juntamente à resolução de problemas econômicos internos proporcionaria um cenário de estabilidade interna que,

⁷³- Utilizaremos o termo “petista” para indicar o governo Lula da Silva ao longo da pesquisa em referência ao partido ao qual o então presidente fazia parte, o Partido dos Trabalhadores (PT).

por sua vez, interessava aos atores e agentes externos, o que se explicitava nas palavras do então presidente.

Com muita dificuldade, consolidamos nossas economias, com evidentes ganhos sociais. Estamos colhendo os frutos de uma estratégia de crescimento sólido que tem como eixo o aumento do comércio exterior e a forte expansão de um mercado de bens de consumo de massas. (Silva, p.31, 2008).

As relações do Brasil com a China, por exemplo, como apontado por Oliveira (2010a) demonstram esta lógica da política externa brasileira, a qual buscava uma maior aproximação dos países não hegemônicos que pudessem, no entanto, contribuir com o desenvolvimento tecnológico brasileiro. Esta aproximação apresentava uma dupla estratégia, ao mesmo tempo em que o Brasil buscava uma independência dos Estados Unidos, encontrava na expansão econômica chinesa os liames para o estabelecimento de uma cooperação tecnológica.

Também é possível identificar esta aproximação do Brasil com os países da África (Mendonça Júnior, 2015). No entanto, com este continente os variados acordos de cooperação técnica, e, também em outros campos, não possuía um caráter exatamente de câmbio tecnológico. O continente africano, durante o governo Lula da Silva representava uma via de cooperação sul-sul para a expansão do poder brasileiro no âmbito internacional, o que do ponto de vista do Estado logístico, era importante, pois concretizava a imagem brasileira, na medida em que o país se tornava um protagonista importante no cenário internacional.

Política externa semelhante foi aplicada com os países do Caribe e América Central, de modo a proporcionar ao Brasil um número interessante de países apoiadores dos objetivos brasileiros no cenário internacional. Este fato, segundo Pickup (2016), foi uma medida para o aumento do poder brasileiro no cenário regional. A postura do governo Lula da Silva com os países da América Central demonstrou a intencionalidade brasileira em arregimentar sufrágio e o apoio destes países a fim de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, objetivo este, até então, secundário na política externa brasileira.

Desta forma, é possível afirmar que, o chamado Estado Logístico em Lula da Silva é alicerçado teoricamente nas práticas políticas e intelectuais de décadas precedentes durante o desenvolvimentismo. Em suma, é possível observar que,

enquanto o desenvolvimentismo buscava consolidar a participação do Estado nas políticas sociais e, principalmente, econômicas, por meio da intervenção estatal, o Estado Logístico incorporava esta ideia do papel do Estado, porém a associava ao progresso tecnológico e à participação empresarial em setores importantes da economia. No âmbito externo, a postura logística brasileira associava-se a uma política de multilateralização dos seus parceiros econômicos, o que era sustentado por uma política interna de distribuição de renda, fortalecimento das instituições estatais e aumento da poupança interna. Esta postura sustentava um discurso de solidariedade e de aplicação destas políticas em continentes, onde questões semelhantes às enfrentadas pelo Brasil eram identificadas (Almeida, 2004).

Capítulo 2- A ideia de potência média e a Geopolítica

Este capítulo foi dividido em três partes. No primeiro tópico foi discutida a ideia de potência no âmbito das relações internacionais e na geopolítica, buscando delimitar as diferenças conceituais e chegando aos pontos convergentes entre as abordagens destas duas disciplinas.

Analisamos, em seguida, a conduta da política externa sobre o pragmatismo responsável, procurando compreender o vínculo entre a posição do Estado brasileiro no ambiente externo e a sua relação com a geopolítica, confrontando e analisando documentos do Ministério das Relações Exteriores e da Escola Superior de Guerra.

No item final, foi analisada a política externa de Ernesto Geisel (1974-1979) buscando compreender a importância deste governo na história da política externa brasileira, na medida em que são estabelecidas vias de maior autonomia para o Brasil diante do contexto mundial. Foi foco deste tópico avaliar, como o status de potência média foi buscado, através da visão geopolítica inserida na política externa brasileira durante este período e quais as condições que permitiram que este governo vislumbrasse tal grau de potência. Salientamos que a análise deste período preenche o horizonte histórico que para em seguida analisarmos o governo Lula da Silva no capítulo 3.

2.1 Considerações gerais teóricas sobre a ideia de potência média⁷⁴

A teoria das relações internacionais nos proporciona um arcabouço teórico para avaliar as condições do cenário internacional, de acordo com a evolução institucional dos Estados Nacionais. Martin Wight, um dos autores mais importantes da teoria das relações internacionais, compreendia o sistema internacional de acordo com três características a anarquia internacional, relações habituais e solidariedade moral, como ressalta Dutra (2015). Analisar o pensamento de Wight é uma tarefa necessária, uma vez que este autor propunha a existência de um sistema anárquico das relações internacionais, sistema este que estaria relacionado à necessidade dos Estados soberanos em atingir seus interesses nas relações com outros estados. Deste modo, neste cenário de egoísmo internacional “uma potência é um estado moderno e soberano em seu aspecto externo” (Wight, 2002, p.4). Por este fato, a compreensão da impossibilidade da existência de várias potências globais levam os estados de menor poder no âmbito

⁷⁴ - Os documentos do acervo diplomático são referenciados da seguinte forma: personagens envolvidos, caráter do documento (secreto, confidencial, etc), descrição no corpo do documento, data, número e nome e dados do acervo.

externo, a procurarem um espaço para defenderem seus interesses, de modo que seja possível vislumbrar um status de potência média ou intermediária. É neste sentido que segundo Wight (2002, p.49) “uma potência média é uma potência com poderio militar, recursos e posição estratégica de tal ordem que em tempos de paz as grandes potências desejam ter seu apoio.”. Segundo esta definição é pertinente observar que o Brasil a partir do final da década de 1930 passa a incorporar não somente um discurso de potência regional (e logo potência média), como também apresenta indicativos econômicos, militares e de política externa que poderiam satisfazer a definição de potência média do autor inglês.

A política externa brasileira já em Getúlio Vargas (1930-1945) apresentava através do paradigma desenvolvimentista uma instrumentalização do MRE como uma via para o desenvolvimento nacional. Esta estratégia, em conjunto com as condições internacionais, inseria o Brasil em um ambiente propício à assunção do país a um status de potência de nível médio, como observa Moura (1980). Tornar-se um Estado capaz de buscar frente à grande potência dos Estados Unidos, um meio para o desenvolvimento nacional, fazia do Brasil na década de 1940 um país relevante, em certa medida, para as estratégias das grandes potências mundiais, naquele momento— Estados Unidos e Alemanha.

Duas décadas após o governo Vargas, a alteração da conjuntura internacional e as novas perspectivas econômicas e estruturais do território nacional, levavam o governo brasileiro a assumir um papel de proeminência regional. A alteração da estrutura industrial do país em Juscelino Kubitscheck (1956-1961) imprimia sobre na configuração territorial do estado um modelo de desenvolvimento, que demonstrava a capacidade do Brasil de atingir um grau de competição no cenário internacional. Deste modo, o desenvolvimento da estrutura econômica brasileira naquele momento, levava à ascensão dos interesses dos setores industriais e agrícolas da sociedade no âmbito internacional.

Deste modo, tornar-se uma potência média era no Brasil, também um corolário das pretensões de setores da burguesia em buscar no âmbito internacional, expandir e/ou manter suas representações de poder perante um cenário internacional capaz de

proporcionar vantagens econômicas aos grandes setores produtivos brasileiros⁷⁵. Esta percepção de potência ganhou corpo, na medida em que os governos militares, após o golpe de Estado de 1964, passaram a defender mais enfaticamente os interesses da classe industrial brasileira, esta que via na expansão do poder no cenário mundial também uma forma de expandir sua rede de produtos no âmbito internacional. Este fato fica claro nas informações secretas de Azeredo da Silveira⁷⁶ ao presidente Ernesto Geisel, nas quais nota-se a intenção de industriais brasileiros no setor de produção de armamentos em expandir suas redes de exportações.

A atual etapa de desenvolvimento industrial atingida pelo Brasil está contribuindo para que o país se habilite como potencial exportador de armamentos. Em tais condições, é natural que os fabricantes brasileiros desejem voltar-se para a exploração do mercado internacional, que propicia bons lucros e assegura a ampliação da escala de produção das indústrias consideradas⁷⁷.

No mesmo sentido de proteger a produção nacional e expandir o mercado importador, é possível observar na reunião do Grupo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA) em 1976⁷⁸ na qual o governo brasileiro, juntamente com os países da América Latina, buscava um entendimento em relação às medidas para evitar variações bruscas do preço do açúcar.

A expansão do mercado de armas do Brasil e de outros setores industriais, assim como o setor de produção açucareira, pode indicar que o desenvolvimento da infraestrutura industrial, o aumento da produção agrícola e o avanço tecnológico no país impulsionavam a burguesia nacional a pressionar o governo no sentido de expandir as relações com países que possuíssem algum mercado consumidor que absorvesse o excedente de produção nacional, assim como a estabelecer parcerias de cunho de cooperação tecnológica em benefício dos setores produtivos nacionais.

⁷⁵ -A afirmação de Aron (2002, p.103) de que “os atores do jogo interno são também animados pelo desejo de potência e, ao mesmo tempo, por convicções ideológicas. Os donos do poder satisfazem sua ambição (raramente isenta de interesses pessoais) mesmo quando estão convencidos de que servem à coletividade” é pertinente, no sentido de que demonstra que o desejo de potência dos atores internos impulsiona a política internacional de um Estado.

⁷⁶ -Azeredo da Silveira foi diplomata brasileiro e Ministro das Relações Exteriores do Brasil durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979)

⁷⁷ -Azeredo da Silveira ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), secreto, informação para o senhor presidente da república, 26 de Março de 1974, n.25, Acervo Azeredo da Silveira (AAS), 1974.26.03

⁷⁸ -Azeredo da Silveira ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), secreto, informação para o senhor presidente da república, 27 de Maio de 1976, n.194, Ernesto Geisel (Er pr), 1974.03.00/2.

É neste sentido que a ideia de potência média, seja no campo da geopolítica, seja no campo das relações internacionais, vem acompanhada de uma concepção de expansão das relações com países não hegemônicos do cenário internacional, de modo que estes pudessem contribuir com o desenvolvimento de setores da economia nacional. Tornar-se uma potência média, portanto, relaciona-se ao fato de pressões internas do Estado, impulsionando o estreitamento ou a inauguração de relações com outros Estados Nacionais, preferencialmente aqueles não hegemônicos, de modo que as relações pudessem ser estabelecidas de forma mais ou menos simétricas.

Segundo Vizentini (1998), os governos militares do Brasil, nunca abandonaram a visão de potência na política externa e, além disso, buscavam na organização global uma via autônoma, na qual o Brasil pudesse figurar como um país com alguma liderança no âmbito mundial, assim como no regional. A consolidação deste ideal de liderança regional, seria radicada durante o Governo de Ernesto Geisel, como veremos adiante.

Desta maneira, é pertinente esclarecermos que a visão de potência regional está contida no conceito de potência média. Uma potência regional, segundo Domingues (2013), é um Estado capaz de influenciar amplamente o destino de uma determinada região. Segundo Nolte (apud, Domingues, 2013) “o que distingue uma potência média de uma potência regional é a aspiração de liderança.”. Segundo Domingues⁷⁹ (2013) as características de uma potência regional são:

a)Interconectividade; **b)**Construção da região; **c)**Estruturas de governança regional; **d)**Identidade regional comum; **e)**Fornecimento de bens coletivos; **f)**Definição da agenda de segurança regional; **g)**Reconhecimento de dentro e fora da região; **h)**Representação dos interesses regionais; (Domingues, 2013, p.15)

Por isto, enquanto uma potência regional busca uma liderança em escala geográfica limitada, uma potência média busca, a partir da liderança regional, atingir a um objetivo internacional maior. É neste sentido que, embora os governos brasileiros tenham procurado, praticamente durante toda a sua história republicana tornar-se uma potência regional, somente em alguns momentos, após a década de 1950, as lideranças políticas

⁷⁹ - Nolte (2010, p.893) define onze pontos sobre as características de uma potência regional, por motivos metodológicos não citamos todos estes pontos, mas um quadro que os condensa elaborado por Domingues (2013).

se viram capacitadas a vislumbrar a um status de potência média. Segundo Cervo (2008, p.40)

durante a segunda metade do século XX, a diplomacia brasileira de potência média, enquanto corria atrás de fatores externos de desenvolvimento, como capitais, empresas e tecnologia, buscou liderar o Terceiro Mundo em um movimento de reforma da ordem econômica internacional, confrontando interesses concretos das potências avançadas.

Portanto, tornar-se uma potência média exige, do ponto de vista das relações internacionais, o reconhecimento internacional acerca da capacidade de um país dirigir ou intermediar um grupo de países de menor poder, pressupondo que o líder deste grupo esteja apto a conciliar os diversos interesses conjunturais. A busca pelo desenvolvimento está conectada à concepção de uma centralidade brasileira, não somente em relação às questões econômicas, mas também de acordo com a sua importância geográfica. Ideia esta intrinsecamente conectada com as teses e teorias dos geopolíticos brasileiros que construíram suas teses durante o paradigma desenvolvimentista no Brasil⁸⁰, como Silva (1981; 1981b); Mattos (2002); Travassos (1935).

Neste sentido, a política externa, que durante a década de 1930 buscava ainda consolidar uma imagem estável do Brasil como representante proeminente da América do Sul, passava, em meados da década de 1950, a satisfazer, ou pelo menos a visar o desenvolvimento nacional, ao mesmo tempo em que alimentava a pretensão brasileira de atingir um grau de reconhecimento internacional, que permitisse ao país estabelecer relações favoráveis à economia nacional.

À diferença do período Vargas (1930-1945), no início da década de 1960, o Brasil já possuía uma capacidade produtiva e bélica considerável se comparada aos seus vizinhos sul-americanos e em 1979, a diferença da capacidade militar brasileira em relação aos outros países sul-americanos era notória⁸¹, transformando, portanto, as pretensões da política externa e consolidando a visão do país como um líder regional.

Deste modo, da perspectiva das relações internacionais, uma potência média é um Estado ao qual é possível visualizar um campo de autonomia no cenário internacional,

⁸¹ - Segundo Mello (1996), o Brasil, neste período, ocupa o primeiro lugar entre as potências militares da América do Sul.

assim como lhe é possível vislumbrar estratégias conjuntas com outros Estados, buscando uma maior parcela de poder no âmbito global. Uma potência média é, ainda, um Estado-Nação líder de um contexto regional, a partir de uma convergência dos fatores estratégicos, políticos, bélicos, populacionais e territoriais.

Embora as relações internacionais enfatizem a aplicação deste conceito no âmbito internacional, focalizando as estratégias de inserção no cenário externo, não negligenciam os aspectos econômicos, territoriais e estratégicos que envolvem o país. Neste sentido, é possível entrever algumas convergências conceituais entre a geopolítica e as relações internacionais.

Do ponto de vista da geopolítica, o já consolidado Estado-Nação brasileiro da década de 1960 pode por em prática algumas das estratégias conforme traçado nos objetivos da Escola Superior de Guerra⁸², segundo Mendonça Júnior (2004, p. 9) “o objetivo político do grupo esguiano (era): a hegemonia brasileira na Bacia do Rio da Prata e, conseqüentemente, o status de potência regional.”. Este objetivo foi perseguido durante o Governo Castelo Branco (1964-1966) deixando claro que, a preponderância do poder brasileiro naquela região era essencial para o país tornar-se um líder regional (Mello, 1996).

O prestígio adquirido pelo exército brasileiro, que partiu em campanha na Segunda Guerra Mundial, somado à necessidade do desenvolvimento econômico, levando em consideração a organização do território nacional, proporcionou um ambiente propício para a formação de uma instituição nos moldes da ESG.

Em 1948, o Estado-Maior das Forças Armadas, após acurado estudo e tendo em vista reorganizar e atualizar o Curso de Alto Comando, solicitou e obteve do exmo. sr. Presidente da República, autorização para tratar da organização de uma Escola Superior de Guerra que funcionasse sob orientação, porém autônoma e capaz de proporcionar não só os ensinamentos que aquele curso previa, mas igualmente os que se recomendassem como fruto da experiência da última guerra mundial. (Miyamoto, 1995, p.224)

Ainda segundo Miyamoto (1995, p.224) cabia a ESG analisar:

⁸²- Como analisa Mendonça Júnior (2004), tanto integrantes desta escola fizeram parte dos governos militares de 1964 a 1985, como alguns objetivos delineados nesta instituição foram, ainda que parcialmente, aplicados durante o Governo Castelo Branco.

- 1) Assuntos Nacionais: questões que interessam ao desenvolvimento do potencial nacional;
- 2) Assuntos Internacionais: política exterior e sua coordenação com as necessidades da segurança nacional. Tendências mundiais. Problemas internacionais, principalmente os referentes ao hemisfério ocidental.
- 3) Assuntos militares: emprego das forças combinadas. Determinação do valor das forças armadas necessárias à execução da política nacional na paz e na guerra; planejamento estratégico; mobilização nacional.

Se do ponto de vista de Mattos (2002), a ESG modificou a maneira como a geopolítica era tratada no Brasil, a partir da perspectiva de Miyamoto (1995), essa escola não versou diretamente sobre a geopolítica, embora os temas abordados na instituição fossem correlatos a este campo de estudo. Ainda, em um sentido político, Oliveira (2010b) analisa a ESG e a organização militar dentro desta instituição, levando em consideração as divisões entre os setores militares sobornistas e nacionalistas.⁸³

Deste modo, segundo Oliveira (2010b) os ingressantes na ESG eram instruídos a buscar os objetivos nacionais, garantindo, neste sentido, a manutenção dos interesses da elite nacional, de modo que esta seria a verdadeira conhecedora dos interesses nacionais. É neste sentido, que Silva (1981a) e Mattos (2002), ambos membros da ESG, enxergavam os interesses brasileiros em consonância com os interesses de uma classe dirigente empresarial e industrial, a fim de, atingir um status de potência média. Este fato sob a concepção da ESG estava atrelado à consecução de interesses nacionais que eram, além disso, os interesses de setores específicos da sociedade brasileira.

A formação da ESG estava, portanto, atrelada a necessidade do país em se desenvolver economicamente, preservando os interesses de alguns setores burgueses da sociedade do país, mantendo e reproduzindo, destarte, a estrutura capitalista nacional, assim como pensando a organização e Estratégia do Estado, a fim de se alcançar um status de potência regional e/ou internacional. O que não significa como observaremos mais detidamente, que as formulações constituídas na ESG foram transmitidas diretamente para as esferas governamentais.

Na medida em que o pensamento geopolítico brasileiro consolidou-se ao entorno de uma orientação militar que buscava compreender todos os fatores que influenciavam o poder do Estado, tanto no âmbito interno, como no âmbito externo, a ESG passou a

⁸³ -Segundo Oliveira (2010), militares sobornistas aproximavam-se do projeto liberal e do internacionalismo para o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto que os nacionalistas estavam voltados para o fortalecimento do Estado brasileiro por meio do desenvolvimento social do país.

cumprir com o objetivo dos setores militares de solidificar-se como instituição apta à formação da sociedade brasileira. A formação da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG)⁸⁴, materializou os objetivos da ESG, que eram os de preparar uma classe dirigente apta a conduzir os destinos do Brasil.

Os trabalhos encontrados na ESG, embora apresentem uma clara orientação em relação aos escritos de Golbery do Couto e Silva, como aponta Miyamoto (1995), não podem ser simplificados a uma cópia da obra deste autor. Ao que é possível verificar, também pelo sigilo que tal documentação possuiu durante a ditadura militar, as análises realizadas pelos integrantes desta instituição tinham também um objetivo de compreender as condições geográficas, políticas, econômicas e sociais do Brasil, permitindo ao governo militar um banco de dados útil à consecução dos objetivos traçados durante um determinado período do governo.

Deste modo, realizamos o levantamento dos trabalhos de conclusão de curso, trabalhos especiais e relatórios de viagem disponíveis na biblioteca da Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro. A seleção de trabalhos foi realizada com base no recorte temporal da fundamentação histórica desta pesquisa, ou seja, trabalhos que datassem do período de 1974 a 1979, período este correspondente ao governo de Ernesto Geisel⁸⁵.

Os trabalhos realizados dentro da ESG, durante o período analisado, eram divididos nos seguintes campos:

- 1- Análise da Conjuntura Externa
 - 2- Análise da Conjuntura Interna
- Os subtemas destes campos eram:
- a) Análise da Conjuntura Econômica
 - b) Análise da Conjuntura Militar
 - c) Análise da Conjuntura Política
 - d) Análise da Conjuntura Psicossocial

⁸⁴ -A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) é uma instituição civil sem fins lucrativos, de caráter educacional a nível superior e que congrega brasileiros de diversas áreas sociais, técnicas, culturais e empresariais, visando uma formação altamente qualificada de formadores de opinião, com o intuito de colaborar para uma sociedade mais justa e ética, na busca dos melhores ideais para o Brasil. Disponível em <<http://www.adesgpr.org.br/institucional/>>. Acesso em 17 de Set. de 2017.

⁸⁵ -É importante ressaltar que estes documentos foram disponibilizados ao público recentemente, de modo que a grande quantidade de trabalhos ainda não investigados por outros pesquisadores nos obrigou a limitar-nos a uma pequena parte destes documentos, os quais foram selecionados a partir da pertinência com o tema abordado nesta dissertação.

Todos estes trabalhos eram realizados com o teor de monografias, possuindo, portanto, uma metodologia específica, objetivos definidos e referências bibliográficas. Também eram realizados por grupos de estudo, dirigidos por um militar e/ou professor da ESG, sendo que a apresentação destes fazia parte da conclusão do curso ministrado na instituição.

Embora a aplicação de medidas políticas, a partir das análises produzidas na instituição seja questionável, é relevante o fato de vários atores da política brasileira terem feito parte dos cursos da ESG e ADESG⁸⁶, fato este que nos conduz a acreditar que a ESG, embora do ponto de vista acadêmico tenha sido negligenciada como uma instituição formadora de uma classe dirigente, do ponto de vista político, pode ter sido bastante influente no que tange à conjuntura geopolítica do Brasil.

Embora algumas teses geopolíticas formuladas na ESG tenham sido aplicadas durante o governo Castello Branco (Mendonça Júnior, 2004), o Brasil não lograria neste período (1964-1966) alcançar seus objetivos econômicos ou mesmo geopolíticos. Não obstante os militares, que então haviam tomado o poder em 1964, enxergassem que o país possuía todos os requisitos para se tornar uma grande potência, a política externa brasileira permaneceria subordinada econômica e estrategicamente aos Estados Unidos (Vizentini, 1998).

É observável que todos os governos militares de 1964 a 1985 buscaram aumentar o coeficiente de poder brasileiro, embora poucas vezes, as condições internas e externas tenham favorecido a este ideal. Segundo Vizentini (1998, p.363)

a política externa do Regime militar, num sentido mais amplo, encontrava-se associada à noção de Projeto Nacional, que buscava elevar a posição do Brasil no cenário internacional numa potência média.

Deste modo, a relação entre o Brasil e os Estados Unidos, em um cenário internacional marcado pela Guerra Fria, impossibilitava àquele primeiro país expandir sua esfera de poder, uma vez que não interessava à potência hegemônica do norte haver

⁸⁶-Segundo Freire e Melo (2014) é vasta a quantidade de políticos brasileiros que passaram pelos cursos da ESG, como exemplo podemos citar os presidentes Ernesto Geisel, Humberto Castelo Branco, Paschoal Ranieri Mazzilli e Tancredo Neves. No cargo de Ministro de Estado, Leônidas Pires Gonçalves (Ministro de Exército de 1985 a 1990), Luiz Fernando Furlan (Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil de 2003 a 2007) e Jorge Armando Félix (Ministro de Estado de Segurança Institucional de 2003 a 2011). Ao todo foram 4 presidentes da república, 11 ministros de Estado, 12 senadores, 37 deputados federais, 2 deputados estaduais, 2 secretários de Estado.

um rival no Atlântico Sul (Oliveira, 2005). Este cenário permaneceria desfavorável à ascensão brasileira no que tange ao seu poder até o início da década de 1970, quando se é verificado em Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) as distensões entre Brasil e Estados Unidos, isto em consequência da redução ou, ao menos estagnação do poder perceptível deste último país, devido ao fracasso no Vietnã e aos escândalos políticos internos⁸⁷.

É somente durante o Governo Geisel (1974-1979), que o Brasil teria condições autônomas para tomar as medidas econômicas e externas necessárias para desenvolver o Estado sem ter que tomar uma postura estritamente ideológica. Neste contexto, é desenvolvida a conduta nomeada de Pragmatismo Responsável, que segundo Vizentini (1998, p.362) era um momento em que

a política externa apresenta-se como um instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico industrial e da construção do status de potência média [...] tal política, ao longo do regime militar, conduziu à busca de uma maior autonomia na cena internacional, produzindo-se uma crescente multilateralização e mundialização, de dimensão tanto econômica como política.

Deste modo, podemos notar que, levando em consideração a categoria “anarquia internacional”, observada por Wight (2002), o governo brasileiro do início do século XX até o final da Guerra Fria, colocava em pauta a necessidade de manter a soberania nacional, defendendo o país de um invasor externo (Silva, 1981a). De maneira que, o fortalecimento das fronteiras nacionais não passava somente pelo ideal da consolidação das forças armadas brasileiras, mas também recaía sobre o desenvolvimento do capitalismo no país, de modo a prevenir a penetração de influências ideológicas. Ao que se indica, portanto, tornar-se potência média poderia ser visto de duas maneiras no pensamento geopolítico brasileiro, um meio para atingir o desenvolvimento ou um fim, ou seja, o de desenvolver-se para tornar-se esta categoria de potência, como corrobora Mello⁸⁸ (1996) e Mendonça Júnior e Faria (2015).

Segundo a visão de Mello (1996), uma potência média, do ponto de vista dos estudos da geopolítica, seria um Estado com um poder superior aos outros Estados

⁸⁷ - Na década de 1970, os Estados Unidos começavam a demonstrar incapacidade em conduzir a Guerra no Vietnã iniciada em 1955. Além disso, em 1974, o presidente Richard Nixon era julgado pelo escândalo de Watergate, denunciado em 1972.

⁸⁸ -Mello (1996, p.163) afirma que na década de 1970 “a superioridade alcançada pelo Brasil em relação à somatória do poder dos Estados vizinhos indica claramente a transformação do país numa potência média com capacidade para exercer influência em nível regional.”.

fronteiriços ou do mesmo bloco regional. Este autor utiliza, como muitos outros geopolíticos, a equação de poder elaborada por Cline (1977)⁸⁹, na qual a somatória de vários fatores, fossem territoriais ou bélicos, resultaria num coeficiente de poder determinante na hierarquia de potências internacionais. Na definição de Mello (1996), o Brasil já havia atingido o status de potência média, já na década de 1970 por possuir um poder perceptível, bem superior se comparado aos outros países Sul-Americanos.

Na geopolítica clássica, o poder é, frequentemente, associado à localização geográfica e à capacidade do Estado impor os seus interesses no cenário internacional. Castro (1999), a partir de uma visão geopolítica voltada para o domínio marítimo brasileiro e os interesses do país sobre a Antártida, aponta a necessidade de o Brasil aperfeiçoar a sua frota, vislumbrando desvencilhar-se da dependência marítima das grandes potências. Na visão de Castro (1999), tornar-se um país maritimamente autônomo, denotava capacidade de poder perante as outras nações, contribuindo para uma maior projeção do poder nacional que, por conseguinte, resultaria num maior grau de potência no âmbito externo.

Do ponto de vista de Silva (1981a), o Brasil, em um grau de potência emergente, deveria apresentar a capacidade para garantir a soberania nacional, assim como promover a integração do território do país. Deste modo, segundo este autor, desenvolver as particularidades estruturais brasileiras, assim como organizar e distribuir demograficamente a população brasileira através dos territórios interioranos do país, era fundamental para que se fossem exploradas as potencialidades brasileiras, a fim de conferir, por meio do espaço geográfico, um status de potência compatível à grandeza nacional.

Sob esta perspectiva, podemos notar que o pensamento geopolítico clássico brasileiro, de certo modo, buscava encontrar no Brasil um país respeitado por seu potencial econômico e militar, fosse pelos seus vizinhos sul-americanos, fosse pelos Estados Unidos, país este que representava o principal parceiro econômico e potência aliada brasileira desde o início do século XX.

Deste modo, notamos que a construção do conceito de potência média no Brasil, antes de ser uma formulação teórica, forma-se a partir da conjuntura histórica e política do país e da evolução da política externa brasileira. Além disso, partindo das

⁸⁹ -Ver pág. 35.

formulações, seja do campo das relações internacionais, seja da geopolítica, notamos que atingir um status de potência média implica que se busque à liderança regional, o crescimento econômico, à aplicação de estratégias no âmbito político e, acima de tudo, à autonomia internacional.

2.2 O Pragmatismo Responsável e Geopolítica⁹⁰

Assim que Ernesto Geisel assumia o governo em 1974, caía o regime ditatorial em Portugal, como em agosto deste mesmo ano, Richard Milhous Nixon renunciava ao cargo de presidente dos Estados Unidos. Em setembro Moçambique declarava sua independência, bem como eram reconhecidos independentes Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. A crise do petróleo em decorrência da Guerra do Yom Kippur continuava sem uma solução e agravava a crise financeira dos chamados países em desenvolvimento. Sob este panorama, passava a vigorar, na política externa brasileira, o “pragmatismo responsável”. Esta concepção não era uma criação nacional, segundo Mendonça e Miyamoto

entendido como um plano geral de política externa, esse estilo de conduta da Chancelaria brasileira teve nos Estados Unidos um dos fatores chave para sua própria definição. Além de visar ao desenvolvimento nacional, tratava-se de uma postura não-alinhada, onde as ações tomadas pelo governo poderiam variar de acordo com as circunstâncias.⁹¹ (Mendonça e Miyamoto, 2011, p.12)

Esta forma de condução da política externa deve ser explicada neste trabalho, para que o leitor possa compreender o liame entre a política externa do Governo Ernesto Geisel e a de Lula da Silva, uma vez que sugerimos semelhante visão geopolítica entre estes dois governos. Evidentemente, não propomos que a conduta destes dois períodos seja comparável no sentido ideológico e político, mas entendemos que o pragmatismo responsável é parte histórica importante das relações internacionais brasileiras, assim como uma conduta da política externa que é fundamental para se compreender a ideia de potência média.

⁹⁰ --Todos os documentos diplomáticos presentes neste item estão disponíveis em <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA>>. Acessado em 13 de Mar. de 2017. Os dados necessários para acessá-los se encontram em nota de rodapé, conforme a citação do documento (Anexo 3).

⁹¹ -Em documento retirado do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é possível ver considerações interessantes sobre a postura pragmática da diplomacia dos Estados Unidos. Documento do embaixador brasileiro nos Estados Unidos, João Augusto de Araújo Castro, assinado por Golbery do Couto e Silva, política externa americana, secreto, sem número, 20 de março de 1974. EG pr 1974.03.00/2

O pragmatismo responsável, como uma forma de condução da política externa brasileira, foi essencial para a delimitação da estratégia de inserção internacional brasileira em Ernesto Geisel. Esta forma de gerir o Estado, como indicava o então presidente brasileiro era uma maneira de conciliar os interesses nacionais frente às diferentes orientações dos outros Estados-Nacionais. Deste modo, segundo Ernesto Geisel

nós procuramos ser pragmáticos e, no relacionamento com outros países, ressaltar os pontos de cooperação e não os de divergência. Acreditamos que a cooperação traz melhores resultados do que o antagonismo. Não somos imediatistas. Ao contrário, visamos ao longo prazo. (Geisel, 1976)⁹²

A condução da política do MRE, pautada por ideais “pragmáticos ecumênico e responsáveis” indica uma delimitação das políticas externas sobre ideais acerca dos interesses nacionais, soberania e poder nacional. Esta discussão, em certa medida, conecta-se à geopolítica brasileira. Silva (1981a, 1981b) já demonstrava um amplo interesse nas discussões acerca do poder nacional e as estratégias de consecução na busca por uma política de Estado, procurando teorizar as relações de poder e o território brasileiro.

O Pragmatismo Responsável, deste modo, foi visto como uma tendência que ganhava campo de aplicação na Política Externa dos Estados Unidos e que proporcionava uma experiência, que somada a um contexto internacional mostrava-se conveniente à política externa brasileira. Deste modo, aproveitando desta regulação do poder internacional, segundo Spektor (2004, p. 195) “o pragmatismo seria uma expressão da tentativa brasileira de ganhar maior espaço de manobra em um sistema dominado pelas grandes potências.”.

Portanto, adicionado à estratégia de desenvolvimento interno, o pragmatismo oferecia ao Brasil a possibilidade de estabelecer acordos com países nos quais as relações comerciais eram pouco desenvolvidas, buscando através de uma estratégia universalista, maior campo de autonomia. Segundo Cervo (1994, p.27).

o pragmatismo induz a adequação das percepções dos reais interesses nacionais aos desígnios externos, de forma a fazer prevalecer o resultado sobre o conceito, os ganhos concretos e materiais sobre os

⁹²- Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, secreto, 24 de Setembro de 1976, nº310. Ernesto Geisel (EG pr) 1974.03.00/2.

valores políticos ou ideológicos, a oportunidade sobre o destino, a liberdade de ação sobre o empenho do compromisso, o universalismo sobre as camisas-de-forças dos particularismos, a aceitação sobre a resistência aos fatos. [...] o pragmatismo da política exterior do Brasil produziu dois resultados históricos: o abandono da ideia de construção e o uso da potência para obter ganhos externos e a despolitização, enfim a moralização da conduta.

Neste sentido, o pragmatismo responsável foi utilizado como conduta política em vários períodos da política externa brasileira como analisado por Nazário (1983), Cervo (1994) e Vizentini (1998), de modo que em outros momentos da política externa brasileira já era possível identificar um caráter pragmático na política externa do país, como no projeto “Brasil Potência”⁹³. Portanto, o fato relevante a ser notado é que a condução “pragmática” da política externa brasileira não ocorreu exclusivamente durante o governo Ernesto Geisel, o que indica que a recorrência de formas de condução da política externa brasileira independe da orientação ideológica dos chefes de estado.

Sumariamente, a postura pragmática brasileira é a de buscar dentre as possibilidades do cenário internacional, aquela mais rentável aos interesses nacionais. O pragmatismo “ecumênico”, deveria ainda levar em consideração o universalismo e as características brasileiras, em acordo com o território nacional. Finalmente, a palavra “responsável”, indicava que a política externa brasileira deveria considerar a importância das ações, levando em consideração o alinhamento brasileiro em relação aos países ocidentais capitalistas.⁹⁴ Esta política externa deveria levar em consideração alguns objetivos e direcionamentos, o que no âmbito regional da América Latina podia ser traduzido como aponta Nazário (1983, p.47, tradução nossa)

assegurar suprimentos de energia”, “expandir o comércio e desenvolver programas que facilitariam o acesso brasileiro a recursos na região”; “estender a influência do Brasil na região”; “quebrar o

⁹³ -Segundo Oliveira (2005, p.138) “Ciente do crescimento econômico observado no Brasil e da estratégia de inserção do país no cenário internacional, diversos analistas definem a política externa do Brasil no período Médici como um projeto de potencializar o poder nacional, ou de transformá-lo em um Brasil Potência.”.

⁹⁴ - Trata-se de documento encontrado no Acervo de Ernesto Geisel, em meio a recomendações de Azeredo da Silveira ao seu sucessor Ramiro Saraiva Guerreiro. Novas Perspectivas da Política Exterior Brasileira (1979-1985). O poder nacional como base da política exterior do Brasil, sem numeração, Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2. Segundo este documento, etimologicamente o termo ecumênico se prende ao conceito de terra habitada. Dizer que a política externa brasileira é ecumênica é dizer que ela tende ao universalismo, em função do conjunto de atributos do Brasil como nação. O sentido pragmático consiste, pois, na avaliação entre os vários fatores e na opção quanto ao caminho politicamente mais rentável, sempre no quadro das linhas gerais de nossos princípios. Esta última consideração é a que acrescenta o epíteto responsável à linha de pragmatismo que o Ministro Azeredo da Silveira procurou imprimir na gestão do Presidente Ernesto Geisel.

isolamento e buscar entendimento com a região agindo mais em compasso com atores proeminentes.⁹⁵

É necessário, ainda, acrescentar que durante o governo de Ernesto Geisel a política de inserção internacional partiu de princípios pragmáticos que distanciavam o país de posições ideológicas, buscando nas relações bilaterais satisfazer os interesses nacionais. Deste modo, sem que o governo brasileiro rompesse com parceiros comerciais importantes, o país teceu as bases para avançar com certa autonomia, sob a perspectiva de potência no cenário internacional.

Assim, uma política externa dinâmica e a defesa do desenvolvimento econômico eram essenciais às ideias políticas de Ernesto Geisel. De modo que, segundo Oliveira (2005, p. 151), “o pragmatismo ecumênico e responsável do Governo Geisel propunha a defender os interesses nacionais [...] na necessidade de manutenção do modo de desenvolvimento econômico implantado.”.

Em complemento a esta ideia, Nazário (1983) destaca que a diplomacia baseada em diretrizes pragmáticas buscava melhores condições comerciais no mercado externo, assim como procurava manter o acesso brasileiro às matérias-primas necessárias ao desenvolvimento do país. O que pressionava o governo brasileiro à diversificação de parceiros econômicos segundo Lessa (1994) era do recrudescimento do protecionismo e da crise do petróleo. Sobre a postura de diversificação de parcerias, percebe-se que em momentos históricos diversos, a política externa brasileira tende a apresentar uma postura universalista frente às condições geopolíticas mundiais, esta condição

resultante desta visão pragmática de formulação e implementação da Política Exterior tem permitido a escolha de parceiros preferenciais, aos quais se atribui atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que permitiria a auferição de ganhos concretos de lado a lado. (Lessa 1998, p.31).

Esta ótica converge com a afirmação de Castro (1999), de que o governo brasileiro, ao longo da Ditadura Militar deu-se conta de que o simples posicionamento automático em relação aos Estados Unidos não traria benefícios diretos ao país, deste modo

⁹⁵ - 1. Securing supplies of energy; 2. Expanding trade and development of economic cooperation programs that would facilitate Brazil's access to the resources in the region through long term agreements and creation of joint ventures; 3. Taking into account geopolitical considerations, including concern over security as well as extending Brazil's influence throughout the region; 4. Breaking isolation and seeking solidarity with the region by acting more in concert with other prominent actors.

o Brasil foi aos poucos percebendo que pertencer ao Bloco Ocidental não implicava integrar-se ao Primeiro Mundo. E assim, começou a desviar as suas diretrizes geopolíticas para o campo do pragmatismo responsável.⁹⁶. (Castro, 1999, p.288)

É neste sentido que a geopolítica não pode ser dissociada de uma postura política no campo externo brasileiro. Na medida em que o pragmatismo responsável tecia uma forma de condução do MRE, a geopolítica fornecia base teórica para os atores políticos nacionais. O pragmatismo pode compor o ideário da geopolítica clássica brasileira, no sentido de que a partir desta conduta da política externa, os objetivos políticos brasileiros concentraram-se numa ideia de consecução dos interesses nacionais. Para tal demanda era necessário uma análise estratégica da conjuntura territorial e espacial brasileira, de modo que esta perspectiva das questões políticas, militares, econômicas e psicossociais era indispensável para a compreensão do Brasil no cenário internacional.

Deste modo, aludimos que as ações que solidificavam a política externa do governo de Ernesto Geisel apresentam similaridades se analisadas a partir da documentação retirada do MRE e da Escola Superior de Guerra⁹⁷. Esta última instituição representava um importante centro de ensino e produção da geopolítica brasileira, aglutinadora de um método de análise das questões geopolíticas nacionais e influenciada pelos principais nomes da geopolítica no Brasil.

A construção das teorias geopolíticas ao interior da ESG e as similaridades encontradas nos documentos do MRE nos indicam a existência de setores militares importantes na condução da política brasileira, que permitiam, se necessário, uma análise geopolítica, fornecendo dados técnicos, quantitativos e qualitativos em todos os campos de interesse do Estado.

Estes trabalhos buscavam definir diretrizes para a política do Estado brasileiro, procurando avaliar a conjuntura interna e externa do Brasil. As monografias realizadas na instituição militar sustentavam-se, principalmente a partir das teses de Golbery do

⁹⁶-Ver Castro, (1999, p.288).

⁹⁷-Análise da Conjuntura Externa: Canadá-EUA. Arquivo da ESG, TG1-75. Neste documento é possível observar que as linhas mestras da Política externa brasileira, do ponto de vista da ESG eram: a)Pragmatismo Responsável; b)Solidariedade e Cooperação; c)Relevo Especial ao relacionamento com as nações irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar; d)Tratamento equânime e favorecedor ao capital estrangeiro; e)incentivo às exportações; f)Eliminação de importações supérfluas; g)Convivência internacional, sem atitudes de isolamento; h)repúdio à hegemonia no seio da comunidade das nações⁹⁷; i)Vocação ecumênica da política externa brasileira.

Couto e Silva. Deste modo, no trabalho dirigido pelo General Leônidas Pires Gonçalves, intitulado de “Estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional⁹⁸ e de Diretrizes do Planejamento⁹⁹”, é identificada uma série de “objetivos nacionais atuais (ONA)¹⁰⁰” que faziam parte de um planejamento a curto prazo, assim

o estabelecimento do conceito estratégico nacional e de diretrizes de planejamento, em termos sequenciais, é precedido pela “análise da conjuntura interna” e pela “síntese da avaliação da conjuntura e antecede o “trabalho de planejamento”.¹⁰¹

A elaboração destes trabalhos era bastante rigorosa em relação ao percurso metodológico, deste modo, foi possível identificar similaridades entre os trabalhos nos quais foram realizadas avaliações da conjuntura externa brasileira. É necessário observar que a grande quantidade de metas da política externa brasileira encontradas, levou-nos a observar aquelas mais relevantes. Estas eram

1)A cooperação externa ao desenvolvimento brasileiro, quando aceitável, apenas suplementará o esforço interno. O desenvolvimento é problema nacional a ser obtido com o empenho das forças vivas da nação; 2)O desenvolvimento científico e tecnológico é fator fundamental para o progresso nacional acelerado; 3)A emergência do país como potência econômica mundial;4)A dependência significativa do país, quanto à tecnologia e produtos externos, inclusive equipamentos militares;¹⁰²

Todos estes temas, como os próprios documentos demonstram, faziam parte dos aspectos que condicionavam a política externa brasileira, sustentando, portanto, uma análise que seria realizada com o intuito de

⁹⁸-Segundo Silva (1981a, p.257) “o conceito estratégico nacional importa numa definição dos Objetivos Nacionais Atuais e da correspondente Política de Consecução; constitui, por isso, o fundamento de todo o planejamento estratégico nacional.”.

⁹⁹-Segundo Silva (1981a, p.258) “são Diretrizes nacionais de planejamento decorrentes do Conceito Estratégico Nacional e destinadas aos órgãos governamentais de planejamento para a elaboração dos Planos Estratégicos de sua competência—planos políticos, econômicos, militares, etc.”.

¹⁰⁰-De acordo com Silva (1981a, p.255-256) Os Objetivos Nacionais Atuais são objetivos de natureza nitidamente estratégica que resultam da reação da Conjuntura, tal como sintetizada e avaliada nas Premissas Básicas (pressões contrárias dominantes e valor do Potencial Nacional), sobre os próprios Objetivos Nacionais Permanentes. Representam, assim, a “cristalização dos interesses nacionais em um dado momento.”. Evoluem, portanto, com os acontecimentos e com as forças mutáveis que atuam nos campos nacional e internacional. Ainda, segundo Távora (apud, Arruda, 1980) “objetivos nacionais são realidades ou aspirações, relacionadas com a integração física, política, econômica ou social de uma nação, e que, consubstanciados no espírito da elite, se transmitem à sensibilidade do povo-massa como hábitos ou necessidades unânimes ou generalizadas da coletividade nacional.”.

¹⁰¹-Estabelecimento do Conceito Estratégico Nacional e de Diretrizes de Planejamento. Leônidas Pires Gonçalves, Arquivo da ESG. TG7-77.

¹⁰²- Análise da Conjuntura Externa. Relator: Eng. Madruga, subgrupo 2, 22 de setembro de 1978. TG5-78.

(permitir) ao Presidente da República estabelecer as bases para o seu Planejamento Governamental constituídas na concepção Estratégica de Política Nacional, denominado de “Conceito Estratégico Nacional.”¹⁰³.

Realizando um confronto das informações entre dos documentos mencionados e aqueles referentes à política externa brasileira, é possível sugerir uma relação mais estreita entre o pensamento geopolítico militar e o MRE. Fato este que pode ser evidenciado no documento “Novas Perspectivas da Política Exterior Brasileira (1979-1985)” do acervo de Ernesto Geisel.¹⁰⁴

A política externa está, portanto, a serviço do objetivo permanente do Estado de manter e resguardar a sua soberania. Na definição da Escola Superior de Guerra, a soberania é um dos objetivos permanentes do Estado brasileiro: manter intangível a nação, assegurando a sua faculdade auto-determinação e a sua convivência com as demais nações, em termos de igualdade de direitos e oportunidades.

A existência de objetivos permanentes nos documentos do MRE, assim como a menção às doutrinas da ESG indica-nos um material importante que testemunha linhas de ações da política externa sustentadas por uma hipotética estratégia geopolítica. É neste sentido que é possível notar que

outro objetivo nacional permanente para o qual tem a política externa de ter sua colaboração é o desenvolvimento econômico. É a conceituação moderna do que tradicionalmente se chama progresso, simplesmente. A doutrina da ESG define progresso como “a consecução em todos os campos da atividade nacional, de níveis de vida compatíveis, com os melhores padrões do mundo, propiciados pelos recursos materiais e humanos do país”.¹⁰⁵

Essencialmente, as teses criadas na ESG pautavam-se por políticas governamentais para a consecução dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP)¹⁰⁶ e ONA. Estes últimos, como apresentado no “Trabalho Especial” de 1976,

¹⁰³ - *ibid.*

¹⁰⁴ - Trata-se de documento encontrado no Acervo de Ernesto Geisel, em meio a recomendações de Azeredo da Silveira ao seu sucessor Ramiro Saraiva Guerreiro. Novas Perspectivas da Política Exterior Brasileira (1979-1985). Novos fatores Econômicos na Equação Internacional, sem numeração, Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2.

¹⁰⁵ - *ibid.*, p.71.

¹⁰⁶ - Sumariamente, segundo Távora (apud, Arruda, 1980, p.84) os objetivos nacionais permanentes (ONP) do Brasil podiam ser definidos como: “1. Manutenção da independência política (sob regime democrático, republicano e federativo); 2. Consolidação da unidade do grupo nacional (através da ocupação efetiva do território e melhor integração política, econômica e social, com base nos princípios

são objetivos de natureza nitidamente estratégica que resultam da reação da conjuntura, tal como sintetizada e avaliada nas premissas básicas (pressões contrárias dominantes e valor do potencial nacional), sobre os próprios objetivos nacionais permanentes¹⁰⁷.

Estes objetivos estão, portanto, relacionados aos aspectos da infraestrutura territorial do Estado Nacional, assim como às necessidades sociais que, dinamizadas pelos aspectos internos e externos, imprimem ao governo nacional a necessidade de traçar tais objetivos, buscando atingi-los a partir de uma política de consecução¹⁰⁸ definida por metas. Como exemplo, podemos citar os ONA para as relações com os países da Bacia do Rio da Prata presentes no Trabalho Especial de 1976 de Pedro Ricardo Dória

a) Tornar as referidas relações um meio cada vez mais eficaz para o atingimento do ONP de progresso, cujas etapas alcançadas servem continuamente de patamares para as subsequentes. b) Integrá-las crescentemente no propósito nacional básico de fidelidade ao sistema democrático ocidental, em termos políticos e culturais. c) Integrá-las no empenho de identificação do Brasil com as teses legítimas da comunidade das nações menos desenvolvidas do mundo, em consonância com o recente despertar de todos os países para a necessidade de esforços específicos e deliberados para atenuar os desequilíbrios de desenvolvimento econômico e social, entre as nações. d) Torná-las condições cada vez mais favorecedoras à manutenção dos ONP de integridade territorial e de Soberania¹⁰⁹.

Na América do Sul, a observância dos interesses nacionais brasileiros colocava em diálogo a ideia de pragmatismo da política externa com a geopolítica. Do ponto de vista tanto do Itamaraty, quanto da ESG, a política brasileira com os países sul-americanos deveria ser fundamentada na não intervenção, cooperação e soberania nacional. Além disso, uma visão importante da política externa durante Ernesto Geisel era a do desenvolvimento conjunto dos países vizinhos ao Brasil, como é indicado pela entrevista do então presidente brasileiro ao chanceler argentino Angel Robledo, em

da equidade social); 3. Robustecimento da estrutura econômica; 4. Fortalecimento do prestígio Nação no âmbito externo.”.

¹⁰⁷ - Trabalho Especial Campo Político: Política e Estratégias do Brasil, para o decênio 77/86 junto aos países da Bacia do Prata em face da importância geopolítica do Atlântico Sul. Prof. Pedro Ricardo Dória, 1976. Arquivo da ESG. TE-76

¹⁰⁸ -Segundo Silva (1981a, p.256-257), “a Política de Consecução é, na verdade, a ideia de manobra a conduzir no campo da Estratégia Nacional. Através dela se estabelecem, como orientação geral bem definida a seguir, as bases do comportamento governamental com vistas à consecução dos Objetivos predeterminados.”.

¹⁰⁹ - Ver nota 102.

1975¹¹⁰ e como apontam os acordos de cooperação entre o Brasil e os países menores da Bacia Hidrográfica do Rio da Prata¹¹¹.

Além destes objetivos, também eram traçados na ESG as políticas de consecução das estratégias para a região em pauta. Resumidamente, as ações políticas deveriam ser aquelas voltadas para a integração dos países da Bacia do Rio da Prata, de modo que as assimetrias econômicas fossem atenuadas. A questão da segurança externa também se apresentava como um importante quesito das ações governamentais, de modo que, na visão da instituição militar, assim como na visão de alguns geopolíticos brasileiros, como Mello (1996), Kelly e Child (1988) e Silva (1981a), integrar os países da Bacia Hidrográfica do Rio da Prata, além de expandir o poder nacional no âmbito internacional, fortalecia as fronteiras nacionais, prevenindo, deste modo, qualquer ameaça externa.

É possível notar, principalmente no âmbito regional, que os estudos produzidos e documentados na ESG encontram certo teor de similaridades com a visão da política externa brasileira. Analisando a relação brasileira com o Paraguai, segundo os documentos da instituição militar, por exemplo, é interessante notar a impressão brasileira sobre a política externa paraguaia.

No campo econômico, pratica o Paraguai a “Política Pendular”, procurando desenvolver-se economicamente à base do auxílio que poderá obter de seus vizinhos do Prata, interessados no potencial energético do Rio Paraná e Paraguai, com vistas ao seu aproveitamento hídrico.¹¹²

O Paraguai, como ressalta Mello (1996) juntamente com a Bolívia, é um país importantíssimo para o equilíbrio de poder na Bacia Hidrográfica do Rio da Prata. A política brasileira em direção ao Paraguai não data exatamente do início do governo Ernesto Geisel. Segundo a Declaração conjunta de 26 de Abril de 1973, ainda durante o governo de Emílio Médici uma série de projetos de infraestrutura foi elaborada entre o

¹¹⁰ - Notas taquigrafadas da entrevista de Ernesto Geisel com o Chanceler Robledo, exclusivo para o presidente da república, 8 de Setembro de 1975, s.n, Ernesto Geisel (EG) 1974.03.00/2 (p.679)

¹¹¹ - Informação de Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, registro das conversações entre os presidentes Geisel e Stroessner em Presidente Prudente, secreto, 17 de Março de 1976, nº 107. EG pr 1974.03.00/2; Informação de Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, relação entre Brasil e o Uruguai inauguração das obras de reconstrução da ponte internacional da Barra do Quaraí, secreto, 8 de Janeiro de 1976, nº 008. EG pr 1974.03.00/2; Informação de Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, aproveitamento de recursos naturais, secreto, 21 de Novembro de 1974, nº 284. EG pr 1974.03.00/2

¹¹² - Relatório de Viagem América I, 1975. Arquivo da ESG. TGV9-75/América I.

Brasil e o Paraguai. Esta relação entre obras de infraestrutura e o território não podem ser interpretada como consequência de um acaso econômico, mas do ponto de vista geográfico uma maneira de aperfeiçoar o território brasileiro aos fluxos de capitais, e, a partir da geopolítica, uma forma de recrudescer o papel do Brasil como o principal ator sul-americano. A política externa brasileira em direção a este país era:

a) Plano de Ação em Favor do Paraguai; b) Estrada Encarnación-PuertoPresidente Stroessner;c)Implantação de uma usina siderúrgica no Paraguai; d) Acordo para se evitar bitributação; e) Desenvolvimento da região do Alto Paraná; f)Entrepósitos de depósito Franco; g) Interconexão Ferroviária; h) Ligação rodoviária Brasília-Assunção; i) Melhoria das condições de navegabilidade do Rio Paraguai;¹¹³

Logicamente, seria precipitado afirmar a íntegra influência do conhecimento produzido na ESG na postura da política externa brasileira. No entanto, é possível sugerir uma relação entre os fatores geográficos, a estratégia pragmática em defesa dos interesses nacionais da política externa brasileira e uma visão política por parte do governo brasileiro. No documento secreto-exclusivo de Azeredo da Silveira à Embaixada brasileira no Paraguai, por exemplo, os posicionamentos externos deste país em relação ao Brasil são questionados, de modo, que também é percebida uma aproximação paraguaia em relação à Argentina.

Não podemos permitir, que na tentação invencível em que se debate o Governo paraguaio, de seguir, ainda que inconscientemente, uma política pendular entre seus vizinhos, o que o leva a criar todo um clima artificial que venha a justificar suas inclinações de momento, que se ponha em dúvida a correção, a seriedade, e a maturidade do Governo Brasileiro e que se sirvam dessas dúvidas para obter vantagens nossas e de Buenos Aires¹¹⁴.

É importante frisar que o mesmo documento ressalta que o governo brasileiro não possuiria intenções de exercer qualquer influência sobre o país guaraní, sem destarte exercer qualquer pressão para que o Paraguai seguisse a política externa

¹¹³ - Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, relações Brasil-Paraguai. Tratado de Itaipu. Síntese dos assuntos, secreto, 14 de maio de 1974, nº91. AAS mre d 1974.03.26.

¹¹⁴ -Telegrama de Azeredo da Silveira à embaixada brasileira em Assunção, política externa. Paraguai. Relações Brasil-Paraguai-Argentina, secreto-exclusivo, 16 de Agosto de 1976, nº91, Acervo Azeredo da Silveira (AAS) mre d 1974.04.23.

brasileira. No entanto, tal afirmação é dúbia, na medida em que a aproximação paraguaia em relação à Argentina causava frisson no MRE brasileiro.

Acabo de saber que o Engenheiro Debernardi manifestou ao General Costa Cavalcanti estar o governo paraguaio preocupado com uma série de fatos desagradáveis que, por pura e infeliz coincidência, se verificam inteiramente à revelia do Governo brasileiro no seu nível de decisões de política internacional, e que vem sendo interpretados não isoladamente, como realmente sucederam, mas dentro de um contexto político praticamente de represália e admoestação, diante da aproximação que se vem verificando entre os governos de Assunção e de Buenos Aires¹¹⁵.

A relação brasileira com o Paraguai e a preocupação com o posicionamento deste país frente à Argentina pode ser verificável a partir de um confronto da visão argentina em relação aos objetivos brasileiros na América do Sul, como aponta o mapa (mapa 5). Ao que se verifica tanto o governo brasileiro, quanto o argentino buscavam atrair o Paraguai para a sua zona de influência. A rivalidade entre Brasil e Argentina, embora por vezes negada pelos atores do Itamaraty, pode ser verificada pelo menos até o final do governo de Ernesto Geisel¹¹⁶, envolvendo principalmente uma área geográfica—a Bacia Hidrográfica do Rio da Prata— a qual sempre foi discutida do ponto de vista geopolítico (Spektor, 2002).

¹¹⁵ -ibid.

¹¹⁶ - como aponta Spektor (2002), a relação entre o Brasil e Argentina sofreu uma deterioração, muito em consequência do imbróglio envolvendo a Ata das Cataratas em 1966 e a questão de Itaipu construída a partir de 1975.

Apenas uma questão distingue a atuação diplomática da Bolívia, que procura ressaltar em todos os foros internacionais sua mediterraneidade e a ânsia de ver solucionado seu problema marítimo através da reaquisição de uma faixa de terra litorânea do Pacífico¹¹⁷.

A partir da análise da política externa boliviana, os militares brasileiros propunham uma série de “estratégias aplicáveis” pelo governo brasileiro, das quais podemos citar¹¹⁸ uma série de propostas que buscavam, através do fortalecimento das relações entre o Brasil e a Bolívia, atrelar este último país à influência brasileira por meio de infraestruturas, conectando seus territórios nacionais. É neste sentido que em informações de Azeredo da Silveira para o presidente Ernesto Geisel, é citado o posicionamento brasileiro em facilitar o acesso da Bolívia ao Oceano Atlântico, oferecendo, o governo Ernesto Geisel, condições de livre trânsito e entrepostos aos produtos bolivianos¹¹⁹.

De fato, esta relação brasileira com a Bolívia não significa uma estratégia oculta por parte do governo brasileiro para exercer um papel de domínio sobre o território boliviano, mas aponta para a questão de que a relação entre a política e o território fazia parte da política externa brasileira. Este fato, do ponto de vista geopolítico é importante, na medida em que este campo de estudos, além de analisar as questões territoriais, políticas, econômicas e bélicas, leva em consideração os vetores de poder emanados destas interações.

Além do fator territorial, também podemos analisar o exercício do papel brasileiro sobre a Bolívia do ponto de vista econômico. Em documento secreto destinado ao presidente Ernesto Geisel observa-se a contribuição econômica brasileira com o fundo de desenvolvimento nacional boliviano. No documento constata-se o

¹¹⁷ - Relatório de Viagem América I, 1975. Arquivo da ESG. TGV9-75/América I.

¹¹⁸ -Ibid. “a)Participar dos polos petroquímicos de fertilizantes, através de empreendimentos binacionais (brasileiro-boliviano), em particular nas regiões vizinhas ao Brasil. b)Dar condições e apoio (Banco do Brasil e CACEX) aos investidores nacionais que desejem investir na Bolívia. c)Suplantar as restrições de controle na área de mineração e petróleo, através de acordos e/ou empreendimentos que sejam benéficos a ambos os países. d)Ajudar a Bolívia na implantação de um sistema viário e de comunicações, particularmente naqueles empreendimentos que efetuem ligação com os sistemas brasileiros. e)Considerar o possível apoio à Bolívia para a objetivação de sua necessidade de saída para o mar, no âmbito da política regional. Continuar a dar condições de comunicação da Bolívia com o mar, através do território brasileiro.”.

¹¹⁹ - Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, problema da mediterraneidade da Bolívia. Declaração Conjunta, confidencial, 30 de abril de 1974, nº72. AAS mre d 1974.03.26.

acordo entre estes países para a concessão de R\$50 milhões ao país governado por Hugo Banzer¹²⁰.

A importância de US\$50 milhões que seria destinada ao atendimento da solicitação boliviana, além de representar por si só, importante ajuda financeira à Bolívia, em relação ao que vem obtendo de outros países e de agências internacionais, elevaria o montante dos créditos concedidos pelo Brasil à Bolívia¹²¹.

O fato é que o valor constituiria uma quantia destinada ao desenvolvimento de áreas deprimidas economicamente na Bolívia, o que por outro lado também levava a um considerável incremento da relação brasileira com La Paz. A questão econômica, assim como demonstra Mello (1996) é um fator diretamente conexo ao coeficiente de poder de um Estado¹²² e na relação entre o Brasil e a Bolívia construía um vínculo importante entre estes dois países.

Outro elemento importante a ser constatado é o estreitamento das forças armadas brasileiras e bolivianas, como nos apresentam as informações confidenciais de Azeredo da Silveira. As operações militares referiam-se ao treinamento de oficiais bolivianos, assim como o uso de equipamentos fornecidos pelo Brasil¹²³. No documento é identificada a informação de que os acordos militares eram importantes para o aumento do apreço entre os dois países. Além disso, é interessante notar a disputa do fornecimento de materiais bélicos para a Bolívia, entre a Argentina e o Brasil¹²⁴. O interesse brasileiro em fornecer material bélico à Bolívia não só testemunha a questão da disputa na expansão da indústria bélica entre Argentina e Brasil, como também indica a importância do território boliviano na balança de poder na região da Bacia do Rio da Prata. A Bolívia tanto pela ótica dos geopolíticos Mattos (1977), Travassos

¹²⁰ - Hugo Banzer Suárez foi presidente da Bolívia de 1971 a 1978

¹²¹ - Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, fundo nacional de desenvolvimento da Bolívia, secreto, 14 de maio de 1974, nº92. AAS mre d 1974.03.26.

¹²² - Na obra de Mello (1996, p.168-185) são apresentados gráficos da relação econômica e de poder entre o Brasil e a Argentina. A finalidade destas evidências estatísticas era demonstrar como o poder estava associado ao progresso econômico de um Estado, no caso, a ascensão brasileira a um papel de proeminência muito se relacionava à estagnação industrial argentina.

¹²³ - Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, cooperação militar Brasil-Bolívia. Declaração Conjunta, confidencial, 11 de Julho de 1974, nº158, Acervo Azeredo da Silveira (AAS) mre d 1974.03.26.

¹²⁴ - Ofício da Cia. De Explosivos Valparaíba para o Senhor Ministro do Departamento de Promoção Comercial, histórico, nº139/74, 18 de Julho de 1974, Acervo Azeredo da Silveira (AAS) mre d 1974.03.26; Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, exportação de material militar. Bolívia. Carros de combate, secreto, 19 de Setembro de 1974, nº226. Acervo Azeredo da Silveira (AAS) mre d 1974.03.26; Telegrama da Embaixada Brasileira em La Paz, assistência militar do Brasil à Bolívia, secreto, s/n, 06 de Setembro de 1974.

(1935) quanto pelas análises da ESG¹²⁵ ou nos documentos do MRE¹²⁶, apresentava uma evidente importância para a política externa brasileira.

Como demonstrado, a documentação aponta para a relação entre a geopolítica e a política externa brasileira e a partir destas evidências procuramos realizar uma relação de alguns documentos do MRE e os ONA delimitados nos documentos da Escola Superior de Guerra entre os anos de 1974 a 1979. Ressaltamos que a elaboração deste esquema, indicando aquilo que era traçado na instituição militar e os documentos diplomáticos, não visa afirmar uma relação explícita entre uma instituição (ESG) e outra (MRE), mas sim observar a existência de uma concepção e liame da geopolítica sobre política externa brasileira.

TABELA 1

ONA segundo a ESG ¹²⁷	Documentação do MRE
Buscar o desenvolvimento harmônico integrado e autossustentado capaz de prevenir ou neutralizar pressões externas continentais ou extracontinentais e as HG ¹²⁸ .	Incremento das relações entre Brasil-Uruguai ¹²⁹ ; Integração territorial Brasil-Paraguai na entre Geisel e Stroessner ¹³⁰ ; Negação do alinhamento automático com Estados Unidos, defesa da soberania nacional sustentada por um discurso de não-intervenção ¹³¹ .
Preservar a integridade territorial, através de verificação e defesa das fronteiras terrestres, do controle do espaço aéreo e da utilização e exploração do mar territorial de	Primeira discussão sobre o espaço geostacionário ¹³² ; defesa dos limites do mar territorial em 200 milhas ¹³³ ; interesse do Brasil pelo reconhecimento da China, devido

¹²⁵ -Relatório de Viagem América I, 1975. Arquivo da ESG. TGV9-75/América I; Trabalho Especial Campo Político. Prof. Pedro Ricardo Dória, 1976. Arquivo da ESG. TE-76.

¹²⁶ -Notas taquigrafadas da entrevista de Ernesto Geisel com o Chanceler Angel Robledo, exclusivo para o presidente da república, 8 de Setembro de 1975, s.n, Ernesto Geisel (EG) 1974.03.00/2 (p.679)

¹²⁷-Os objetivos nacionais atuais aqui pontuados foram elaborados em acordo com a constatação dos mesmos na maior parte dos trabalhos analisados na ESG entre os anos de 1974 a 1979.

¹²⁸-“HG” significa hipóteses de guerra e está relacionada às hipóteses muitas vezes traçadas nos trabalhos da ESG, os quais teciam um cenário hipotético elencando as ações e as condições brasileiras em cenários de conflitos internos, regionais e internacionais.

¹²⁹- Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, relações Brasil-Uruguai e Uruguai-Argentina, secreto, 4 de setembro de 1974, nº211. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

¹³⁰ - Pontos para a conversação entre Geisel e Stroessner, encontro de Campo Grande, secreto, s/n. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

¹³¹ - Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, reunião entre os assessores de planejamento do ministério das relações exteriores e do departamento de Estado americano, secreto, 21 de janeiro de 1975, nº32. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

¹³² - Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, espaço exterior. Órbita geostacionária. Reunião de Bogotá, confidencial, 23 de dezembro de 1976, nº397. Azeredo da Silveira (ASS) AAS mre d 1974.03.26

¹³³ - Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, conferência de Nairobi sobre o direito do mar, confidencial, 26 de março de 1974, nº211. Azeredo da Silveira (ASS) AAS mre d 1974.03.26

200 milhas.	ao posicionamento deste país à extensão do mar territorial em 200 milhas ¹³⁴ ;
Buscar soluções alternativas para o provimento de itens críticos no campo energético em que o país é carente, implementando e dinamizando programas no setor da energia nuclear e incrementando o desenvolvimento científico e tecnológico do campo militar.	Estreitamento da relação brasileira com os países árabes ¹³⁵ ; interesse brasileiro em processamento de materiais energéticos, como o urânio ¹³⁶ ; Cooperação Brasil-Argentina em Energia Nuclear ¹³⁷ ; Cooperação técnica com o Iraque (grande produtor de petróleo) ¹³⁸ .
Política externa independente, tanto quanto possível.	Exportações de empresas brasileiras para Cuba ¹³⁹ ; Reestabelecimento das relações com a China ¹⁴⁰ ; Aproximação com os países da África ¹⁴¹ Relação Brasil-Cabo Verde, posição estratégica do país africano ¹⁴² . Proeminência regional refletida na Cooperação Brasil-Bolívia ¹⁴³ .
Melhor ocupação de áreas estratégicas;	Ocupação e integração das fronteiras do Brasil, a partir da implementação do transporte ferroviário Brasil-Bolívia ¹⁴⁴ ; Política demográfica para o Brasil ¹⁴⁵ ; ocupação da Amazônia ¹⁴⁶ ; ocupação da fronteira norte do Brasil ¹⁴⁷ .

Tabela 1-Objetivos Nacionais Atuais de 1974 a 1979 confrontados com documentos do MRE. Fonte:
Elaboração Própria, 2018.

¹³⁴ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, o Brasil e a República Popular da China, secreto, 26 de março de 1974, nº24.Azeredo da Silveira (ASS) AAS mre d 1974.03.26.

¹³⁵ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, relações com os países árabes. Arábia Saudita: matriz operacional, secreto, 10 de abril de 1974, nº68. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

¹³⁶ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, confidencial, energia nuclear, 14 de maio 1974, nº95.Azeredo da Silveira (ASS) AAS mre d 1974.03.26.

¹³⁷ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, cooperação Brasil-Argentina em matéria de energia nuclear, secreto, 18 de julho de 1974, nº169.Azeredo da Silveira (ASS) AAS mre d 1974.03.26

¹³⁸ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, cooperação econômica com o Iraque, secreto, 10 de julho de 1975, nº211. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2.

¹³⁹ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, exportações para Cuba. Interesse da Saab-Scania do Brasil S.A, secreto, 22 de abril de 1974, nº49. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

¹⁴⁰ - Aviso de Golbery do Couto e Silva ao presidente Ernesto Geisel, secreto, nº165/74, 18 de abril de 1974, Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2; Posição favorável de Golbery do Couto e Silva pelo Reconhecimento da China, ibid; Estudo sucinto, secreto, nº053/la.SC/74, 17 de julho de 1974. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2; Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, reconhecimento do governo da República Popular da China, secreto, 31 de julho de 1974, nº183. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2.

¹⁴¹ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, visita do presidente da Costa do Marfim, 6 de maio de 1974, nº79. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2; Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor ampliação da rede de postos diplomáticos na África-subsaariana, 6 de agosto de 1974, nº187. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2,

¹⁴² - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, assistência à Cabo Verde. Visita do primeiro ministro Pedro Pires ao Brasil, confidencial, 4 de setembro de 1975, nº255. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2.

¹⁴³ - Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, fundo nacional de desenvolvimento da Bolívia, secreto, 14 de maio de 1974, nº92. AAS mre d 1974.03.26.

¹⁴⁴ -Resposta à telegrama de Heitor Aquino de Ferreira, 14 de março de 1975, s/n, Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2.

¹⁴⁵ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, grupo de trabalho interministerial sobre Política Demográfica, 9 de julho de 1974, nº152.Azeredo da Silveira (ASS) AAS mre d 1974.03.26.

¹⁴⁶ -Aviso do General do Exército Antônio Jorge Corrêa, reservado, nº012/FA-10, 11 de julho de 1975. Azeredo da Silveira (ASS) AAS mre d 1974.03.26

¹⁴⁷ -Resposta de Azeredo da Silveira ao General do Exército Antônio Jorge Corrêa, fronteiras do Brasil com a República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa, secreto, nº 91/210 (B46) (B6) Azeredo da Silveira (ASS) AAS mre d 1974.03.26.

Assim, em acordo com as exposições podemos compreender que o Pragmatismo Responsável como uma conduta da política externa não está restrito a um único período da história da política externa brasileira. Suas principais características são os interesses mercadológicos e capitalistas como prioridade, a frente de preconceitos ideológicos, que nesta visão é um empecilho ao progresso econômico brasileiro. O fortalecimento do Estado Nacional, ao que se é possível observar, é neste tipo de conduta externa essencial para que o país possa desenvolver uma rede de relações internacionais, a fim de que se estabeleçam relações econômicas com países da “periferia”, buscando-se vantagens comerciais para ambas as partes. O aumento do poder perceptível do Estado é uma consequência e também um objetivo desta postura, uma vez que a política externa é direcionada ao estabelecimento de relações com um maior número de Estados com os quais seja possível estabelecer tratativas diplomáticas mais simétricas. Neste sentido, as assimetrias de poder entre os Estados são combatidas numa política externa pragmática, pois são vistas como prejudiciais aos interesses nacionais.

A visão geopolítica predominante durante o governo Ernesto Geisel, como foi possível observar, estava pautada por uma estratégia de fortalecimento das relações com os países da América do Sul, enfatizando a necessidade de uma conexão territorial com estes Estados. Também é possível evidenciar uma estratégia de política externa que, por meio de uma visão pragmática, buscava justificar a busca pela autonomia brasileira no cenário internacional. A multilateralização da política externa brasileira e os interesses nacionais muito dialogavam na medida em que a classe dirigente do país passava a requerer atingir mercados externos.

Finalmente, é necessário observar que a política externa em Ernesto Geisel pode ser confrontada com uma visão geopolítica presente na Escola Superior de Guerra, o que nos indicaria que a geopolítica clássica não permaneceu restrita aos círculos acadêmicos e intelectuais. A visão pragmática responsável de que a defesa da soberania e dos interesses nacionais pautava-se, sobretudo, numa política externa autônoma voltada para o multilateralismo conduz-nos ao pensamento de que o pensamento geopolítico e a política externa estão consideravelmente próximos.

2.3 O Brasil potência média em Ernesto Beckmann Geisel e a Sua Visão Geopolítica

De um ponto de vista geopolítico clássico, como debatido anteriormente, as semelhanças da política externa entre os Governos de Ernesto Geisel e Lula da Silva nos indicam possíveis similitudes. Miyamoto (2012) e Leite (2011) apontam para um objetivo em comum entre ambos os governos – a busca pelo incremento do poder internacional – o que configuraria o Brasil como uma potência.

A discussão sobre a ideia de potência é importante, pois constitui uma ponte para o debate da geopolítica como um campo de estudos presente ao longo da história da política externa brasileira. Deste modo, a construção de uma política externa com ideais de constituir o Brasil um país de status potência média indicar-nos-ia um liame entre a geopolítica brasileira e a política externa.

Como aponta Cavagnari (1987), é relevante que a definição de um status de “potência” hegemônica ou média pode representar uma simplificação, por parte de um pensamento geopolítico militar que superestimava a posição do Brasil no cenário internacional. De modo que a geopolítica carente de “um corpo sistematizado e comprovado de leis gerais e universais” (Cavagnari, 1987, p.139) tenha se precipitado em manter análises absentes de análises qualitativas sobre os dados que muitas vezes mostravam o Brasil entre os dez ou quinze Estados com o maior poder no mundo.

Analisando a postura e os objetivos da política externa brasileira moldada nos conceitos de uma potência média durante o governo Ernesto Geisel, buscamos, avaliar as possíveis semelhanças entre a política externa deste governo militar e o governo Lula da Silva, não obstante o fato de serem governos distantes do ponto de vista conjuntural político. Testaremos a nossa hipótese principal de que a ideia de potência média a qual encontrou campo de aplicação no governo Ernesto Geisel, também fundamentou as iniciativas diplomáticas em Lula da Silva. Embora tenhamos que considerar a conjuntura externa totalmente diversa destes dois períodos como pondera Miyamoto (2012), é pertinente examinar que, possivelmente, a postura de política externa de ambos estes governos tenha partido de uma visão geopolítica bastante similar.

A perspectiva da qual partimos é a de que a política externa no Governo de Ernesto Geisel solidificou uma ideia geopolítica que foi intermediada por Azeredo da Silveira, então ministro das Relações Exteriores do Brasil (1974-1979) e Golbery do

Couto e Silva, então chefe da Casa Civil durante este período. Os documentos diplomáticos apresentados nos indicam a existência de elementos no diálogo dos atores do MRE, que nos fornece margem para a concepção de um Brasil potência média neste período.

O fato de o principal geopolítico brasileiro, Golbery do Couto e Silva, estar a frente da Casa Civil durante o governo de Ernesto Geisel pode nos indicar que muitos dos objetivos nacionais no âmbito externo passavam pela aprovação de Golbery¹⁴⁸, de modo que a sua concepção geopolítica do Brasil influenciava na organização dos interesses nacionais no MRE.

De fato, como é possível observar em vários documentos do MRE, o chefe da Casa Civil possuía um papel determinante na aprovação ou reprovação de determinadas posturas do governo brasileiro no cenário externo, assim como mantinha diálogo frequente com o Presidente Ernesto Geisel e Azeredo da Silveira. A título de exemplo, na visita do Ministro das Relações Exteriores da Índia ao Brasil, uma nota das recomendações de Golbery do Couto e Silva é encontrada¹⁴⁹ e nesta é possível identificar indicações do chefe da Casa Civil direcionadas aos campos de cooperação técnica no setor agrícola e de exploração de ferro, assim como fazia referência a candidatura da Índia para o CSNU. Embora não busquemos discutir a influência de cada ator ao interior do ministério, o que este documento como muitos outros podem indicar, é que Golbery do Couto e Silva possuía uma ampla influência na orientação da política externa brasileira, a ponto inclusive de alterar e delimitar a inserção internacional do país.

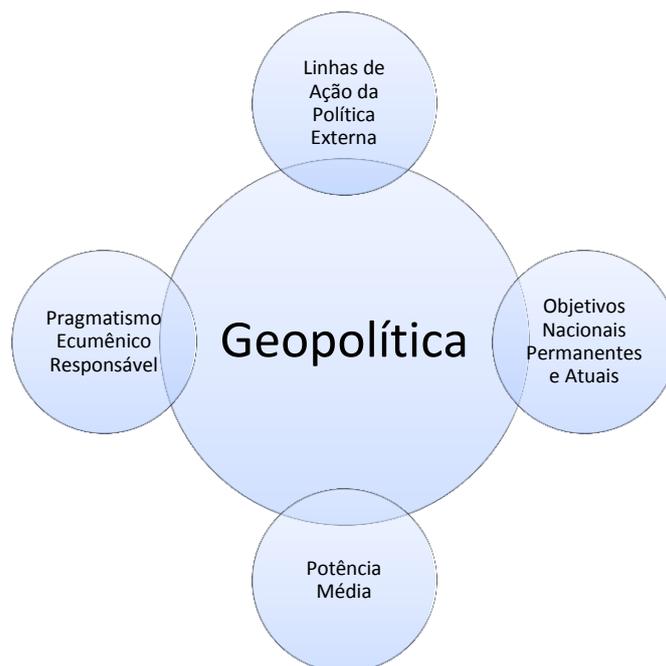
Elevar o Brasil a uma potência média funda-se no pensamento geopolítico e internacionalista o qual vislumbra o país das dimensões e potencialidades brasileiras, composto por grande extensão territorial, diversidade de recursos minerais e numerosa população como um Estado-Nação propício a seguir um percurso internacional autônomo, em busca do desenvolvimento econômico nacional. A relação entre as estratégias, objetivos, ações e forma de conduta da política externa pode ser tecida pelo

¹⁴⁸ -São inúmeros os documentos do MRE, os quais a opinião de Golbery do Couto e Silva é mencionada, assim como uma longa avaliação conjuntural do geopolítico. No reestabelecimento das relações com a China comunista uma longa troca de correspondência é observada entre o chefe da casa civil, o ministro das relações exteriores e o Presidente Ernesto Geisel.

¹⁴⁹ -Na nota encontrada ao meio dos documentos é possível notar as recomendações de Golbery sobre as questões brasileiras com a Índia, inclusive, cita-se as eleições da Índia para o conselho de segurança da ONU, assim como o perigo deste país alinhar-se com a URSS.

pensamento geopolítico dos atores do MRE (esquema 2), na medida em que a geografia de um Estado não pode ser negligenciada pelos estrategistas da política externa de um Estado. Deste modo, analisar a busca em tornar o Brasil uma potência média, revela a visão geopolítica do governo brasileiro, no caso, o governo de Ernesto Geisel.

ESQUEMATIZAÇÃO 2



Esquema 2-Geopolítica e Política Externa. **Fonte:** Elaboração Própria, 2017.

Deste modo, em uma aproximação do conceito de potência média, podemos observar que este possui diversas variáveis, podendo ser confundido com o conceito de potência regional ou potência intermediária. Assim, analisamos as ações do MRE e a delimitação da política externa brasileira, de modo a confrontar com alguns ideais que podem ser encontrados no conceito de potência média, principalmente aquele fundamentado pelos autores da geopolítica clássica brasileira, estas características são

- 1-Busca pela proeminência regional
- 2-Aproximação com os países não hegemônicos
- 3-Fortalecimento das instituições estatais
- 4-Aumento do poder nacional como via para a proteção dos interesses nacionais

Os próprios atores da política externa brasileira concebiam o Brasil como um país de poder mediano, deste modo, segundo o ministro Azeredo da Silveira, o Brasil

é um país em desenvolvimento, uma potência emergente, de poderio médio, à frente de uma reduzida lista de países em desenvolvimento em estágio mais avançado (Brasil, México, Venezuela, Argentina, Coréia, etc), com marcada influência regional e crescente influência mundial¹⁵⁰.

E no âmbito regional, assim que assumiu a presidência em 1974 Ernesto Geisel explicita a postura brasileira diante das condições geopolíticas do Cone Sul, como apresenta o documento presidencial endereçado ao Ministro das Relações Exteriores

1-Nada temos contra desenvolvimento relações dos dois países com Argentina, sem prejuízo das relações com o Brasil. 2-Não pretendemos fazer deles satélites (Uruguai e Bolívia) 3-Achamos que Brasil e Argentina não são rivais, mas que devem também se relacionar proveitosamente. 4-Toda negociação deve ser realista e propiciar resultados bons para ambas as partes¹⁵¹.

Observam-se duas características importantes deste documento, a primeira é que o governo brasileiro compreendia o receio dos países de menor dimensão territorial da Bacia do Rio da Prata em se tornarem satélites do Brasil e, por isso, buscarem uma aproximação da Argentina. A segunda é que a visão pragmática de Ernesto Geisel inserida no ponto quatro do documento além de destacar a necessidade de se obter vantagens bilaterais nas relações regionais, também inseria uma visão realista de política externa.

Como também pode ser constatado no relatório de viagem da ESG (1974), a Bolívia deveria constituir um ponto indispensável na política externa brasileira, devido a importância energética do país andino para o Brasil, assim como outras relações econômicas derivadas devido à longa fronteira entre estes Estados¹⁵². Se analisarmos, por exemplo, os objetivos brasileiros e estratégias para com a Bolívia, buscando trazer este país para a área de influência brasileira e confrontarmos com a documentação diplomática encontrada, podemos notar uma evidente preocupação do governo Ernesto

¹⁵⁰ - Documento sobre Política Externa do Brasil (PEB), o Brasil e o Ocidente, secreto, 02 de Janeiro de 1979, s/n. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

¹⁵¹ -Documento sem descrição do Senhor Presidente da República a Azeredo da Silveira, 18 de março de 1974, sem número. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2.

¹⁵² - Relatório de Viagem América I, 1975. Arquivo da ESG. TGV9-75/América I; Trabalho Especial Campo Político. Prof. Pedro Ricardo Dória, 1976. Arquivo da ESG. TE-76.

Geisel em consolidar a posição brasileira na América do Sul, fazendo frente a uma disputa tácita com a Argentina pela proeminência de poder, no âmbito regional.

Em informações dirigidas a Ernesto Geisel, Heitor Aquino de Ferreira¹⁵³ traz à tona a importância do acesso de produtos bolivianos, e também de outros Estados sul-americanos através do Oceano Atlântico.

Tradicionalmente, o nosso país não tem estimulado os países vizinhos a utilizarem vias de acesso no Oceano Atlântico e os diferentes portos de que dispomos. Temos em alguns casos, tratado os nossos vizinhos com certa frieza quando há algum pedido de facilidades de acesso, agindo muito timidamente¹⁵⁴.

Observa-se, igualmente, que a condição de mediterraneidade da Bolívia também esta presente em algumas teses da ESG, de modo que o Trabalho Especial de 1976 intitulado de “Política e Estratégias do Brasil, para o decênio 77/86 junto aos países da Bacia da Prata, em face da importância geopolítica do Atlântico Sul”, constata a seguinte posição frente à Bolívia

a Bolívia, externamente, tenta concretizar sua aspiração antiga e já angustiante: a fuga à mediterraneidade, através de uma saída, rumo ao Pacífico, hoje expressa como ONP. Com esse intento, aproxima-se das nações que lhe podem apoiar nesse justo anseio, inclusive o Brasil que já lhe deu a alternativa do porto livre de Santos. Por outro lado, não se deve esquecer a natural vocação pró-Brasil do leste boliviano¹⁵⁵.

Assim como no relatório de viagem, a questão do acesso ao oceano é ressaltada pelos militares brasileiros, de modo a interpretar a condição territorial boliviana como uma condicionante da política externa brasileira. Deste modo, as relações brasileiras com o país andino deveriam ser pautadas por meio de uma integração econômica e estrutural. Resultando, portanto, no atrelamento econômico entre estes dois países e, ainda, gerando uma dependência, ao menos no âmbito territorial por parte da Bolívia, visto que este país não possuía (e não possui) acesso direto ao oceano, em relação ao Brasil.

¹⁵³-Heitor Aquino de Ferreira foi assistente de Golbery do Couto e Silva e, posteriormente, secretário do então presidente Ernesto Geisel.

¹⁵⁴ -Lembrete de Heitor Aquino de Ferreira à Azeredo da Silveira. Bolívia. Escoamento pelo Atlântico, s/n, sem data. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2.

¹⁵⁵ - Trabalho Especial Campo Político: Países da Bacia do Prata em face da importância geopolítica do Atlântico Sul. Brig. do Ar. Vinicius José Kraemer Álvares, 1976. Arquivo da ESG. TE-76, grupo 11-A.

Também é possível verificar que na América do Sul, a relação do Brasil com a Argentina figura como um importante termômetro para avaliarmos os objetivos do governo brasileiro na região. Como analisado por Spektor (2002) e Mendonça Júnior e Faria (2015), as relações entre estes dois países sofreram um considerável descompasso do início do governo de Castello Branco, até o final do governo de Ernesto Geisel¹⁵⁶. Fato que também pode ser evidenciado no documento secreto de Azeredo da Silveira para o presidente Ernesto Geisel no qual estão citadas as principais preocupações do governo brasileiro em relação à Argentina¹⁵⁷, dentre as quais notabilizavam-se as questões relacionadas ao aproveitamento energético no Rio da Prata¹⁵⁸, a questão dos limites desta mesma área¹⁵⁹ e o interesse brasileiro na Antártida.

Sobre estas questões, o território antártico que figurava com frequência nos documentos do MRE, estava embebido de uma questão de poder regional, projeção geográfica do Atlântico Sul e disputa pela proeminência no Cone Sul e no continente sul-americano, como apresenta o mapa (mapa 6). Castro (1999) já demonstrava uma preocupação com a expansão dos países hegemônicos sobre a Antártida, o que para os países sul-americanos representava uma ameaça à segurança regional. Na visão de Castro (1999), tanto o território antártico, quanto o Atlântico Sul, eram fundamentais para os fluxos internacionais e manutenção da segurança e soberania da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

¹⁵⁶ -Conceito Estratégico Nacional. TG7-79; Análise da Conjuntura Externa. Relator: Eng. Madruga, subgrupo 2, 22 de setembro de 1978. TG5-78. Nos documentos analisados da ESG, nota-se uma considerável preocupação brasileira em relação à Argentina, de modo, inclusive a se estabelecer hipóteses de conflito entre os dois países. Devemos, no entanto, ponderar que apesar da rivalidade entre o Brasil e a Argentina, a possibilidade de um conflito armado era remota.

¹⁵⁷ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, relações Brasil-Argentina. Visita do primeiro ministro Pedro Pires ao Brasil, secreto, 14 de outubro de 1974, nº248. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

¹⁵⁸ -O contencioso entre Brasil e Argentina refere-se a uma disputa sobre o Rio Paraná, sobre o qual foi firmada a Ata das Cataratas em 1966 e dava-se prosseguimento ao projeto da Usina de Itaipu, fato este que contribuiu para o deterioramento da relação Brasil-Argentina, já que este país defendia a consulta prévia dos países a jusante de um rio internacional (Spektor, 2002).

MAPA 6

TEORIA DA DEFRONTAÇÃO



Fonte: *Geopolítica*, nº 37 (1988:45).

Mapa 6-Teoria da Defrontação. Fonte: *Geopolítica*, nº 37 (1988:45) (apud. Mello, 1996, p.112).

Em relação à Bacia Hidrográfica do Rio da Prata, também presente no documento, é possível verificar o posicionamento brasileiro sobre a necessidade de ser mantido o *status quo* nas questões envolvendo a região, de modo que uma alteração nas relações de poder entre a Argentina e os outros três países de menor extensão localizados sobre a bacia, Bolívia, Paraguai e Uruguai, alteraria a balança de poder. A posição brasileira na região do Atlântico Sul é apontada por Silva (1981a, p.246) no sentido de que

o Brasil, pelo prestígio de que já goza no continente e no mundo, pelas suas variadas riquezas naturais, pelo seu elevado potencial humano e

pela sua inigualável posição geopolítica ao largo do Atlântico Sul, ocupa situação de importância singular quanto à satisfação de todas essas imperiosas necessidades da defesa do Ocidente.

Todas estas questões citadas, particularmente durante o regime militar brasileiro, revestiram-se de um interesse especial principalmente ao interior do MRE, pois envolviam um ponto bastante importante da geopolítica brasileira– a proeminência do Brasil na América do Sul. É possível averiguar que o estreitamento das relações brasileiras em direção aos seus vizinhos na América do Sul se verificou, na mesma medida em que o relacionamento Brasil e Argentina se desgastava (Spektor, 2002). Este fato pode ser verificado nas informações secretas dirigidas a Ernesto Geisel em 1974, quando os acordos entre Argentina e Uruguai preocupavam o Brasil, principalmente naquilo que recaía sobre os acordos a respeito das zonas limítrofes que envolviam o Rio da Prata¹⁶⁰. No documento analisado encontra-se descrito que

aceleraram-se contatos entre as duas partes (Argentina e Uruguai), que conduziram à assinatura, em 20 de agosto próximo passado, de importantes acordos econômicos entre os dois países, que aliados do “Tratado de Limites”, desequilibram gravemente a situação no Prata, em benefício da Argentina¹⁶¹.

Desta forma, em 1974, a relação entre Brasil e Uruguai configurava-se como motivo de preocupação da política externa brasileira, na medida em que o equilíbrio da região da Bacia do Rio da Prata entrava em questão. Em informações secretas ao presidente Ernesto Geisel, destaca-se o esforço brasileiro em aproximar o país do Uruguai. As diretrizes do Brasil para o país platino era¹⁶²:

1-não suspender programas de cooperação;

2-estudar cuidadosamente as implicações políticas e econômicas de quaisquer outros projetos;

¹⁶⁰ - O Tratado do Rio da Prata e sua Frente Marítima configurava-se em um tratado bilateral entre Argentina e Uruguai que envolvia os campos de pesca, navegabilidade, exploração de recursos marítimos, informações e comunicações na área e segurança. A contestação brasileira acerca deste tratado motiva-se pela disparidade de poder entre os dois Estados o que levaria, conseqüentemente, na visão brasileira, a uma subordinação da área do tratado aos interesses argentinos.

¹⁶¹ - Informação secreta para o Senhor Presidente da República, 4 de Setembro de 1974, nº 211. EG pr 1974.03.00/2

¹⁶² - *ibid*

3-fazer ver ao Uruguai—nos níveis que corresponda, inclusive no militar—os sérios riscos que envolve uma política que leve ao desequilíbrio do status quo no Prata, refletido na Convenção Preliminar de Paz de 1828¹⁶³;

4-procurar fórmulas para contrabalançar a situação atual;

As preocupações brasileiras encontravam motivações significativas, pois a concepção de líder regional se chocava com as pretensões argentinas. Embora este último país não possuísse condições de superar o Brasil no contexto regional, como avaliado por Mello (1996), o seu potencial econômico e militar não podiam ser desprezados a longo prazo, de modo que a preponderância argentina na Bacia do Rio da Prata poderia, na visão dos militares brasileiros, impactar nos objetivos brasileiros para o continente.

Assim, é possível observar traços de um pensamento geopolítico, na relação brasileira com os países da Bacia do Rio da Prata (Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai). As ações da política externa brasileira para aquela região pode ser visualizada no pensamento geopolítico de Silva (1981a) no qual uma posição afirmativa por parte do governo brasileiro na região sul do continente sul-americano seria indispensável para a manutenção da proeminência regional do Brasil.

Evidenciando esta questão, o documento secreto, denominado “Relação Brasil - Uruguai Plano geral de cooperação” traz uma série de elementos que são bastante similares à geopolítica brasileira clássica. No documento redigido por Azeredo da Silveira, observa-se a seguinte visão do governo brasileiro sobre o Uruguai

no quadro mais amplo da manutenção do status quo da região, que é compreensivelmente um dos postulados de nossa política externa, dois aspectos correlatos e igualmente importantes: o de manter, a todo custo, a posição de equidistância do Uruguai em relação ao Brasil e à Argentina; e o da necessidade de assegurar essa equidistância através de uma colaboração permanente e dinâmica que contrabalance as preocupações hegemônicas do Governo de Buenos Aires¹⁶⁴.

¹⁶³ -A Convenção Preliminar de Paz foi firmada entre Argentina e Brasil, intermediada pela Inglaterra. Foram acordados a criação da República da Cisplatina e a desocupação militar do Território das Missões que estava sob posse da Argentina.

¹⁶⁴- Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, relação Brasil-Uruguai. Plano geral de cooperação, secreto, 17 de outubro de 1974, nº256. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

Enquanto com o Uruguai, a preocupação brasileira era a de evitar um alinhamento deste país em direção à Argentina, com o Paraguai, outro país historicamente influenciado por uma política externa chamada de pendular, o Brasil parecia ter assumido uma posição de parceiro econômico e político. Ao mesmo, assim o demonstra o documento ultrassecreto datado de 8 de janeiro de 1975 dirigido ao presidente Ernesto Geisel, por intermédio do chanceler Sapena Pastor¹⁶⁵ contendo informações sobre uma suposta tentativa de ataque ao presidente paraguaio Alfredo Stroessner (1954-1989)¹⁶⁶. Juntamente a este documento podem ser encontradas outras informações, informando a preocupação paraguaia, em relação à pressão argentina para que o governo de Stroessner recuasse em relação ao contencioso Corpus-Itaipu¹⁶⁷.

No documento, do então presidente do Paraguai Stroessner a Ernesto Geisel, explicita-se a tentativa de um atentado.¹⁶⁸ Neste episódio, também é possível reconhecer uma relação geopolítica entre Argentina-Paraguai-Brasil. A denúncia paraguaia estava relacionada ao fato de que o governo argentino tinha conhecimento sobre a organização do ataque elaborada por grupos políticos paraguaios e não informado ao governo Stroessner pelos argentinos.

Na medida em que o governo paraguaio sustentava a sua posição para um acordo entre Brasil e Paraguai sobre a usina de Itaipu, setores do governo argentino entendiam que tal posição desfavorecia a balança do poder na região da Bacia da Prata. Portanto, uma mudança política no Paraguai era de direto interesse argentino, já que o acordo de Itaipu cooptava os agentes econômicos e atores políticos paraguaios à esfera de influência brasileira.

O que buscamos apontar nesta questão é o caráter geopolítico do episódio, na medida em que o hipotético assassinato do presidente paraguaio resultaria no câmbio de

¹⁶⁵ -Raúl Sapena Pastor Guérin foi Ministro das Relações Exteriores do Paraguai entre 1956-1976

¹⁶⁶ -Notas sobre a audiência concedida pelo Senhor presidente da República ao doutor Raúl Sapena Pastor, ministro das relações exteriores do Paraguai, ultra-secreto, 8 de Janeiro de 1975. Ernesto Geisel. EG pr 1974.03.00/2

¹⁶⁷ - Segundo Mello (1996, p.145) “a acirrada polêmica entre as potências litigantes (Argentina e Brasil) desenvolveu-se em dois níveis distintos: um ostensivo e oficial, o outro camuflado e oficioso. O primeiro, dizia respeito aos óbices técnicos e diplomáticos que envolviam a construção de ambas as represas em um rio internacional contíguo e de curso sucessivo; o segundo, abrangia uma dimensão estratégica e geopolítica com repercussões no equilíbrio de poder estatal.”

¹⁶⁸-Ver nota 162. Segundo o documento, o atentado consistia na eliminação física do Presidente paraguaio “o “complot” teria início com um atentado contra o Presidente Stroessner, mediante a explosão de uma carga de dinamite colocada em um pequeno caminhão, com força suficiente para abrir uma cratera com cem metros de diâmetro.”

liderança daquele país, influenciando, portanto, diretamente a posição paraguaia na Bacia do Rio da Prata e, por consequência, no balanço do poder regional. Deste modo, além do aspecto político, a disputa também era sobre o espaço geográfico da região platina, assim que o controle geopolítico daquela área por um Estado (Brasil ou Argentina) culminaria, como observa Mello (1996) na proeminência de poder sobre todo o espaço sul-americano.

A posição brasileira no caso do Paraguai é relevante, pois salienta a importância da relação entre o território, o poder e os atores políticos, estabelecendo, neste sentido, um diálogo da política externa com a geopolítica. De modo bastante claro, a documentação pode apresentar-nos que o Paraguai era refém de um enclausuramento territorial, uma vez que dependia de países vizinhos para atingir o Oceano Atlântico. O governo argentino, consciente da sua posição de proeminência em relação ao Paraguai, colocava este país em xeque, na medida em que buscava, através da relação econômica argentina, potencializada pela posição do território deste país, exercer sobre o Paraguai um determinado poder de cooptação das forças políticas guaranis.

Em contrapartida à pressão argentina, é possível observar uma série de medidas do governo brasileiro para a integração do território paraguaio ao Brasil. É neste sentido que o incentivo do governo brasileiro na construção e recuperação da rodovia entre Encarnación-Puerto Presidente Stroessner¹⁶⁹ (atualmente Ciudad del Este), indica um interesse do governo de Ernesto Geisel em integrar, ao nível territorial, variados setores paraguaios. É verificável, neste sentido, similitudes entre este conjunto de medidas integratórias entre Brasil e Paraguai e um conjunto de teses encontradas, tanto na Escola Superior da Guerra¹⁷⁰, como ideias de Travassos (1935). A integração do nordeste paraguaio ao território brasileiro parecia ser mister para garantir a liderança regional brasileira.

O Paraguai, por ser mediterrâneo, com sua exportação dependendo de um rio que corta países sucessivos e de rodovias lançadas em territórios vizinhos, vê na política externa instrumento fundamental para a vida econômica e política, no próprio contexto interno. Por isso,

¹⁶⁹-Informação de Antonio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, relações Brasil-Paraguai. Tratado de Itaipu. Síntese dos assuntos, secreto, 14 de maio de 1974, nº91. AAS mre d 1974.03.26.

¹⁷⁰-Ver Mendonça (2004); Miyamoto (2005).

fortifica a luta pela integração da Bacia do Rio da Prata. As obras de Itaipu mais o aproxima do Brasil¹⁷¹.

A partir desta visão de integração da América do Sul, o governo Ernesto Geisel demonstrava buscar um grau de proeminência regional, assim como incrementava a participação do Estado na configuração da infraestrutura na fronteira com os países sul-americanos. Também é possível verificar a iniciativa do governo brasileiro em ocupar o território do Estado, distribuindo a população do país, através de iniciativas de colonização da região norte do Brasil.

Nas informações de Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel, em 11 de setembro de 1975¹⁷², são apresentadas informações sobre a fronteira norte do Brasil. A questão em pauta, ao que se pode verificar no documento, era a constatação de recursos naturais na região e, portanto, a necessidade de vivificar por meio da ocupação populacional aquela fronteira. Fato também tratado pelo Ministro das Forças Armadas em telegrama a Azeredo da Silveira, documento este no qual é declarada a urgência na ocupação da zona fronteira, destacando-se a construção de uma rodovia como um meio de afirmar a presença do Estado na região¹⁷³.

Assim como verificado nos objetivos nacionais permanentes, a organização do espaço territorial brasileiro era condição para a proteção dos interesses nacionais, como a estratégia de aproximação com os países não hegemônicos. É neste sentido que a aproximação brasileira de países como Cuba, China, Angola, União Soviética e demais países do Oriente Médio entrou para a pauta do governo brasileiro. Como apontado nas informações secretas ao presidente Ernesto Geisel¹⁷⁴, o interesse de empresários brasileiros em avançar no mercado cubano pressionava a política externa brasileira a avaliar a possibilidade de aproximação comercial com países do bloco comunista. No documento ainda se lê que “à luz do empenho da Argentina na exportação de veículos para Cuba, seria conveniente à indústria brasileira procurar também estabelecer posições naquele mercado.”. Deste modo, releva-se, no âmbito da política externa, a

¹⁷¹ - Trabalho Especial Campo Político: Países da Bacia do Prata em face da importância geopolítica do Atlântico Sul. Brig. do Ar. Vinicius José Kraeme Álvares, 1976. Arquivo da ESG. TE-76, grupo 11-A.

¹⁷² -Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel (MRE), secreto, informação para o senhor presidente da república, 11 de Setembro de 1975, n.260, Ernesto Geisel (Er pr), 1974.03.00/2.

¹⁷³ -General Antonio Jorge Corrêa a Azeredo da Silveira, reservado, 11 de Julho de 1975, aviso n.012, Ernesto Geisel (Er pr), 1974.03.00/2.

¹⁷⁴ -Informação secreta para o Senhor Presidente da República, 22 de Abril de 1974, nº 49. EG pr 1974.03.00/2. Este documento informa ao presidente da república o interesse da empresa Saab-Scania em fornecer caminhões pesados a Cuba.

existência de preocupações em relação às posições argentinas em mercados de interesse econômico brasileiro.

Buscando identificar as medidas argentinas em outras regiões e protegendo os interesses nacionais, o Brasil procurava imprimir os seus interesses dentro de uma condução pragmática da política externa. É neste sentido que em relação ao Oriente Médio, o governo brasileiro, além de monitorar o relacionamento argentino com aqueles países o, buscava uma posição que garantisse o abastecimento de petróleo brasileiro junto aos maiores produtores da matéria prima no Oriente Médio¹⁷⁵.

A relação brasileira com os países desta região exaltava a posição do governo em tomar uma medida autônoma, como indica o aviso de Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel. Este indica a estabilidade de preços do petróleo dos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) estava sujeita à influência dos Estados Unidos, de modo que o Ministro das Relações Exteriores do Brasil aconselhava Ernesto Geisel a uma posição independente por parte do Brasil, de modo a proteger os interesses econômicos do país¹⁷⁶.

A expansão das relações brasileiras não se deu somente com os países produtores de petróleo, mas a reavaliação do contexto internacional era uma demanda colocada por Azeredo da Silveira, também no reatamento das relações entre o Brasil e a China¹⁷⁷.

Na medida em que se consolida a presença do Brasil no cenário das nações, ampliam-se os seus interesses e ao mesmo tempo, aumentam as suas responsabilidades de potência em ascensão. E é neste contexto que se insere, ao se formular a política exterior brasileira, a questão das relações do Brasil com a República Popular da China.

Deste modo, o reestabelecimento das relações diplomáticas com a China¹⁷⁸ em 1974, aponta para um direcionamento pragmático, o qual o governo Ernesto Geisel buscava imprimir para a política externa do país, como foi observado. Além disso, o reconhecimento da China pelo Brasil, segundo o que o mesmo documento indica “é um

¹⁷⁵ -Circular Postal, questão do Oriente Médio. Posição do Brasil, secreto, 10 de Abril de 1974, nº4333 G/SG/940 (E12). Acervo Azeredo da Silveira (AAS) AAS mre rb 1974.04.14.

¹⁷⁶ -Lembrete enviado à Ernesto Geisel, s/n, 4 de Julho de 1975. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2.

¹⁷⁷ -Telegrama secreto enviado por Antonio Azeredo da Silveira endereçado ao Senhor Presidente da República, 9 de Abril de 1974, nº G/110/920 (B46) (E33). (EG) pr 1974.03.00/2.

¹⁷⁸ -Seguindo uma postura de alinhamento automático aos Estados Unidos, as relações entre estes dois países havia sido interrompida em 1949.

ato de um Estado soberano cômico de seus interesses nacionais e sensíveis às transformações do cenário político internacional.”¹⁷⁹. Se por um viés econômico o reconhecimento daquele país era interessante às lideranças brasileiras, a estratégia no campo geopolítico não se figurava de menor relevância, uma vez que a postura chinesa em relação às questões como as duzentas milhas para o mar territorial coincidia com a reivindicação brasileira neste tema.¹⁸⁰.

A aproximação brasileira com o continente africano também evidenciava a multilateralização da política externa brasileira, ao mesmo tempo em que indicava a importância africana para o pensamento geopolítico na política externa e colocava o Brasil como um país apto a expandir suas relações de poder com aquele continente.

O Itamaraty vem procurando estruturar um esquema que permita assegurar uma presença comercial mais ativa do Brasil na África, aproveitando inclusive o crescente prestígio de nosso país naquele continente, em função de uma explicitação mais clara dos objetivos da política externa brasileira. Dois países avultam como os pontos focais de uma ação brasileira: Nigéria e Angola¹⁸¹.

A aproximação brasileira com Angola demonstrava o interesse brasileiro em estabelecer acordos de cooperação técnica em áreas da agricultura e saúde. Também é documentado o pedido de assistência da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)¹⁸² em combustíveis, medicamentos e meios de transportes. A relação Brasil e Angola, como indica este documento, configurava, além de uma estratégia do MRE, uma evidência do interesse brasileiro naquele país. Para o Brasil, a relação com o país africano representava estreitamento diplomático com um grande produtor de petróleo e, além disso, uma via para a expansão da influência brasileira na África.

A necessidade de incrementar a rede de relações com a África é também apontada por Azeredo da Silveira¹⁸³. É possível sugerir, deste modo, que a expansão do interesse brasileiro na África poderia estar associada a um aumento da percepção de

¹⁷⁹-Ver nota 172.

¹⁸⁰ -Telegrama secreto enviado por Antonio Azeredo da Silveira endereçado ao Senhor Presidente da República, 9 de Abril de 1974, nº G/110/920 (B46) (E33). EG pr 1974.03.00/2.

¹⁸¹-Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel (MRE), secreto, informação para o senhor presidente da república, 3 de Março de 1976, missão comercial à África n.098, Ernesto Geisel (Er pr), 1974.03.00/2.

¹⁸²-Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel (MRE), secreto, informação para o senhor presidente da república, 16 de Setembro de 1975. Problema de Angola. Solicitação da FNLA, n.264, Ernesto Geisel (Er pr), 1974.03.00/2.

¹⁸³ - Informação de Antônio Azeredo da Silveira para o Senhor Presidente da República, assistência à Cabo Verde. Missão comercial à África, secreto, 3 de março de 1976, nº98. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

poder nacional por parte do governo brasileiro. É neste sentido que a partir do horizonte geopolítico dos estadistas brasileiros a multilateralização da política externa era instrumento para a projeção do estado brasileiro no cenário internacional.

Ao tomarmos a indústria armamentista como exemplo, podemos observar que a expansão do poder do brasileiro impulsionava também os setores econômicos do país. Nesse sentido, a venda de armamentos e equipamentos militares brasileiros atingiu vários países, principalmente, na África, Ásia e América Latina. A venda de material bélico da empresa estatal brasileira Engenheiros Especializados S/A (ENGESA) mostra que a expansão das relações de uma empresa estatal brasileira exigia uma maior dinamização das relações exteriores do país¹⁸⁴.

Deste modo, é relevante destacar o papel da indústria armamentista durante o governo Ernesto Geisel, na política externa. Este setor além de importância financeira, representava um elemento de poder, neste sentido que Azeredo da Silveira destaca o papel da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL)

a criação da IMBEL foi um ato importante do Governo Geisel no terreno da produção de equipamento militar e montagem de tecnologia militar adequada no país. [...] A condição de exportador de equipamento militar também é um novo elemento que pode e deve ser utilizado como um instrumento de política externa¹⁸⁵.

Além do setor armamentista, é necessário considerar as operações financeiras do Brasil em outros países em desenvolvimento. O documento referente a reunião ministerial com o Presidente do Banco do Brasil (1974) descreve e elabora estratégias do banco estatal brasileiro em relações que atingiam países em todos os continentes do mundo. Teor semelhante possuem os documentos referentes aos setores agrícolas como o de cana de açúcar e café¹⁸⁶.

Como é possível analisar nos documentos referentes ao Governo Ernesto Geisel, podemos verificar a busca para atingir alguns objetivos que elevavam o Brasil ao status de potência média no cenário internacional. A busca pela proeminência regional pode

¹⁸⁴ - Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel (MRE), exportação de armamentos. Notícias sobre as operações da ENGESA, secreto, informação para o senhor presidente da república, 30 de Abril de 1974, nº74, Acervo Azeredo da Silveira (AAS), AAS mre d 1974.03.26.

¹⁸⁵-Documento sobre Política Externa do Brasil (PEB), instrumentos ancilares de política externa, 02 de Janeiro de 1979, s/n. Ernesto Geisel (EG) pr 1974.03.00/2

¹⁸⁶- Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel (MRE), café, secreto, informação para o senhor presidente da república, 25 de Julho de 1974, nº173, Acervo Azeredo da Silveira (AAS), AAS mre d 1974.03.26.

ser observada a partir de uma série de documentos que indicam a aproximação entre o Brasil e os seus vizinhos sul-americanos.

A aproximação com os países não hegemônicos, além de denotar uma inclinação ao multilateralismo, pode-nos expor a interação entre os interesses das classes econômicas dirigentes do país e a pressão para a expansão da política externa brasileira, principalmente sobre os países do chamado “terceiro-mundo”. Esta perspectiva indica a existência de uma relação entre os interesses nacionais e a estratégia de inserção nacional durante o governo Ernesto Geisel, o que sugere, portanto, que atingir um status de potência média era uma reivindicação dos setores econômicos e políticos do Brasil.

Deste modo, muito competia à classe dirigente do país estabelecer os interesses nacionais, de modo que o poder nacional fosse capaz de proporcionar no âmbito interno ou externo a consecução de seus objetivos. É neste sentido, que é possível analisar a política de ocupação das fronteiras nacionais, dinamização econômica com os países da América do Sul e participação brasileira em mercados externos, inclusive de empresas estatais.

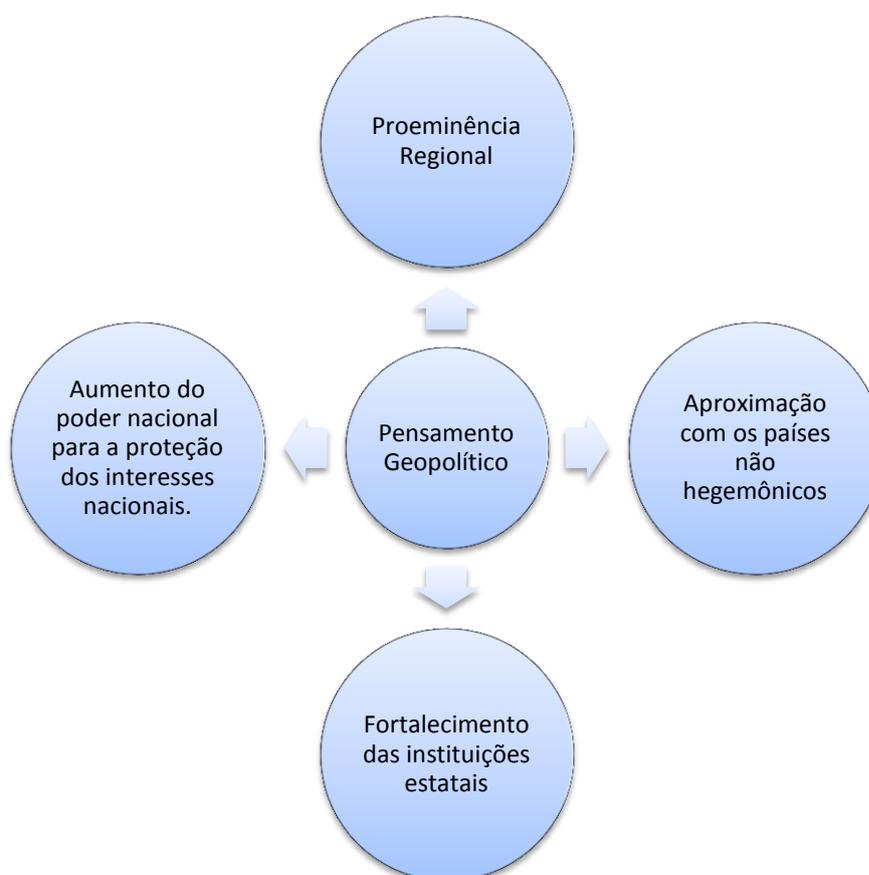
A política de criação de empresas estatais em setores estratégicos, como o bélico, energético e tecnológico (anexo 1) exaltava uma visão de fortalecimento das instituições estatais que, por sua vez, estariam atreladas aos interesses nacionais. A participação das empresas estatais e a identificação de estratégias e interesses destas companhias intermediadas pelo MRE indicam-nos, na perspectiva geopolítica, uma relação da política de fortalecimento destas instituições e o interesse em projetar a imagem brasileira ocupando o papel de um ator global participante dos principais mercados mundiais.

Deste modo, a partir dos levantamentos realizados podemos afirmar que o governo de Ernesto Geisel possuía uma perspectiva de elevar o país a uma potência média, por meio de uma conduta que buscava a variação de parceiros comerciais, a liderança regional brasileira e o fortalecimento da participação empresarial brasileira no âmbito internacional, inclusive do setor armamentista. Evidencia-se, igualmente, a presença e a importância de um dos geopolíticos de maior expressividade brasileira, Golbery do Couto e Silva, na formulação e intermediação da política externa brasileira. Os documentos extraídos do MRE e da ESG, indicam-nos uma visão geopolítica clássica, como as contidas em Castro (1999), Mattos (1977; 2002), Travassos (1935),

entre outros geopolíticos, tiveram projeção ao menos no âmbito do MRE. O que não significa que as teses destes autores foram diretamente aplicadas ao nível estatal, mas que a perspectiva e a visão geopolítica destes corroboraram com a tessitura da política externa brasileira.

As ações do governo Ernesto Geisel leva-nos a uma estrutura como a representada abaixo (esquema 3), na qual a condição de proeminência regional, a aproximação com os países não hegemônicos, o fortalecimento e criação de instituições estatais estratégicas, resultavam no aumento do poder nacional, na medida em que se visualizavam os interesses nacionais do Estado brasileiro. O ponto central, no qual nos apoiamos, é que o pensamento geopolítico sustentava todas estas estratégias, de modo a poder afirmar que havia uma visão geopolítica nas estratégias de política externa do período militar analisado.

ESQUEMATIZAÇÃO 3



Esquema 3-Geopolítica e Política Externa 2. **Fonte:** Elaboração Própria, 2017.

Capítulo 3– A potência média no Contexto do Governo Lula da Silva

Este capítulo foi dividido em duas partes, na primeira, a discussão abordou as características do governo Lula da Silva, considerando a visão do Partido dos Trabalhadores na política externa. Neste ponto, buscamos analisar a visão de inserção do Estado brasileiro no cenário internacional e o modo sobre o qual a política externa foi dimensionada durante este governo.

O que procuramos, aqui, é observar que a política externa constituída em Lula da Silva, não abandonou o pensamento geopolítico clássico, de modo que o poder inerente às ações do Estado, a organização e exploração do território como vias de incremento do poder nacional, a “exportação” das experiências brasileiras em relação ao combate dos problemas sociais e ambientais e a maior representatividade brasileira no cenário internacional, não podem ser entendidos como eventos restritos às relações internacionais, mas antes de tudo são geopolíticos.

Em continuidade à primeira parte, o segundo momento de análise leva-nos a testar a condição do Brasil como potência média durante os governos Lula da Silva. Neste tópico, confrontamos os pressupostos necessários para que um país atinja esta condição de potência e a as ações da política e a projeção de poder no cenário internacional durante o governo petista.

3.1A Visão Geopolítica na Política Externa em Lula da Silva

Ao assumir o governo em 2003, o governo Lula da Silva reformulou algumas das diretrizes da política externa brasileira. Celso Amorim assumiu o cargo de chanceler do MRE, o cargo de assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais e Secretário Geral das Relações Exteriores foram designados, respectivamente, à Marco Aurélio Garcia e Samuel Pinheiros Guimarães¹⁸⁷.

Do ponto de vista da política externa, a transição do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), ao governo Lula da Silva causou transformações na política externa brasileira. Como aponta Cervo (2008, p.57)

a transição do governo Cardoso para o governo Lula evidencia o outro patamar, em que se vai fixando a relação entre a ação externa brasileira e o papel das estruturas hegemônicas na configuração do

¹⁸⁷ -Respectivamente, historiador e diplomata de carreira. A indicação de Marco Aurélio Garcia, um personagem político do Partido dos Trabalhadores, aponta-nos que, diversamente de outros períodos, o MRE teria, ao menos no âmbito político, um papel estratégico, diferentemente de outros governos como aponta Almeida (2004).

ordenamento global: de passiva ou subserviente, passando pela dúvida, ao envolvimento com poder global.

A política externa brasileira, em conjunto com esta composição ministerial, segundo Almeida (2004), indica que o campo da política externa, durante o governo Lula da Silva, seria ideal para a aplicação de políticas que compraziam ao discurso político do Partido dos Trabalhadores de combate as desigualdades sociais, inclusão social e redução das assimetrias de poder (Brasil, 2002). Ainda segundo Almeida (2004), a dinamicidade da política externa, durante o governo petista pode ser observada, a partir da sua extensa agenda diplomática. Essa postura do governo Lula da Silva segundo Saraiva (2007), demonstrava a iniciativa deste governo em assumir uma posição de carácter autonomista, visando uma nova estratégia de inserção internacional para o país.

Como observado por Couto (2012), uma das diretrizes, que marcou a mudança da política externa entre os governos de Cardoso e o governo Lula da Silva foi a aproximação e o estabelecimento das relações com os vizinhos sul-americanos como o principal vetor de desenvolvimento da estratégia brasileira na política externa. Esta, de certo modo, voltou-se em Lula da Silva para a América do Sul, de modo que este governo aplicou nos países limítrofes ao Brasil uma estratégia de fortalecimento da estrutura física com continente sul-americano. Evidenciam-se, neste sentido, as iniciativas como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e a constituição do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), buscando conferir a todo o continente a capacidade de atração aos fluxos de capitais estrangeiros.

O Brasil de Lula da Silva chegava ao poder com uma visão de desenvolvimento econômico, a partir do papel proeminente do Estado, consolidando, na visão de Cervo (2003, p.21) o paradigma do Estado Logístico, que

no campo das relações econômicas internacionais, o comportamento logístico se depara, primeiramente, com o desafio de remover entulhos operacionais acumulados pela estratégia do liberalismo radical: atenuar a dependência tecnológica e financeira, promovendo a inovação produtiva e a saída da condição de esmoleiro internacional.

Deste modo, a integração continental, que passava a vigorar como o carro chefe da política externa no Governo Lula da Silva, satisfazia a necessidade de que o Estado

brasileiro possuía em consolidar uma imagem continental que demonstrasse no cenário internacional, a capacidade integracionista do continente sul-americano, ao mesmo tempo em que enfatizava a capacidade de líder regional do Brasil.

A IIRSA seria incorporada pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), após a criação da União das Nações Sul-americanas (UNASUL) em 2008. Segundo Cervo e Bueno (2006), com a finalidade de criar um polo de segurança regional, no qual questões diplomáticas seriam resolvidas com bases no direito internacional, a UNASUL conferiu, ao continente sul-americano um polo de notabilidade do poder continental, representando geopoliticamente, portanto, uma capacidade de organização e integração dos países da América do Sul.

Como demonstra o mapa (mapa 7), a IIRSA possuía um caráter geopolítico importante na consolidação do território sul-americano. É possível observar que a necessidade de aplicação de políticas de redução das assimetrias econômicas entre os Estados Sul-americanos ganharam corpo na medida em que foram assentadas sobre o território destes países.

MAPA 7

IIRSA - AGENDA DE IMPLEMENTACION CONSENSUADA 2005-2010



Mapa 7-IIRSA-Agenda de Implementación Consensuada. Fuente: www.iirsa.org, 2004.

Deste modo, a prioridade da política externa brasileira em relação à América do Sul, assim que Lula da Silva assumiu o governo, é observada por diversos autores. Cervo (2006), por exemplo, enfatiza que as relações brasileiras com a Argentina geraram uma relação de cooperação comercial na qual uma aproximação estratégica entre estes dois países contribuiria no cenário internacional¹⁸⁸, na medida em que a integração econômica fortaleceria o poder de barganha destes dois países. Muito embora a América do Sul e, principalmente o MERCOSUL tenham tido real importância também ao longo do governo Cardoso como indica Firmeza (2004), durante o governo Lula da Silva o direcionamento regional da política externa imprimiria uma função primordial sobre o bloco econômico.

O próprio ministro das relações exteriores de Lula da Silva, Amorim (2010) percebia a prioridade brasileira em desenvolver com os países da América do Sul uma relação estável com o intuito de integração. A América do Sul, uma vez integrada, representaria um continente uníssono no cenário internacional, portanto, com objetivos internacionais semelhantes. Ainda, na visão de Celso Amorim, a coesão de interesses regionais proporcionaria, no ambiente externo global, uma esfera de poder sul-americano que poderia atrair e pressionar decisões favoráveis a estes países.

A relação brasileira com o seu entorno continental aponta para uma estratégia de fortalecimento das relações regionais, a fim de reunir os interesses estratégicos de um número considerável de países, com o intuito de combater as desigualdades de poder no cenário externo. Era notório, deste modo, o esforço brasileiro em tornar-se uma potência regional em Lula da Silva, entretanto, como destaca Domingues (2013), a variedade dos interesses brasileiros e a diversidade de quadros e condutas políticas no continente sul-americano não só obstaculizaram os objetivos brasileiros na América do Sul, como também geraram desconfianças sobre o papel brasileiro como líder regional.

A ênfase político-externa brasileira na América do Sul pode não somente ser verificada por meio de constatações discursivas, mas também através das evidências institucionalizadas, como a implantação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

¹⁸⁸- O exemplo argentino é interessante, pois como apresentaremos a frente evidencia a lacuna entre a visão geopolítica brasileira e as dificuldades de implementá-la.

o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) [...] está destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração¹⁸⁹.

A criação deste fundo serve-nos de um exemplo importante, que proporcionamos a visão estratégica do governo brasileiro. A relação entre o poder e a inserção internacional, segundo os formuladores da política externa brasileira (Guimarães, 2006) prescindiam de uma visão na qual o desenvolvimento brasileiro não poderia ser alcançado de forma solitária. Fato, inclusive evidenciado na questão da estatização da produção de gás na Bolívia em 2006, quando o governo brasileiro observou com cautela e parcimônia este litígio importante na definição da postura brasileira para o continente sul-americano¹⁹⁰.

Estas considerações sobre o papel da América do Sul para a política externa brasileira são interessantes, na medida em que o papel de líder regional desenvolvido pelo Brasil na América do Sul, não foi ineditamente incrementado a partir do governo petista, mas retomado. Como nos apresenta Vizontini (1998), a postura brasileira de líder sul-americano já era muito utilizada durante os governos militares brasileiros (1964-1985). Fato este que indica, portanto, uma recorrência dos objetivos da política externa brasileira independentemente do intervalo temporal, como se pode identificar entre os Governos de Ernesto Geisel e Lula da Silva.

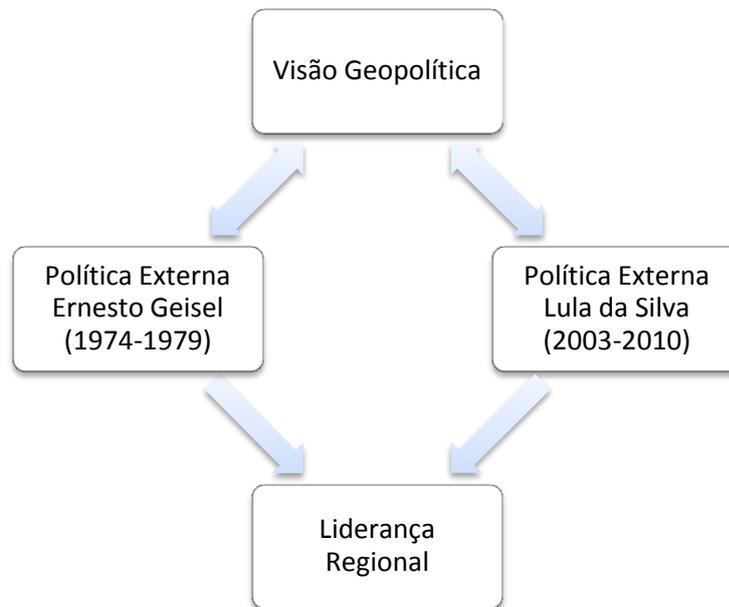
De fato, nas políticas externas destes dois governos é observável uma clara visão de fortalecimento das relações regionais, associadas à implementação da infraestrutura viária, de comunicação, cooperação técnica em vários âmbitos e aproximação comercial e econômica (Miyamoto, 2012). Deste modo, é possível sugerir um pensamento geopolítico visando o fortalecimento das relações territoriais na América do Sul, o que não somente nos leva a ideia de que uma concepção geopolítica está presente na política do MRE, como também indica que a evolução do pensamento geopolítico brasileiro é importante para a compreensão das estratégias da política externa do Brasil. Entendemos, portanto, que as semelhanças estratégicas de inserção internacional,

¹⁸⁹-Documento disponível em <http://focem.mercosur.int/uploads/normativa/DEC_018-2005_ES_FE_IntyFuncFOCEMyFortalEstrctInstit-1.pdf>. Acessado em 03 de Out. de 2017.

¹⁹⁰-No dia 01 de Maio de 2006, o Governo Boliviano passava a nacionalizar a produção de Gás e Petróleo do país, ocupando os campos de petróleo de todo o país. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95508.shtml>>. Acesso em 14 de Out. de 2017.

durante o governo Ernesto Geisel e posteriormente em Lula da Silva, não se fundam somente sobre um aspecto político da política externa, mas, sim numa visão geopolítica consonante, transparecida, principalmente no âmbito regional, como ilustra o esquema abaixo (esquema 4)

ESQUEMATIZAÇÃO 4



Esquema 4- Geopolítica e Liderança Regional. **Fonte:** Elaboração Própria, 2017.

No que tange ao governo petista, podemos verificar estas visões, tanto no discurso diplomático de Lula da Silva e Celso Amorim, como nas obras de Samuel Pinheiro Guimarães, importante intelectual e estrategista da política externa em Lula da Silva (Guimarães, 1999; 2006). A sua visão funda-se na constatação de que o desenvolvimento brasileiro atravancava-se numa sociedade economicamente desigual, na qual as assimetrias sociais e territoriais obstaculizavam as condições de desenvolvimento socioeconômico no Brasil. Além disso, Guimarães defendia que o atraso tecnológico era um fator determinante, causador da dependência brasileira dos países hegemônicos. A solução para a resolução destes problemas era uma maior participação do Estado no âmbito interno e externo, de modo a atenuar estas disparidades. Para o desenvolvimento tecnológico, segundo Guimarães (2006, p.125) era necessário

- a) existência de uma indústria de bens de capital;

- b) formação sistemática e orientada de recursos humanos;
- c) investimento de longo prazo em pesquisa científica e tecnológica;
- d) valorização social, política e institucional das atividades científicas e tecnológicas;

Juntamente a esta concepção de desenvolvimento interno subsidiado pelo poder do Estado, a política externa brasileira deveria ser autônoma e multilateral, uma vez que os interesses nacionais só poderiam ser defendidos mediante a condição brasileira de autonomia e não alinhamento frente às potências hegemônicas. Assim a visão de Guimarães (1999; 2006) converge com a perspectiva geopolítica clássica, no sentido de que rigidez das relações interestatais norteadas pela hierarquia de poder entre os Estados tornava imperiosa a tarefa do governo brasileiro desenvolver a estrutura estatal, vislumbrando expandir o poder do país.

Em convergência com este propósito, o pronunciamento de Lula da Silva em 2005 no Conselho do MERCOSUL, mencionava os desafios econômicos do continente e a necessidade de enfrentá-los, apoiados numa maior participação dos Estados Nacionais na busca de um continente menos assimétrico em termos de desenvolvimento.

Um passo crucial foi reconhecer a necessidade de superar as assimetrias econômicas entre nossas economias. O estabelecimento do Fundo Estrutural do Mercosul é um divisor de águas nesse processo. Estamos todos convencidos de que o fundo, com valores realistas, mas consistentes com as necessidades de nossos países, é um instrumento indispensável de integração. (Silva, 2005, p.183-184)

Desta maneira, é possível notar que a institucionalização de um fundo para a criação de uma infraestrutura para os países do MERCOSUL, reveste-se de uma visão territorial e estratégica tanto para os países do bloco econômico, como para o Brasil, país com maior força econômica dentre os integrantes do MERCOSUL¹⁹¹. Como analisa Couto (2012), o FOCEM indicava um amadurecimento das relações regionais da América do Sul, assim como demonstrava uma visão de que espaços pouco desenvolvidos no interior do continente sul-americano não permitiam uma inserção simétrica na esfera internacional.

¹⁹¹ -Dados econômicos, territoriais e populacionais dos países do MERCOSUL podem ser encontrados em <<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>>. Acessado em 25 de Out. de 2017.

. Deste modo, na estratégia de política externa de Lula da Silva, o território, espaço de jurisdição do Estado, parece figurar como base das relações entre os Estados sul-americanos. O território, nos termos que indica Gottman (1973, pref.) “é uma unidade na organização política do espaço que define, ao menos por um tempo, a relação entre a comunidade e seus habitantes por um lado e a comunidade e seus vizinhos por outro.”. Assim o território alcança a esfera de discussão da política externa e as fronteiras. Portanto, política externa e geopolítica encontram-se na medida em que o território lhes é premissa para a elaboração de suas estratégias e suposições. O fato é que uma política externa que visasse fortalecer as relações no MERCOSUL através de conexões territoriais dos países que dele fazem parte deveria partir de uma concepção territorial, que cumprisse com a estratégia de integração regional.

É neste sentido que a estratégia de dinamização da estrutura territorial dos países do MERCOSUL entrevia uma política de fortalecimento estatal, que dependia da participação direta dos Estados-Nacionais. Estes, por intermédio de uma política nacional imprimiam sobre o território uma visão política de desenvolvimento e planejamento para o fortalecimento do aparelho do próprio Estado. Isto foi materializado nos projetos aprovados pelo FOCEM.

O FOCEM agia no sentido de que a aproximação regional do estabelecimento de condições menos assimétricas entre os países da América do Sul eram essenciais para que se fosse feita uma frente à hegemonia dos Estados Unidos e dos países do ocidente europeu. No “Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente” este objetivo é visível.

É necessário revigorar o MERCOSUL, transformando-o em uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais. Reconstruído, o Mercosul estará apto para enfrentar desafios macroeconômicos, como os de uma política monetária comum. Também terá melhores condições para enfrentar os desafios do mundo globalizado. Para tanto, é fundamental que o bloco construa instituições políticas e jurídicas e desenvolva uma política externa comum. (Brasil, 2002, p.6)

É relevante, no entanto, notar que medidas para a integração territorial na América do Sul não foram introduzidas a partir de Lula da Silva. Ações de escopo integratório já vinham sendo implementadas no final da década de 1990, culminando

com a fundação da IIRSA no ano de 2000. A partir da eleição do governo petista no Brasil e a ascensão de partidos de esquerda na chefia de outros países da América do Sul, o projeto de integração estrutural do continente poderia desfrutar de uma parcial convergência ideológica. Ainda, seria possível adicionar que o objetivo de aproximação entre os países sul-americanos não resultava de um projeto ou estratégia específica de um governo, mas como analisa Becker (2012)¹⁹², uma reação dos Estados Nacionais frente à perda de poder imposta pelo capital financeiro.

Cabia ao Estado brasileiro, país de maior relevância econômica e de maiores dimensões geográficas na América do Sul, liderar o processo de integração continental. Esta era uma estratégia em certa medida arriscada. Tomando a iniciativa de tornar o continente sul-americano mais homogêneo em termos econômicos, o Brasil figuraria como um país de maior relevância no cenário internacional, o que automaticamente o colocava numa condição de proeminência regional, que possivelmente geraria contestação por parte dos países da América do Sul.

A estratégia brasileira para o continente pode ser verificada na tabela (tabela 2), que apresenta que com exceção do Uruguai, Venezuela, Suriname e Guiana, o governo brasileiro firmou declarações conjuntas com todos os outros países da América do Sul. Estas, além de demonstrarem um interesse mútuo de aproximação entre os Estados, indicava uma reciprocidade de visões estratégicas da política externa que correspondiam às aspirações do governo brasileiro – a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a aproximação sul-sul e a busca pela redução da assimetria de poder no âmbito internacional.

¹⁹²- Artigo originalmente publicado em 1988.

TABELA 2¹⁹³

País	Protocolos de Intenções	Memorandos de Entendimento	Declaração Conjunta	Ajustes Complementares	Acordos Gerais
Argentina	3	4	9	16	12
Bolívia	1	6	2	23	7
Chile	5	11	2	2	1
Colômbia	-	9	2	28	1
Equador	4	6	1	14	2
Guiana	2	3	-	9	4
Paraguai	4	8	3	20	9
Peru	3	15	7	46	18
Suriname	1	4	-	17	4
Uruguai	4	6	-	28	13
Venezuela	2	27	-	12	11

Tabela 2-Política Externa de Lula da Silva para a América do Sul (2003-2010). **Fonte:** Elaboração própria a partir de dados disponíveis em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em Set. de 2017.

Através da política externa, o governo Lula da Silva esforçava-se para elevar o país a uma categoria de potência regional, como analisa Couto (2012) e Desiderá Neto (2014). A dinamicidade dos contatos diplomáticos evidencia este escopo da política externa brasileira, os números da diplomacia brasileira frente aos países da América do Sul demonstram a preocupação do governo brasileiro em relação à região. Ultrapassando a esfera sul-americana, o governo petista procuraria igualmente expandir a influência do Estado brasileiro sobre a América Central e o Caribe, como aponta Nunes (2012).

Neste sentido a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), teve papel relevante na consolidação do papel brasileiro na América Central e no Caribe. O exercício do comando brasileiro desta missão desde 2004 indica, como destaca Pickup (2016), o esforço brasileiro em sustentar um papel de potência

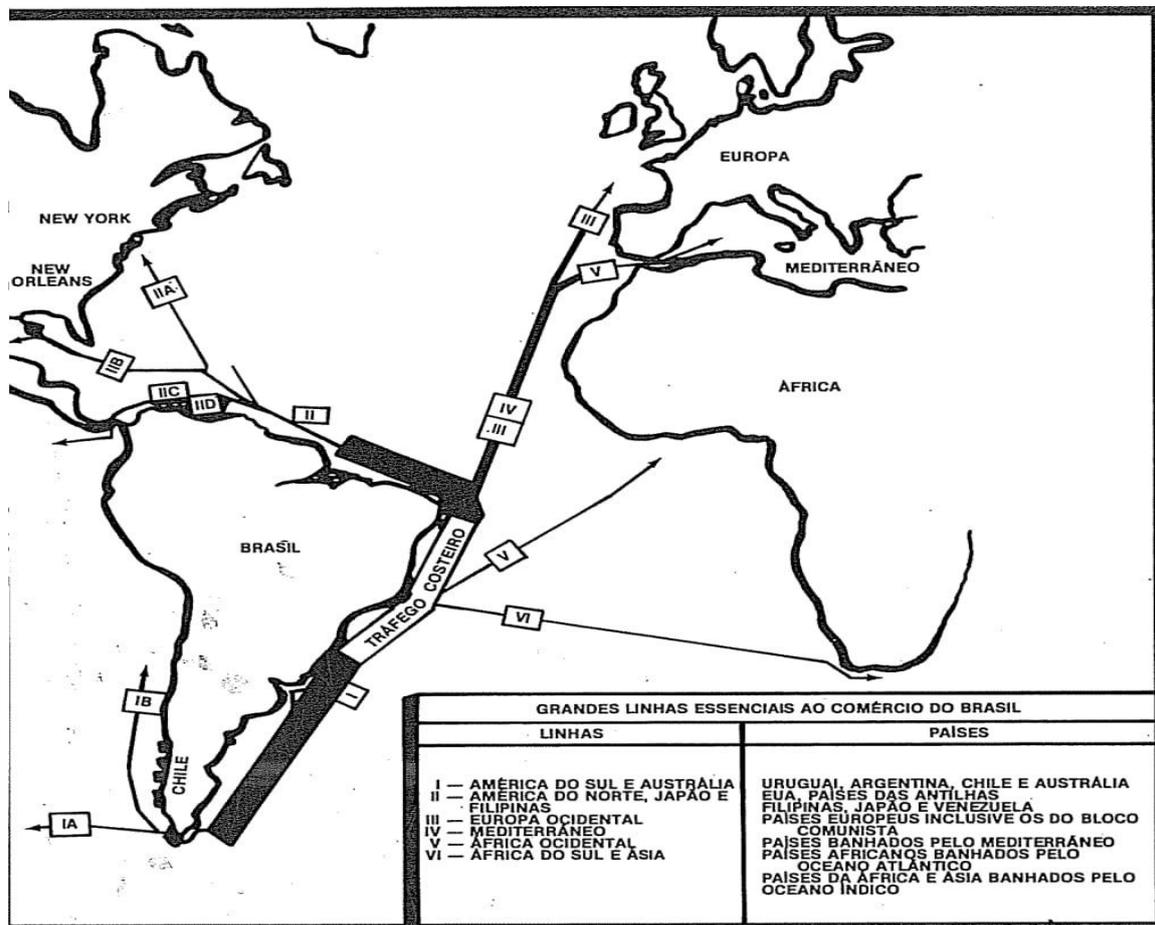
¹⁹³-Protocolo de Intenções: protocolo é um termo que tem sido usado nas mais diversas acepções, tanto para acordos bilaterais quanto para multilaterais. Aparece designando acordos menos formais que os tratados, ou acordos complementares ou interpretativos de tratados ou convenções anteriores. Tem sido usado, na prática diplomática brasileira, muitas vezes sob a forma de "protocolo de intenções", para sinalizar um início de compromisso; Memorando de Entendimento: tem sido utilizado para atos de forma bastante simplificada, destinados a registrar princípios gerais que orientarão as relações entre as Partes, seja nos planos político, econômico, cultural ou em outros; Ajuste Complementar: é o ato que dá execução a outro, anterior, devidamente concluído e em vigor, ou que detalha áreas de entendimento específicas, abrangidas por aquele ato. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/documentos/convs/denomin_atosints.pdf>. Ainda, segundo Mendonça e Faria (2015, p.16), acordos gerais “[são] em tese, à primeira manifestação de interesses das partes em promover a cooperação, o que, vale ressaltar, na prática nem sempre corresponde ao primeiro ato de cooperação entre os países”.

regional. Como enfatiza Nunes (2012), a participação brasileira no Haiti além de ter ocorrido no âmbito de cooperação tecnológica, técnica e empresarial, também materializou sobre o país caribenho o discurso pré-eleição do governo Lula da Silva. Deste modo a missão humanitária no Haiti solidificou o discurso político externo brasileiro de combate às desigualdade de poder internacional, o papel dos países no combate às desigualdades sociais, o combate a fome, entre outras pautas que colocavam em contato o discurso da política interna e a política externa brasileira.

As relações brasileiras com os países do Caribe se revestem de um interessante olhar geopolítico, na medida em que, embora a região seja geograficamente próxima ao Brasil, em poucos momentos da história brasileira foi possível verificar a aproximação da política externa em direção àqueles países. Deste modo, o aumento das exportações e estreitamento das relações políticas entre o Brasil e os países da América Central e Caribe, como aponta (Nunes, 2012) e Pickup (2016), demonstravam a estratégia brasileira de multilateralização da política externa e a busca pela diminuição das assimetrias internacionais, assim como a solidificação de uma posição de potência média no cenário internacional.

Do ponto de vista geopolítico, o Brasil sendo um país litorâneo, como observa Silva (1981a), deveria planejar em acordo com a sua posição geográfica, uma estratégia de estreitamento das relações com os países do seu entorno geográfico, para que fosse mantida uma posição de proeminência regional brasileira. Também da ótica de Mattos (1977), a região central americana, sendo uma das vias mais importantes para o fluxo marítimo global, não poderia ser dispensada da elaboração desta estratégia, como apresenta o mapa (mapa 8)

MAPA 8



Mapa 8 -Grandes Linhas Essenciais do Comércio do Brasil. Fonte: Mattos, 1977, p.87.

Assim, pode se indicar que o entorno geográfico brasileiro foi um pressuposto da política externa em Lula da Silva, de modo que o fator territorial e, principalmente a posição geográfica brasileira situaram-se como sustentáculo da estratégia de política externa para a região central americana e caribe.

Destarte, se os países desta região não possuíam contato direto com o Brasil por meios terrestres, o fator marítimo colocava estes Estados em contato com o território brasileiro. Assim, se a política externa brasileira vislumbrava uma condição de proeminência regional, também os países nas adjacências da América do Sul ganhavam importância. Deste modo, é verificável durante o governo Lula da Silva uma variada agenda de cooperação técnica entre o Brasil e nações da América Central e Caribe, assim como as declarações conjuntas, que exaltavam os interesses mútuos em áreas estratégicas para o governo brasileiro.

Assim como nas declarações conjuntas entre o Brasil e os países sul-americanos é possível verificar três pontos de destaque, o apoio à expansão do Conselho de Segurança da ONU, o apoio à multilateralização da política externa e o combate às políticas protecionistas dos países desenvolvidos.

TABELA 4

	Acordo de Isenção de passaportes	Comunicado ou Declaração Conjunta	Celebração de Acordo de Cooperação	Memorando de Entendimento	Protocolo de Intenções
Antígua e Bar.	X				
Bahamas	X ¹⁹⁴				
Barbados		X	X		
Belize	X		X	X	X
Costa Rica					X
Cuba		X	X	X	X
El Salvador	X			X	X
Guatemala		X	X	X	X
Haiti	X	X	X	X	X
Honduras	X ¹⁹⁵		X	X	
Jamaica	X			X	X
Nicarágua	X	X	X	X	X
Panamá			X ¹⁹⁶	X	
República Dom.	X		X	X	X
Trinidad Tobago ¹⁹⁷			X	X	

Tabela 3-Aproximação Brasil-América Central. **Fonte:** Elaboração própria a partir de dados disponíveis em <<https://concordia.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em Set. de 2017.

A perspectiva brasileira de expansão do poder em regiões vizinhas ao país conecta-se, também, com a discussão de Nye (1990) sobre o soft power. Esta categoria de poder, na visão do autor, seria um mecanismo de influência e imposição dos interesses de um Estado sobre outro num contexto global no qual a demonstração de poder não caberia mais sobre à perspectiva, ou, nas palavras do autor, do hard power.

¹⁹⁴ -O acordo entra em vigor no ano de 2011, no entanto é celebrado em 2010.

¹⁹⁵ -Isenção Parcial

¹⁹⁶ - O Programa Executivo do Convênio Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá, foi considerado como um acordo de cooperação, na medida em que o documento assinado porta um teor de entendimento cultural, no qual o Brasil e o Panamá trocariam experiências nesta área.

A política externa brasileira no Caribe durante o governo Lula da Silva como demonstra (Nunes, 2012), utilizava o soft power para aproximar-se de países que até então as suas relações eram escassas ou, até mesmo, inexistentes. Esta expansão dos vínculos brasileiros nesta região está conectada a uma forma de poder mais brando exercido pelo Brasil. Esta aproximação e influência indireta, como é possível verificar na grande quantidade de memorandos de entendimento, assim como no estabelecimento de acordos de cooperação técnica, demonstra a estratégia de inserção sutil dos interesses brasileiros na agenda de países da América Central e Caribe.

Pode-se, então, observar que a política externa brasileira para o Caribe e América Central, vislumbrava o entendimento e aproximação àqueles países a fim de solidificar a imagem brasileira como um Estado capaz de prestar auxílio nos campos econômicos, sanitários, educacionais, de defesa e agrícola, que por serem demandas brasileiras há décadas, forneceria certa experiência em resolver questões que também eram verificáveis em países de condições geográficas semelhantes as do Brasil.

É importante ressaltar, que não estamos buscando afirmar interesses geopolíticos acima de qualquer ação da política externa brasileira e muito menos procurando transportar teses geopolíticas consolidadas há décadas para compreender cenários da política externa. O que nos chama a atenção é que a política externa brasileira em Lula da Silva, principalmente em direção à América do Sul e América Central e Caribe, vislumbrava à multiplicação do poder do Estado brasileiro e para tal não podia negligenciar que a organização território e, por conseguinte, do espaço nacional eram indispensáveis para a consecução daquele objetivo. O entendimento geopolítico que buscamos está inserido nesta relação.

Se por um lado a política externa em Lula da Silva assumiu novas perspectivas, pautando-se inclusive numa postura universalista e realista e, buscando afirmar os interesses brasileiros num cenário internacional assimétrico, devemos também fazer as devidas ressalvas em relação à existência de uma conjuntura internacional conveniente para que o governo brasileiro pudesse assumir este câmbio de postura em função da existência de parceiros comerciais potencialmente interessantes para uma política externa com este caráter.

A mudança de cenário internacional teve como consequência uma nova abordagem por parte da política externa brasileira durante Lula da Silva. A redefinição

da política externa deste período remete à ideia de Vigevani e Cepaluni (2007) de que o governo brasileiro retomava, ainda que parcialmente, a concepção de autonomia presente principalmente durante o período Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) e Ernesto Geisel (1974-1979). Segundo Leite (2011), entre estes períodos históricos de contextos internacionais totalmente diversos, é possível observar algumas consonâncias da política externa brasileira. Nos três períodos em destaque, Lula da Silva (2003-2010), Ernesto Geisel (1974-1979) e Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) verificamos que as condições políticas e econômicas do Brasil eram instáveis, influenciadas por um ambiente internacional inconstante, igualmente, no âmbito político e econômico. É neste sentido que, segundo Leite (2011) a cooperação entre as nações não está relacionada à estabilidade econômica ou à harmonia no conjunto de alianças, mas está interligada à insegurança e as incertezas proporcionadas pelo ambiente global.

Se no âmbito externo regional o Brasil buscou aperfeiçoar a integração entre os seus vizinhos no continente sul-americano, na esfera intercontinental a política externa do país procurou na variação de parcerias econômicas a suavização de sua dependência econômica dos países da Europa e dos Estados Unidos. Esta estratégia é visível, segundo Oliveira (2010a), na aproximação brasileira com a China, de modo que ao mesmo tempo em que este país possuía um papel político importante na medida em que contrabalanceava o poder dos países do Norte desenvolvido, também oferecia ao Brasil a possibilidade de expandir sua capacidade de cooperação científico-tecnológica.

A diversificação de parcerias figurava como uma estratégia brasileira para desempenhar uma função mais participativa no sistema global, visando sempre o interesse nacional. Esta perspectiva pode ser compreendida, a partir de uma escola realista no âmbito das relações internacionais, de modo que a busca pelo poder em um sistema internacional anárquico apresentava-se como o principal objetivo do Brasil em Lula da Silva, como apontado por Silva (2013).

A ideia trabalhada por Vigevani e Cepaluni (2007) de uma “autonomia brasileira pela diversificação” converge com as iniciativas deste país integrar um patamar de maior preponderância no cenário internacional. É neste sentido que, como avaliado por Silva (2013), o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) teve importância na política externa brasileira. O IBAS, fundado em 2003, passava a ter um papel de destaque, se levada em consideração à necessidade do então recém-eleito governo

brasileiro em empregar na política externa as diretrizes dos discursos do partido dos trabalhadores.

Do ponto de vista externo, o IBAS também possuía uma posição simbólica no alinhamento brasileiro Sul-Sul. O estabelecimento de diálogo entre três países com considerável importância nos seus respectivos campos regionais e caracterizados por problemas sociais graves geravam um ambiente propício à cooperação, como analisado por Lima (2005). É neste sentido, que o discurso incorporado pelo então presidente Lula da Silva recaía sobre os campos sociais, estes que igualmente faziam parte das diretrizes do partido dos trabalhadores, eram ao mesmo tempo, comprazíveis a uma política de diversificação de parcerias econômicas.

Nós decidimos – por uma proposta do Presidente Mbeki, feita em 2003, por ocasião da minha posse como Presidente da República – nos conhecer melhor e fortalecer a relação Sul-Sul, porque politicamente e economicamente estávamos habituados a uma relação Sul-Norte¹⁹⁸. (Silva, 2006, p.123)

O objetivo estratégico do IBAS de estabelecer um campo de diálogo entre países em desenvolvimento em condições regionais similares a do Brasil está explícito, quando o então presidente Lula da Silva afirma que

o IBAS é muito mais do que uma construção diplomática. É a expressão natural de identidades de visão sobre grandes temas internacionais. É também uma manifestação concreta de objetivos compartilhados por Brasil, Índia e África do Sul.¹⁹⁹ (Silva, 2006, p.123).

É neste sentido que segundo Silva (2013, p.52)

a diplomacia brasileira buscou, entre 2003 e 2010, tornar a aproximação política com países periféricos um instrumento para o aprofundamento das relações econômicas e dos investimento brasileiros na África, no Oriente Médio e nos chamados grandes países periféricos.

¹⁹⁸ - Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos durante a I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS), Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 13 de setembro de 2006

¹⁹⁹ -Ibid.

Deste modo, organizações como o IBAS²⁰⁰, embora possuísse um escopo cultural e humanitário, não deixava de representar um meio de diálogo entre o Brasil e suas áreas de interesse estratégico, assim como portavam avante signos políticos presentes na orientação da política externa deste governo. O que se pode visualizar é que os objetivos humanitários e de integração territorial omitiam a dimensão de expansão do poder da política externa de Lula da Silva.

De fato, os documentos nos apontam que o governo Lula da Silva, seguiu uma política externa próxima àquela do pragmatismo responsável. E, mesmo se o contexto internacional tenha exigido adaptações, a política externa do governo petista não se desarticulou de um ideal desenvolvimentista no qual o Estado passa a ser o principal agente para a promoção da equalização ou atenuação das disparidades socioeconômicas internas. Não obstante Cavagnari (1987) tenha salientado a defasagem entre a concepção de potência média na ótica geopolítica militar brasileira, podemos constatar a existência de um pensamento da política externa em Lula da Silva que vislumbrava a ideais que se aproximam do conceito de potência média, como por exemplo, a consolidação de uma posição de proeminência regional, a universalização das parcerias comerciais e a autonomia diante de um cenário internacional realista. Deste modo, as contradições socioeconômicas internas não obstaram a orientação da política externa brasileira, mas assim como pontuou Cavagnari (1987) resultaram em barreiras importantes, senão insuperáveis às estratégias de inserção internacional do Brasil.

Corolário destas desigualdades seria a dificuldade que o governo brasileiro encontraria para dar curso à política de integração na América do Sul. Como ressalta Amorim (2010), o continente figurou como a área mais importante para a política externa brasileira, assim como a que apresentava os mais laboriosos desafios para o Ministério das Relações Exteriores. O receio de sub-representação dos países sul-americanos frente ao Brasil e as dissensões econômicas entre estes Estados

²⁰⁰ - “Pelo êxito de suas iniciativas, o Fundo IBAS recebeu, em 2006, o Prêmio “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul”, concedido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e, em 2010, o Prêmio “*Millennium Development Goals Awards*”, outorgado pela ONG “*Millennium Development Goals Awards Committee*”. Em 2012, o Fundo IBAS recebeu o prêmio “*South-South and Triangular Cooperation Champions Award*”, entregue pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (ECSS), por sua contribuição inovadora para a cooperação Sul-Sul e cooperação triangular.”. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>> acessado em 20 de Abril de 2017.

comprometeriam as diretrizes da política externa brasileira em Lula da Silva. Como analisa Gregorio et al (2015), o esforço do governo brasileiro em solidificar as relações no continente sul-americano de modo a arrefecer as desigualdades estruturais e econômicas, pode ser contextualizado com a dificuldade entre o Brasil e a Argentina em estabelecer acordos comerciais sobre eletrodomésticos durante a primeira década do século XXI. Como bem explicitam os autores, as dificuldades comerciais encontradas pelos governos destes dois países muito tem a ver com as suas discrepâncias estruturais do setor industrial o que, por conseguinte, resultava em atritos entre os dois Estados.

No entanto, o que se pode concluir neste levantamento é que apesar das estratégias de política externa durante o governo Lula da Silva terem sido parcialmente frustradas, o pensamento geopolítico não deixou de fundamentá-las. As diretrizes desenhadas pelo Ministério das Relações Exteriores condiziam com o ideal de fortalecimento do poder do Estado, assim como visavam à dinamização das relações com os países do entorno geográfico brasileiro.

Retomando os liames entre o governo de Lula da Silva e de Ernesto Geisel, podemos sugerir elos geopolíticos importantes, de modo que ambos os governos vislumbravam estratégias de inserção internacional e perspectivas regionais bastante similares. Deste modo, o fato daquele governo militar estar distante temporal e ideologicamente do governo do Partido dos Trabalhadores, não imprime antagonismos na política externa de cada um destes períodos, o que aventa, portanto, que a relação entre o Estado e poder, não se desconecta do pensamento estratégico territorial.

Elevar o Brasil a um status de potência média mais que um objetivo, seria consequência de um pensamento geopolítico em que pensar o Estado, implica em pensar o poder. Em outras palavras, a visão geopolítica do governo Lula da Silva evidenciava nas diretrizes de política externa do país a relação entre o poder, o território, a política externa e a geopolítica.

3.2 Brasil, uma potência média?

A concepção de potência média brasileira está acompanhada, durante o governo Lula da Silva, de um cenário econômico favorável ao multilateralismo e à aproximação brasileira dos países não hegemônicos, como apontado por Leite (2011). Desta forma, quando se trata de liderança regional, segundo Almeida (2004, p. 171) “para o governo Lula, visivelmente, trata-se de um dos grandes objetivos políticos, e não

necessariamente limitado apenas à região”. A liderança buscada pelo Brasil se condensava na necessidade de encontrar mercados nos países em desenvolvimento, para fazer frente aos desequilíbrios do poder internacional. Deste modo, o que é possível observar é que o governo brasileiro passava a considerar as possibilidades que o campo externo lhe apresentava, uma vez que países como China, Rússia, Índia, entre outros Estados em ascensão econômica mostravam-se aptos a oferecer mercados econômicos interessantes à política externa brasileira.

Como pudemos constatar no capítulo 1, a relação entre o poder, a geopolítica e a condição de potência média está acompanhada por um quadro político, territorial e econômico, que caracterizam as condições estratégicas de um Estado Nacional. Durante o governo Lula da Silva, a política externa parece ter sido orientada por estas condições, vislumbrando delegar ao Estado brasileiro uma imagem de proeminência internacional. Esta não seria alcançada somente por uma mudança do discurso político externo brasileiro, mas pela readequação da estratégia de inserção internacional do governo brasileiro.

Previamente à discussão dos objetivos da política externa brasileira, é importante lembrar que os pontos básicos de um Estado potência média, seja da perspectiva geopolítica, seja do ponto de vista das relações externas são – a busca por uma condição de proeminência regional, a multilateralização da política externa, o fortalecimento das instituições estatais e a defesa da soberania nacional e dos interesses nacionais.

O primeiro objetivo da política externa brasileira durante o governo petista, como afirmado por Guimarães²⁰¹, era a assunção do Brasil a um posto permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo Wight (2002) a busca pelo o assento permanente no CSNU está vinculada à pretensão de poder de um Estado frente aos outros. Portanto, é possível sugerir que este objetivo da política externa de Lula da Silva era também uma forma de enaltecer a capacidade do país impor seus interesses no âmbito internacional.

No entanto, as questões referentes ao desenvolvimento doméstico do Brasil eram relevantes para que o país alcançasse seu principal objetivo externo. É neste sentido que

²⁰¹- Informação verbal proferida na Semana Universitária da Universidade de Brasília. (Samuel Pinheiro Guimarães. O Brasil e sua Inserção Internacional em um cenário de incertezas e crise. Universidade de Brasília, Brasília, 25 de outubro de 2017).

segundo Guimarães (2006)²⁰² os Estados em condição de desenvolvimento necessitavam de uma maior presença estatal em suas economias, uma vez que os países hegemônicos perpetuariam as condições assimétricas do poder internacional em condições de livre mercado. A dependência tecnológica, deste modo, era vista, por Samuel Pinheiro Guimarães como uma das principais causas do atraso socioeconômico brasileiro. O Estado, segundo a visão do embaixador, era o único agente capaz de dirimir as assimetrias entre os países hegemônicos e aqueles em desenvolvimento. Esta concepção, por conseguinte, era parte da estratégia de consecução do objetivo externo brasileiro de integrar permanentemente o CSNU.

De modo geral, seria bastante precipitado supor que o Brasil buscava uma condição de grande potência, visto que internamente o país ainda possuía óbices importantes a resolver como, por exemplo, a desigualdade social e a pequena capacidade bélica. Esta, muito embora fosse relevante no ambiente regional, era consideravelmente limitada, se comparada a países como a Rússia, China ou Estados Unidos. A limitação de poder brasileiro, portanto, esbarrava em condições internas, que, na medida em que fossem solucionadas se tornariam condicionantes de poder externo, como aponta Guimarães (2006).

No entanto, se a condição de grande potência não era compatível ao Brasil, o status de potência média figurava acessível aos estrategistas da política externa brasileira. Assim como um país potência média deve buscar parcerias econômicas com os países não hegemônicos e a política externa brasileira em Lula da Silva demonstrava um esforço considerável na atração destes para a sua esfera de influência. É possível, deste modo, observar uma estratégia brasileira voltada para tornar o país parte dos atores proeminentes no cenário internacional. É neste sentido que podemos analisar o surgimento dos diálogos de Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC). Segundo Silva (2013) as tratativas neste grupo de países surgem no sentido de estabelecer um “balanceamento brando” das relações de poder, num mundo onde a hegemonia do poder militar dos Estados Unidos não podia ser desafiada.

A organização do BRIC, assim como outras iniciativas multilaterais em que o Brasil esteve envolvido, exaltava a visão da busca por uma política externa multilateral

²⁰²-Ressalta-se que a aplicação desta visão, no campo prático pode ser questionada em vários aspectos, no entanto, o que procuramos destacar é, sobretudo, esta percepção de desenvolvimento e potência no cenário externo, não sendo o foco de esta análise perscrutar a consecução destas estratégias políticas.

e autônoma do governo brasileiro. Deste modo, o governo Lula da Silva buscava vias multilaterais a fim de inserir o país em um sistema de alinhamento externo Sul-Sul, de modo que aproximação brasileira com outros países líderes regional e com suas economias em ascensão consolidava uma esfera global propícia a opções de alinhamento em detrimento aos países hegemônicos.

Se Wood (1987) afirmou que os países candidatados a um status de potência média, são aqueles os quais possuem uma condição de reformadores moderados do sistema, o governo brasileiro, no período em questão, parece ter perseguido este ideal. É neste sentido que é possível verificar a criação do fórum de discussão IBAS, com o intuito de modificar a estrutura das relações de poder globais. No mesmo sentido, é possível averiguar a institucionalização do BRIC e a primeira reunião dos líderes dos países que faziam parte deste acrônimo. O surgimento deste grupo de países reflete como propõe Silva (2013), a tentativa de condicionar o ambiente internacional com o objetivo de diminuir as assimetrias de poder, por meio da influência branda de multilateralização da política externa. É nesta direção o programa de governo do segundo mandato de Lula da Silva em 2007.

O Brasil acentuará sua presença soberana no mundo. Lutará nos foros internacionais pelo multilateralismo, contribuindo para a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, onde reivindica uma vaga permanente. (Brasil, 2007, p.14)

No mesmo sentido, é verificável o incremento da posição brasileira no combate ao protecionismo agrícola em fóruns multilaterais. A participação brasileira na Rodada de Doha com início ainda durante o governo Cardoso, em 2001, demonstrou, em Lula da Silva, a estratégia brasileira em buscar nos interesses comuns dos países em desenvolvimento uma margem para aproximação e estabelecimento de alianças entre estes Estados²⁰³, como observa (Lessa, 2016). Esta estratégia brasileira, em fortalecer o seu papel de intermediador nas negociações multilaterais, revestiu-se, no entanto, de certa margem de desconfiança por parte dos países em desenvolvimento. Deste modo, as relações entre estes países sugerem instabilidades provenientes, principalmente, das contradições econômicas e estruturais internas, como é próprio caso da América do Sul.

²⁰³ -Segundo Cervo (2008, p.257), “o prolongamento das negociações comerciais que se verifica na Rodada de Doha decorre da dificuldade de entendimento entre os países do norte e os emergentes acerca do modo como avançar rumo à liberalização do comércio mundial.”

No caso do Brasil, a existência de uma parcial estabilidade política, assim como um crescimento econômico considerável, durante quase todos os anos sob condução do governo Lula da Silva, permitiram que as estratégias de inserção internacional ganhassem continuidade. Deste mesmo modo, é possível verificar que o objetivo final de expansão do CSNU, manteve-se inalterado, exigindo, deste modo, por parte do governo brasileiro, a continuidade de uma política de dinamicidade e participação internacional. A assunção do Brasil a um status de potência média, portanto, converge com o objetivo prioritário da política externa brasileira, ou seja, na medida em que o país alcançasse um maior grau de potência no ambiente internacional, maior seriam as chances de finalmente integrar um assento permanente no CSNU.

Além disso, é possível observar que a capacidade do Brasil consolidar uma posição de potência regional em muito dialoga com a observação de Wight (2002), de que em um mundo realista é verificável a presença de poucas grandes potências. Desta forma, no ambiente regional, o Brasil, perseguindo uma política de aproximação sul-sul e de desenvolvimento econômico interno, lograria alcançar a condição de potência regional, o que dificultaria a ascensão de outro Estado sul-americano a este status. Este fato, como já observado culminaria num quadro geopolítico regional complexo em função das resistências dos países sul-americanos aos objetivos da política externa brasileira.

Contudo, exercer um papel proeminente no cenário internacional fazia parte do imaginário da política externa brasileira, de modo que Silva (1995) aponta que as dimensões geográficas do país têm, desde a política externa de Rio Branco (1902-1912) influenciado na construção da visão de que os objetivos externos do Brasil deveriam ser proporcionais a sua preponderância geográfica. Assim, é importante observar que a condicionante territorial geográfica do país tem este papel impulsionador do Brasil a uma condição de potência, assim como os problemas internos nacionais têm desde o início do século XX representado óbices à assunção do poder brasileiro no cenário internacional. Estes indícios apontam para o fato de que o espaço geográfico e a política externa preservam um liame temporal muito mais estreito do que se tem frequentemente discutido.

Na geopolítica brasileira os estudos demonstram uma série de teorias, fundadas principalmente na posição e organização territorial, a fim de garantir desde a unidade

estatal e segurança nacional até o poder no âmbito externo. A organização do espaço nacional segundo Silva (1981a) é um pressuposto para o poder nacional, assim que

nem sempre dispõe o Estado de um Poder Nacional à altura das responsabilidades decorrentes da guerra ou, nem mesmo, das que tenham sido assumidas no período de paz [...] tratar-se-á, imperativamente, de fortalecer esse Poder, desenvolvê-lo no tempo devido e por todos os processos, de modo que, no balanço vital entre possibilidades e necessidades, entre meios e fins, entre obrigações e recursos, não subsista um déficit fatal que pressagie, para a nação, a derrota, a servidão e a morte. (Silva, p.13, 1981)

À diferença deste autor, os condutores do Estado brasileiro em Lula da Silva não se preocupavam essencialmente com um inimigo externo, mas com uma organização do Estado capaz de proporcionar o poder necessário para a assunção brasileira a uma condição de líder no âmbito regional e, por consequência, atingir uma condição proeminente de poder no cenário mundial. Deste modo, podemos observar, que embora a finalidade política da organização estatal, teorizada por Silva (1981a, 1981b) fosse amplamente diversa dos objetivos brasileiros para a política externa durante o governo petista, a visão sobre a posição geográfica e organização territorial do governo Lula da Silva podia dialogar com a concepção do geopolítico. Por este ângulo é possível observar as estratégias de dinamização do território nacional com o objetivo de fortalecer a unidade Sul-Americana, a partir da liderança brasileira durante o período de 2003 a 2010, como observam Couto (2012), Domingues (2013) e Costa e Gonzalez (2014).

Neste sentido, o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), como nos apresenta a tabela (tabela 4) pode ser avaliado como uma tentativa de harmonização do espaço geográfico entre os países integrantes do MERCOSUL. A relação de poder e integração territorial, como já analisada em outros capítulos, mostra-nos que de acordo com a concepção geopolítica, a união territorial é também um signo de poder. Da mesma forma que esta visão geopolítica foi calcada como um tema prioritário durante governos militares, ao longo do governo Lula da Silva esta estratégia seria retomada. O Brasil, como maior contribuinte do FOCEM, inseria na região sul-americana condições de inserção do bloco econômico na esfera mundial. Esta visão converge com a perspectiva de Costa, de que

uma das ideias que podemos extrair desse campo aparentemente dominado pelas incertezas quanto ao futuro da integração regional, é que os atores principais à frente desse processo, não dispõem de outra opção, no campo das estratégias, que não seja o da sua rápida consolidação. (Costa, 2009, p.53).

Tabela 4

País	Competitividade	Energia	Ferrovias	Institucionais	Rodovias	Saneamento
Argentina	1	1	-	-	-	-
Brasil	-	-	-	-	-	1
Paraguai	2	1	-	-	7	2
Uruguai	1	-	1	-	2	-
Pluriestatal	2	1	-	3	-	-

Tabela 4²⁰⁴ - Projetos do Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) (2007-2010).

Fonte: Dados organizados a partir do sitio oficial do FOCEM²⁰⁵

Do ponto de vista geopolítico brasileiro a integração do território sul-americano, assim como a redução das assimetrias econômicas do continente, teriam recaimentos sobre a capacidade do Brasil em representar os interesses dos países da América do Sul

²⁰⁴-Os projeto avaliados foram a) competitividade: Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás; Adensamento e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL; PMES Exportadoras de bens de capital, plantas chave em mão e serviços de engenharia; Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Avaliação da Conformidade – DeTIEC; Internacionalização da especialização produtiva - desenvolvimento e capacitação tecnológica dos setores de 'software', biotecnologia e eletrônica e suas respectivas cadeias de valor; Programa de Apoio Integral a Microempresas; b) Energia: Construção da Linha de Transmissão 500 kv Itaipu-Villa Hayes, a Sub-Estação Villa Hayes e a Ampliação da Sub-Estação Margem Direita Itaipu; Vínculo de Interconexão em 132 kV ET Iberá – ET Paso de los Libres Norte; Interconexão Elétrica de 500 MW Uruguai-Brasil; c) Ferrovias: Reabilitação de Ferrovia, linha Rivera: Trecho Pintado (Km 144) – Fronteira (Km 566); d) Institucionais: Identificação de Necessidades de Convergência Estrutural no MERCOSUL; Base de Dados Jurisprudenciais do MERCOSUL; Fortalecimento Institucional da Secretaria do MERCOSUL para o Sistema de Informação da Tarifa Externa Comum (TEC); e) Rodovias: Reabilitação e Pavimentação Asfáltica do Trecho Concepción – Puerto Vallemí; Recapeamento do trecho alimentador das Rotas 1 e 6, corredores de integração regional, Rota 1 (Carmen del Paraná) – La Paz, Rota Graneros del Sur; Pavimentação asfáltica sobre empedrado do trecho alimentador da Rota 2, corredor de integração regional, Itacurubi de la Cordillera – Valenzuela – Gral. Bernardino Caballero; Pavimentação asfáltica sobre empedrado do trecho alimentador das Rotas 6 e 7, corredores de integração regional, Presidente Franco – Cedrales; Recapeamento Asfáltico do Trecho Alimentador da Rota 8, Corredor de Integração Regional, Rota 8 – San Salvador – Borja – Iturbe e Ramal a Rojas Potrero; Rota 12: Trecho de conexão Rota 54 – Rota 55; Rota 26 - trechos Melo - “Arroyo Sarandi de Barceló”; Reabilitação de Corredores Viários; Reabilitação e melhoramento de estradas de acesso e anéis viários da Grande Assunção; f) Saneamento: Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta Porã – MS; MERCOSUL YPORÁ - Promoção de acesso a água potável e saneamento básico em comunidades em situação de pobreza e de extrema pobreza; Construção e Melhoramento de Sistemas de Água Potável e Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais e Indígenas do País.

²⁰⁵-Disponível em <<http://focem.mercosur.int/es/presentacion-projetos/>>. Acesso Outubro de 2017.

em plataformas de negociação a nível mundial. Deste modo, o aumento do poder do Estado era um objetivo da política externa brasileira e este somente seria logrado por intermédio das estratégias de organização territorial no continente sul-americano.

O que buscamos indicar, portanto, é que a política externa em Lula da Silva partia de uma concepção de fortalecimento do aparelho Estatal dos Estados sul-americanos e do próprio Estado brasileiro, para a multiplicação do poder externo, fato este que nos remete a uma visão clássica da geopolítica na qual o poder é prerrogativa do Estado. Por conseguinte, a condição de potência média, consequentemente, seria atingida e mantida, a partir da capacidade do governo brasileiro, atuando como um líder, direcionar os interesses do seu entorno regional e isto seria realizado apoiado na perspectiva brasileira de que o combate ao protecionismo dos países hegemônicos, a luta contra as assimetrias do poder e o respeito à soberania estatal eram interesses comuns aos países do entorno estratégico brasileiro.

No entanto, para que um governo possa elevar o Estado a uma condição de potência média, ele não pode estar limitado à ótica regional. Neste sentido, para atingir esta condição a busca por uma autonomia internacional através da universalização da política externa é indispensável. Assim, a capacidade de expansão das relações com diversos países fora do Eixo Norte-Sul (relações assimétricas) supõe a habilidade de um país em captar e direcionar os diversos interesses de diferentes Estados. O poder é consequência desta capacidade de intermediação, consolidando ao Estado mediador a posição de líder. Deste modo, afirmar a posição brasileira no âmbito extra regional era uma premissa para a expansão do poder brasileiro não somente na esfera sul-americana, como no âmbito global.

Assim, a aproximação brasileira de países no Oriente Médio e África cumpria o objetivo brasileiro de expandir sua área de influência econômica sobre países considerados periféricos. No Oriente Médio, como apontam Haffner e Holand (2012), o desempenho da política externa brasileira concentrava-se numa busca para a ampliação do comércio com os países daquela região, assim como uma posição política mais ativa. Segundo as autoras, a disposição do Brasil como uma potência média imprimia na política externa a necessidade de buscar uma colocação mais assertiva e autônoma no cenário internacional. Ademais, de acordo com Brun (2011), o governo brasileiro aproximou-se do Irã de forma contundente, posicionando-se, inclusive em favor do

Estado asiático na questão nuclear²⁰⁶. O acordo tripartite entre Brasil, Irã e Turquia cumpriria, segundo Brun (2011), com o objetivo do governo brasileiro de tomar um papel de mediador internacional importante, além de diversificar as parcerias com países não hegemônicos e contestadores do poder dos Estados Unidos no cenário internacional.

No mesmo sentido, o estabelecimento de um plano de ação da Parceria Estratégica entre Brasil e Turquia em 2010 enfatizava a necessidade dos países em desenvolvimento unirem-se em oposição ao desequilíbrio de poder perpetuado pelos Estados desenvolvidos. O estabelecimento do acordo evidencia a busca da política externa brasileira em encontrar apoio para a consecução dos objetivos de reformar o CSNU e fortalecer um sistema internacional multilateral. Segundo o documento (Anexo 6)

o Brasil e a Turquia também concordam em estreitar as consultas em foros multilaterais. Neste contexto, os dois países sublinharam a necessidade de avançar no processo de Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a torná-lo mais eficaz e representativo, em particular por meio de mais ampla representação de países em desenvolvimento (grifo nosso).

Assim como na Ásia, a política externa brasileira em direção à África buscou reunir apoio à campanha brasileira para a reforma do CSNU. Neste sentido, Mendonça Junior e Faria (2015), afirmam que a aproximação do governo Lula da Silva frente ao continente africano tinha o escopo de ampliar a capacidade de barganha do país no cenário internacional. Por intermédio do fator cultural, linguístico e histórico, o governo brasileiro procurou uma aproximação com este continente poucas vezes verificada na história da política externa. Entretanto, embora Lula da Silva apresentasse um discurso humanitário e de aproximação cultural com os países africanos, o fator econômico e a projeção do poder brasileiro foram elementos primordiais no direcionamento da política externa do governo petista para a África, como ressalta Góes (2016).

Assim, o estreitamento das relações com os países africanos, além de um propósito econômico, mostrava-se necessário a uma estratégia brasileira para atingir um

²⁰⁶ - Em 2010, com a intermediação do governo brasileiro, o governo iraniano entrou em acordo com a Turquia estabelecendo o envio de 1.200 kg de urânio para serem enriquecidos no país vizinho. O acordo encerrava um impasse que tinha como centro a possível busca do governo iraniano no desenvolvimento de armas nucleares.

objetivo geopolítico. Como é possível observar na Declaração Conjunta entre Brasil e Angola (Anexo 4), é verificável o seguinte ponto

manter consultas regulares sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais, tais que a reforma das Nações Unidas, em especial do Conselho de Segurança, as negociações sobre mudança do clima, as negociações comerciais multilaterais, iniciativas no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)²⁰⁷, cooperação para a solução de conflitos na África e em outras regiões, inclusive construção da paz em situações de pós-conflito. (Brasil, 2010)

Este discurso apresenta-se acompanhado da concepção de que o Atlântico Sul, em função de uma visão geopolítica era uma área fundamental para a estabilidade de poder dos países da América do Sul, como ressalta Caldas (2013). Deste modo, a aproximação brasileira em direção à África possuía um escopo de segurança regional brasileira e sul-americana. É neste sentido a afirmação de Lula da Silva de que

na América do Sul, descobrimos que não haverá integração real sem meios de comunicação e transporte eficientes entre os países. Não é diferente quando pensamos na integração entre nossos continentes (América do Sul e África). Para isso, necessitaremos estabelecer linhas aéreas e marítimas mais regulares ligando a África ao Brasil. (Silva, p.188, 2003)

Outro apontamento pertinente é que embora os objetivos da política externa em Lula da Silva possuíam escopos, de certo modo, grandiosos, em termos práticos a dinamicidade exterior do governo petista foi também motivada por interesses econômicos empresariais brasileiros, como aponta Góes (2016). Também é importante sublinhar que a ostentação do objetivo de tornar o país uma potência média e de promover uma reforma do sistema de poder internacional era contraposto pelas condições socioeconômicas dramáticas que grande parte da população brasileira vivia.

²⁰⁷ - Segundo as informações do Itamaraty disponíveis em < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em 10 de Outubro de 2017. “A ZOPACAS é integrada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. A ZOPACAS é o principal foro para o tratamento de temas relativos à segurança do Atlântico Sul. Trata-se de uma iniciativa que busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por meio do fortalecimento da coordenação e cooperação entre seus Estados-membros.”.

Da mesma forma é importante observar a existência de uma recorrência histórica da política externa brasileira. Entre o governo Ernesto Geisel e aquele de Lula da Silva, é no mínimo curioso observar que mesmo num contexto político totalmente diverso, algumas estratégias de política externa se mantiveram. Ora, podemos notar que estas similitudes configuram-se como evidências para a afirmação de que a geopolítica é indissociável da visão de inserção internacional de um Estado. É neste sentido que a Declaração Conjunta entre Brasil e Nigéria, no ano de 1977(anexo 5) enfatizava as assimetrias internacionais e a necessidade de reformas nas Nações Unidas, do mesmo modo que quatro décadas depois o governo Lula da Silva apresentaria diretrizes externas semelhantes.

Ambos (ministros do Brasil e Nigéria) reconheceram a existência de certas imperfeições nas estruturas institucionais das Nações Unidas, que requerem reformas e reajustes, a fim de que o sistema da organização possa cumprir, integralmente, o seu papel de instrumento para a manutenção e proteção da paz e seguranças mundiais. (Brasil, 1977)

De modo que em declaração conjunta entre o governo brasileiro e o governo de Moçambique, em 2004, é assinado o documento que previa uma convergência de posições na política externa de ambos os países. Os principais pontos deste documento eram, a Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, crítica as relações comerciais desiguais praticadas pelos países desenvolvidos e a concordância em estabelecer relações com os países não-hegemônicos.

No exercício coletivo de criação de um novo paradigma internacional de desenvolvimento, declararam que o grupo dos países em desenvolvimento deve assumir papel propositivo e realizador, em autêntico esforço de promoção da solidariedade e da parceria Sul-Sul. (Brasil, 2004).

No mesmo sentido em que o Brasil em Lula da Silva aproximou-se dos países não hegemônicos, o governo Ernesto Geisel também buscou uma aproximação pragmática, direcionada a um alinhamento “sul-sul”. A semelhança da política externa entre estes dois governos temporalmente distantes indica um horizonte em comum – o de tornar o Brasil uma potência diante de um cenário internacional propício a fornecer as ferramentas e os caminhos para tal fim. Se a expansão da política externa, em Lula da Silva em direção à África, América do Sul, América Central e Caribe e Ásia visava um ideal de arregimentação de apoio para a consecução do objetivo de reformar o CSNU

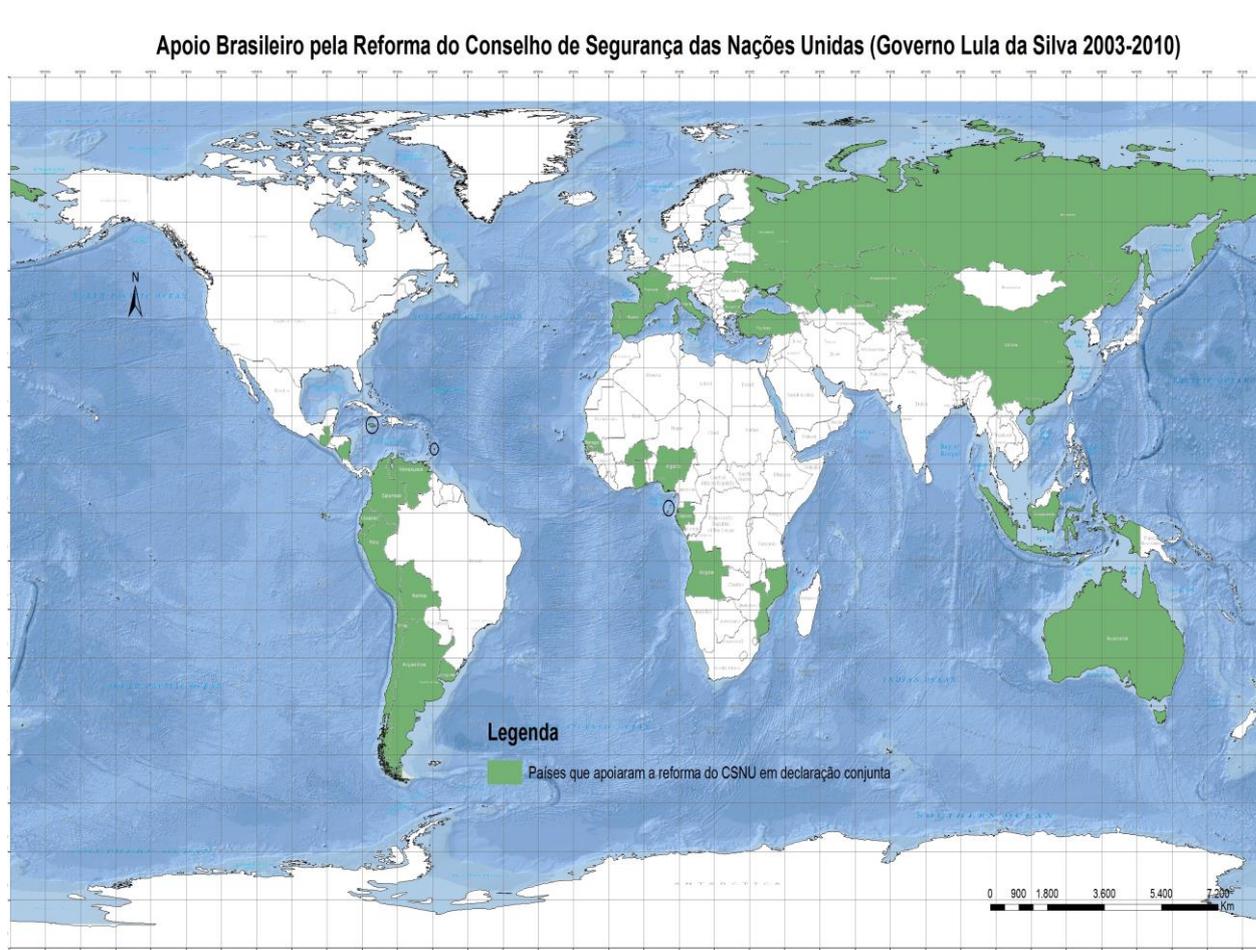
(Mapa 9), durante o Governo Ernesto Geisel essa expansão tinha como escopo solidificar a posição brasileira no cenário internacional para suprir a demanda energética do país e proteger os interesses econômicos nacionais. Como é possível visualizar na tabela (tabela 5), as similitudes da política externa destes governos eram consideráveis, o que como já mencionado, indica uma visão geopolítica comum em dois governos ideologicamente distantes.

TABELA 5

Lula da Silva (2003-2010)	Ernesto Geisel (1974-1979)
<ul style="list-style-type: none"> • Política externa realista; • Aproximação com o continente africano; • Aproximação regional com América do Sul, América Central e Caribe; • Estreitamento econômico com os países em desenvolvimento; • Combate às assimetrias do poder internacional e reforma da ONU • Investimento e criação de empresas estatais estratégicas; • Desenvolvimento tecnológico nacional; • Consolidação da infra-estrutura territorial nacional, através da integração regional; • Associação dos interesses nacionais à soberania; 	<ul style="list-style-type: none"> • Política externa pragmática e realista; • Aproximação com o continente africano; • Integração estratégica com os países da Bacia do Rio da Prata; • Aproximação com os países produtores de petróleo; • Estreitamento econômico com os países em desenvolvimento; • Combate às assimetrias do poder internacional e reforma da ONU • Investimento e criação de empresas estatais estratégicas; • Desenvolvimento tecnológico nacional; • Estratégia de ocupação do território brasileiro; • Associação dos interesses nacionais à soberania;

Tabela 5-Quadro da Política Externa em Lula da Silva e em Ernesto Geisel. **Fonte:** Elaboração Própria, 2017.

MAPA 9²⁰⁸



Mapa 9-Apoio Brasileiro pela Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Fonte Elaboração Própria, 2018.

Finalmente é possível afirmar que a política externa brasileira em Lula da Silva procurou atingir todas as condições para conduzir o país ao status de potência média. E, mesmo se elevar o país a este grau de poder não figurasse como um objetivo escrito e declarado, fazer do Brasil uma potência média compunha o percurso para que o país atingisse os seus objetivos no cenário externo, entre os quais ascender a um assento permanente no CSNU mostrava-se o mais importante. É igualmente relevante notar que como deixam evidentes as diretrizes da política exterior brasileira entre 2003 a 2010, o pensamento geopolítico era um pressuposto para a tessitura das estratégias do MRE.

²⁰⁸ - A partir do buscador de atos disponível em < <https://concordia.itamaraty.gov.br/> >. Os países com os quais o Brasil buscou apoio para a reforma do conselho de segurança da Onu, por meio de Declaração Conjunta foram: Argentina , Austrália, Angola, Barbados, Bolívia , Bulgária, Burkina Faso, Cazaquistão Chile, China, Colômbia Equador, Espanha, França, Gabão, Gana, Guatemala, Indonésia, Itália, Jamaica, Moçambique, Nicarágua, Nigéria, Peru, Portugal, Rússia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Turquia , Ucrânia, Uzbequistão, Uruguai, Venezuela.

Considerações Finais

Inicialmente, ao fazermos uma releitura da geopolítica brasileira, podemos perceber que ela não prescinde da evolução do pensamento geográfico. Assim, ao passo que a geografia ganhava novos contornos progredia igualmente o pensamento geopolítico brasileiro, ainda que externo ao ambiente acadêmico. É relevante, portanto, salientar o fato de que a história política do Brasil dialogou com a produção geopolítica do país.

Esta conclusão nos indica que por parte dos governos nacionais é imperiosa a reflexão sobre a posição do Estado no mundo, colocando o pensamento geopolítico no cerne da política externa. Assim, a hierarquia de poder internacional impõe que o pensamento político observe o território e os aspectos geográficos a fim de expandir o poder do Estado. É neste sentido que a geopolítica apresenta-se como um campo do conhecimento indispensável aos estadistas. É esta relação que é possível verificar entre a produção geopolítica na Escola Superior de Guerra e a política externa brasileira em Ernesto Geisel (1974-1979).

Neste sentido, a pesquisa sobre a geopolítica no Brasil dispôs-nos diante de um abundante acervo documental e teórico. Neste sentido, a análise da geopolítica em instituições militares como a Escola Superior de Guerra nos evidenciou que os estudos ali produzidos coincidiam com a visão da política externa brasileira durante aquele governo militar. Esta relação foi comprovada através de documentos como as cartas, notas e demais informações encontradas no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Em vários trechos destas documentações diplomáticas foi possível verificar a preocupação do governo brasileiro com a posição geopolítica do país.

O esforço realizado na fundamentação e análise de um período assaz particular na política externa brasileira, como foi o do governo Ernesto Geisel, estrutura uma base propositiva na qual é possível vislumbrar o fato de que a visão geopolítica clássica prevalece na elaboração da política externa brasileira. É neste sentido que a leitura da política exterior em Lula da Silva, além de exaltar semelhanças estratégicas com um governo militar, aponta para um ponto importante – estas similitudes eram consequência essencialmente de uma visão geopolítica de Estado semelhante entre dois governos temporalmente distantes. O que documentação demonstrou é que embora com

objetivos diferentes, estes dois governos possuíam um percurso e uma estratégia de política externa equivalentes, de modo que atingir o status de “potência”, representava a meta necessária para que o Brasil alcançasse seus interesses nacionais e garantisse a sua soberania diante de uma visão realista do cenário internacional.

Deste modo, enquanto ao longo do governo Ernesto Geisel elevar o Brasil a uma condição e potência média seria um meio para garantir a suficiência energética do país, prevenir ameaças militares reais ao território brasileiro e garantir o desenvolvimento dos setores industriais do país, durante o governo Lula da Silva alcançar este grau de potência seria parte das condições para ascender a um posto permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O que podemos destacar conjuntamente é que a visão geopolítica em Lula da Silva se fazia notar a partir do direcionamento da política externa, ou seja, a não constatação de personagens da geopolítica brasileira no interior do MRE, não implicou na ausência de um pensamento geopolítico nas diretrizes deste governo. Como demonstrado ao longo da pesquisa, a inserção internacional na ótica petista pressupunha o conhecimento entre geopolítica e poder.

Assim, as ações da política externa em Lula da Silva demonstram uma visão geopolítica proeminente, principalmente na esfera regional. A estruturação do território sul-americano a partir da liderança brasileira evidencia a concepção do governo petista de que a organização do espaço geográfico era premissa para a multiplicação do poder do Estado. No mesmo sentido, a aproximação do governo brasileiro em direção aos países da América Central e Caribe transparece o esforço na busca de apoio para os seus objetivos externos juntamente aos Estados do seu entorno estratégico geográfico.

Após a análise do direcionamento externo em Lula da Silva, podemos afirmar que este governo buscou tornar o país como uma potência média, assim como reconhecer que o pensamento geopolítico sustentou as estratégias do governo brasileiro na busca deste objetivo. O governo Lula da Silva, portanto utilizou a geografia e a geopolítica como campos fundamentais para extrair do Estado brasileiro uma condição de poder aplicada no âmbito internacional.

Também é importante sublinhar que assim como nos governos militares, a política externa em Lula da Silva não foi coerente com as condições de

desenvolvimento interno do país, de modo que a proposta de elevar o Brasil a um grau de potência no cenário mundial omitia as graves condições sociais, econômica, políticas e até mesmo militares do Estado. O fracasso em alcançar um assento permanente no CSNU evidencia a amplitude da contradição entre a perspectiva de grandeza externa preterida pelo governo brasileiro e as incongruências estruturais internas.

Finalmente, foi possível concluir que uma revisão da hierarquia do poder internacional perpassava impreterivelmente por uma visão geopolítica de inserção do Estado brasileiro no ambiente global. Portanto, apresentar o Brasil como um país apto a modificar a estrutura internacional durante o Lula da Silva era uma orientação não somente política, mas geopolítica. O que foi possível extrair da postura exterior deste governo é que a organização do espaço geográfico, o Estado, o poder e a política externa podem ser explicadas conjuntamente pela análise geopolítica.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, Jun. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 Fev. 2017.
- AMORIM, Celso. Aula Magna do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre o tema “A Diplomacia do Governo Lula”. Brasília, 10 de Abr. de 2003. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, a30, N° 92, 1° Semestre, p.77-87.
- . Brazilian foreign policy under President Lula (2003-2010): an overview. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 53, p. 214-240, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Nov. 2017.
- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- ARRUDA, Antônio de. **ESG: história de sua Doutrina**. São Paulo: GRD; Brasília: INL, 1980.
- BACKHEUSER, Everardo. **Estrutura Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado, 1926.
- . **A geopolítica Geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
- BARBOSA, Nelson. e SOUZA, José, Antonio, Pereira de. **A Inflexão do Governo Lula: Política Econômica, Crescimento e Distribuição de Renda**. in: E. Sader e M. A. Garcia (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo, 2010. Disponível em: <http://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>. Acesso em 22 de Out. 2017
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- . A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 1, p. 117-150, Jul. 2012. ISSN 2237-3071. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2079/1846>>. Acesso em: 26 Mai. 2017.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo A. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BLACHE Paul Vidal de la. La Géographie politique, à propos des écrits de M. Frédéric Ratzel. **Annales de Géographie**, v. 7, n.32, 1898. p. 97-111. Disponível em

<www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1898_num_7_32_18100>. Acesso em 15 de Fev. de 2017.

BLACHE, Vidal de la; JOSEPH, Paul Marie; MARTONNE, Emmanuel. **Principes de Géographie Humaine**. Paris: Armand Colin, 1941.

BRANCO, Manoel, Thomaz, Castello. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

BRASIL. **Programa de Governo 2002 Lula Presidente: Um Brasil para Todos**, 2002. Disponível em <<https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.doc>>. Acesso em 29 de Mar. de 2017.

———. **Programa de Governo 2007/2010 Lula Presidente: Lula de Novo com a Força do Povo**. Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf>. Acesso em 24 de Ago. de 2017.

BRUN, Elodie. O Irã na América Latina. **Política Externa**. São Paulo, v.19, n.4, 2011. Disponível em <<http://politicaexterna.com.br/990/o-ira-na-america-latina/>>. Acesso em 06 de Fev. de 2018.

CALDAS, Anderson de Oliveira. A ZOPACAS e o Brasil: **o discurso e as práticas brasileiras na iniciativa de paz e cooperação do Atlântico Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização), Universidade de Brasília (UNB), 2013.

CARVALHO, Elysio de. **O Factor Geographico na Política Brasileira**. Rio de Janeiro, Monitor Mercantil, 1921.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CASTRO, Therezinha de. **Geopolítica: princípios, meios e fins**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CAVAGNARI, Geraldo Lesbat Filho. Brasil: Introdução ao Estudo de uma Potência Média. In: Oliveira, Eliezer Rizzo de (org.). **Militares: Pensamento e Ação Política**, Campinas: Papirus, 1987.

CÉLÉRIER, Pierre. **Géopolitique et Géostratégie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil. In: CERVO, Amado L. (org.). **O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias**. Brasília: EDUNB, 1994.

———. Política de comércio exterior e desenvolvimento: a experiência brasileira. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 5-26, Dez. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Out. 2017.

———. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, Dez. 2003, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Mar. 2017.

———. **Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

CHILD, Jack; KELLY, Philip. **Geopolitics of the Southern Cone and Antarctica**. Boulder: L Rienner, 1988.

CLINE, Ray Steiner. **World Power Assessment: a Calculus Strategic Drift**, Boulder. Colorado: Westview Press, 1977.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo Cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34, Abr. 2001, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Mai. 2017.

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; GONZALEZ, Manuel José Forero Infraestrutura E Integração Regional: A Experiência da IIRSA na América do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília, n. 18, p.23-40, Set./Dez. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/150310_boletim_internacional18_cap_2.pdf> acesso em 15 de abril de 2017.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: EdUSP, 2008.

———. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins** [Online], n.7, 2009. Disponível em <<http://confins.revues.org/6107>>. Acesso em 17 de mar. de 2017.

COUTO, Leandro Freitas. **Desenvolvimento, integração e assimetrias: caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do sul**. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2012.

DESIDERÁ NETO, Walter Antônio. **O lugar do Mercosul na estratégia de cooperação Sul-Sul do governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2014.

DOMINGUES, Reinaldo Alencar. **O perfil do Brasil como potência regional sul-americana no governo Lula (2003 – 2010)**. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2013.

DUTRA, Leonardo. A Escola Inglesa das Relações Internacionais e a Perspectiva Histórica do Espaço Internacional. **Relações Internacionais no Mundo Atual**. Curitiba, v. 1, n. 20, p.72-95, 2015. Disponível em <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/1085/816>>. Acesso em 13 de Abr. de 2017.

FARIAS, Rogério de Souza. Under the veil of ignorance: the approval of the results of the Uruguay Round of GATT in the Brazilian Parliament. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 16, n. 150, p. 23-33, out. 2015. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/M47e16021>>. Acesso em 05 nov. 2017.

FAORO, Raymundo. **Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro** (os). São Paulo: Globo, 1991.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FIRMEZA, George Torquato. A Dimensão multilateral da política externa Brasileira no final do governo Cardoso (2001-2002): conceitos e casos. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, 2004.

FREIRE, Ricardo Rodrigues; MELO, Maria da Glória Chaves de. (Org.). **Escola Superior de Guerra (1949-2014): 65 anos de História**. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

GOES, Fernanda Lira. **O banco é branco, o dinheiro é negro: geopolítica brasileira do financiamento do BNDES a Odebrecht em Angola**. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Departamento de Geografia, Brasília, 2016.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOTTMAN, Jean. **The Significance of Territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

GREGORIO, Marcelo et al. Brasil e Argentina: uma Análise do Comércio de Produtos da Linha Branca. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília, v.9, n.1, p.57-80, 2015. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/viewFile/11359/11309>>. Acesso em 02 de Fevereiro de 2018.

GUIMARÃES, Samuel, Pinheiro. **Quinhentos Anos de Periferia: Uma contribuição ao estudo da política internacional**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 1999.

———. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HAFFNER, Jacqueline; HOLAND, Carla A. R. Relações econômicas entre o Brasil e o Oriente Médio no governo Lula. **Ciências e Letras**. Porto Alegre, n. 51, p. 135-156, jan./jun. 2012. Disponível em <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>>. Acesso em 06 de Fev. de 2018

HAUSHOFER, Karl. **Geopolitik des Pazifischen Ozeans**. Heidelberg-Berlin: Kurt Vowinkel Verlag, 1938. Disponível em <<https://archive.org/details/GeopolitikDesPazifischenOzeanBeiKarlHaushofer>>. Acesso em 11 de Agosto de 2017.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de História do Pensamento Científico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

LACOSTE, Yves. **La géographie ça Sert, d'abord, à Faire la Guerre**. Paris: Petite collection Maspéro, 2014.

LAFER, Celso. Brasil e a crise mundial: **paz, poder e política externa**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1984.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em Três Momentos de Política Externa**: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. **Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do nacional-desenvolvimentismo**: estratégias de diversificação de parcerias, 1974-1979. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 1994.

———. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. p. 29-41, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Jun. 2017.

———. Helio Jaguaribe: a geração do nacional-desenvolvimentismo. In: José Vicente de Sá Pimentel. (Org.). **Pensamento Diplomático Brasileiro**: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

LESSA, Marcos André. Governo Lula e Rodada Doha: A Aposta Valeu a Pena? **Revista Neiba**. v. 5, n. 1, 2016. Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/27449>>. Acesso em 11 de Out. de 2017.

LIMA, Maria Regina Soares de. A Política Externa Brasileira e os Desafios da Cooperação Sul-Sul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, Jun. 2005 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Fev. 2017.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Interest of America in Sea Power, Present and Future**. Londres, Sampson Low, Marston & Company, 1897. Disponível em <<http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/gutbook/lookup?num=15749>>. Acesso em 05 de Mai. de 2017.

MAKINDER, Halford. **The Geographic Pivot of History**. Londres, v.4, n.23, p.421-444, Abr. 1904. Disponível em <https://archive.org/stream/1904HEARTLANDTHEORYHALFORDMACKINDER/1904%20HEARTLAND%20THEORY%20HALFORD%20MACKINDER_djvu.txt>. Acesso em 14 de Jun. de 2017.

MARTINS, Marcos Antonio Fávaro. **Mario Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul**. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

———. **Geopolítica e Modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

MELLO, Leonel Itassu Almeida. **Argentina e Brasil: A balança de Poder no Cone Sul**. São Paulo: Annablume, 1996.

———. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec, 1999

MENDONÇA JUNIOR, Wilson; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 58, n. 1, p. 5-22, Jun. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292015000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Mar. 2017.

MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado; MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política Externa Do Governo Geisel (1974-1979). **Século XXI**. Porto Alegre, v.2, n.2, p.11-29, 2011. Disponível em <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/25>>. Acesso em 20 de Abril de 2017.

MIYAMOTO, Shigenoli. **O Pensamento Geopolítico Brasileiro (1920-1980)**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1981a.

MIYAMOTO, Shigenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. Campinas, SP, Papirus, 1995.

———. **Os Estudos Geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação**. Perspectivas: São Paulo, 1981b.

MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). **Ratzel: geografia**. São Paulo: Ática, 1990.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 31, n. 4, p. 507-527, Dec. 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000400001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Out. 2017.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURÃO, Rafael Pacheco; VERIANO, Carlos Evangelista. O pensamento de Celso Furtado e a construção de um projeto nacional. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 86-109, abr. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p86/3561>>. Acesso em 09 Jun. 2017.

NAZÁRIO, Olga. **Pragmatism In Brazilian Foreign Policy: The Geisel Years, 1974-1979**. Dissertação (Mestrado), University of Miami, 1983.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, 2010 v.36 n.04, 881-901. Disponível <<https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/how-to-compare-regional-powers-analytical-concepts-and-research-topics/C6E0ED7567A80E30144EF4BB62B826B8>>. Acesso em 14 de Julho de 2017.

NUNES, Tiago Estivallet. Política externa brasileira para América Central e Caribe (1995-2010): **a ampliação das esferas de influência de uma potência média emergente**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Ciências Políticas, Porto Alegre, 2012.

NYE, Joseph S. Soft Power. **Foreign Policy**, n. 80, 1990, pp. 153–171. Disponível em <www.jstor.org/stable/1148580>. Acesso em 10 de Agosto de 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **A Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 53, n. 2, p. 88-105, 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Mar. 2017.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. **História**, Franca , v. 29, n. 2, p. 135-157, Dez. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742010000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 May 2017.

PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Cadernos do Desenvolvimento, v. 6, n. 9, p. 121-141, julho-dezembro 2011. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011216170.CD9_artigo_5.pdf>. Acesso em 11 de Abr. de 2017.

PICKUP, Megan. Foreign policy of the New Left: explaining Brazil's Southern partnerships. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 55-93, June 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292016000100055&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 Nov. 2017.

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira: (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; FARIAS, Rogério De Souza, Participation and Influence: Democratization and the Shaping of a Public Policy in Brazil. **Latin American Policy**, p. 106–125, 2016. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/lamp.12092/abstract>>. Acesso em 14 de Set. de 2016.

RATZEL, Friedrich. **Politische Geographie**. Munique e Leipzig: R. Oldenburg, 1897. Disponível em <<https://archive.org/stream/politischegeogra00ratzuoft#page/n5/mode/2up>>. Acesso em 10 de Mar. de 2017.

RODRIGUES, Lysias. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

RONDON, Frederico. **Pelo Brasil Central**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo, SP: Hucitec, 1986.

———. Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2006.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 42-59, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de Out. 2017.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. João Augusto De Araújo Castro: diplomata. in: PIMENTEL, José Vicente de Sá. **Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)**. Brasília: FUNAG, v.3, 2013.

SILVA, Antouan Matheus Monteiro Pereira da. **O BRIC na política externa do governo Lula (2003-2010): do conceito à coalizão**. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2013.

SILVA, Alexandra de Mello. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Estudos Históricos**, vol.8 n.15, p.95-118, 1995.

SILVA, Golbery. do Couto. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981a.

———. **Planejamento Estratégico**. Brasília: Editora UnB, 1981b.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial. Davos, 26 de Jan. de 2003. Resenha de Política Exterior do Brasil, a.30, n.92, 1º Semestre, p.41-44.

———. Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no Congresso Nacional. Brasília, 1 de Jan. de 2003. Resenha de Política Exterior do Brasil, a.30, n.92, 1º Semestre, p.13-20.

———. Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe. 2 de Nov. de 2003. Resenha de Política Exterior do Brasil, a.30, n.93, 2º Semestre, p.185-188.

———. Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente de Moçambique. 5 de Nov. de 2003. Resenha de Política Exterior do Brasil, a.30, n.93, 2º Semestre, p.191-193.

———. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Fórum Econômico Mundial. Davos, 28 de Jan. de 2005. Resenha de Política Exterior do Brasil, a. 32, n. 96, 1º semestre, p.47-50.

———. Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião do Conselho do Mercosul. Assunção, 20 de Jun. de 2005. Resenha de Política Exterior do Brasil, a. 32, n. 96, 1º semestre, p.182-183.

———. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no jantar oferecido pelo Presidente da República de Camerun. Yaoundé, 10 de Abr. de 2005. Resenha de Política Exterior do Brasil, a. 32, n. 96, 1º semestre, p.95-96.

———. Discurso do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos durante a I Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Brasília, 13 de Set. de 2006. Resenha de Política Exterior do Brasil, a.33, n.99, 1º Semestre, p.125-127.

_____. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sessão solene no Congresso da Argentina. Buenos Aires, 22 de Fev. de 2008. Resenha de Política Exterior do Brasil, a.35, n.102, 1º semestre, p.31-35.

SPEKTOR, Matias. **Ruptura e legado**: O colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a Argentina 1967-1979. Dissertação (Mestrado), Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2002.

_____. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Rev. bras. polít. int.** Brasília, v. 47, n. 2, p. 191-222, Dez. 2004 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Mai. 2017.

SPYKMAN, Nicholas J. Geography and Foreign Policy I. **American Political Science Review**, n. 1, Fev. 1938, p. 28-50. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/geography-and-foreign-policy-i/7E5E89E490235633DA6110942F01F0B8>>. Acesso em 15 de Set. de 2017.

_____. Geographic Objectives of Foreign Policy I. **American Political Science Review**. n. 3, Jun. 1939, p. 391-340. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/geographic-objectives-in-foreign-policy-i/BF9EEEE56BE761C2156BD7B962A7A21>>. Acesso em 15 de Set. de 2017.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do brasil**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1935.

TORRES, Alberto. **Organização Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1914.

TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon (1998). **Rethinking Geopolitics**. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1998.

VALLAUX, Camille. **La Mer**. Paris: Octave Doin, 1908.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**. v.4, n.5, 2003.. Disponível em<<http://terrabrasilis.revues.org/359>> Acesso em 27 de Abr. de 2017.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007 .Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 Fev. 2017.

_____. **Política Externa Brasileira**: a busca da autonomia, de Sarney a Lula. São Paulo: UNESP, 2011.

VIGEVANI, Tullo et al . O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Out. 2017.

VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. **Rev. bras. polít. int.** Brasília, v. 54, n. 2, p. 70-96, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292011000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Mar. 2017.

VESENTINI, José William. Imperialismo e geopolítica global: **espaço e dominação na escala planetária**. Campinas: Papyrus, 1987.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. **Política externa do regime militar brasileiro**: Multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

_____. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2^aed. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004.

_____. **Relações internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

WOOD, Bernard. **Middle Powers in the International System**: A Preliminary Assessment of Potential, Helsinki, 1987.

Anexos

Anexo 1-Estatais Fundadas Durante o Governo Ernesto Geisel (1974-1979)

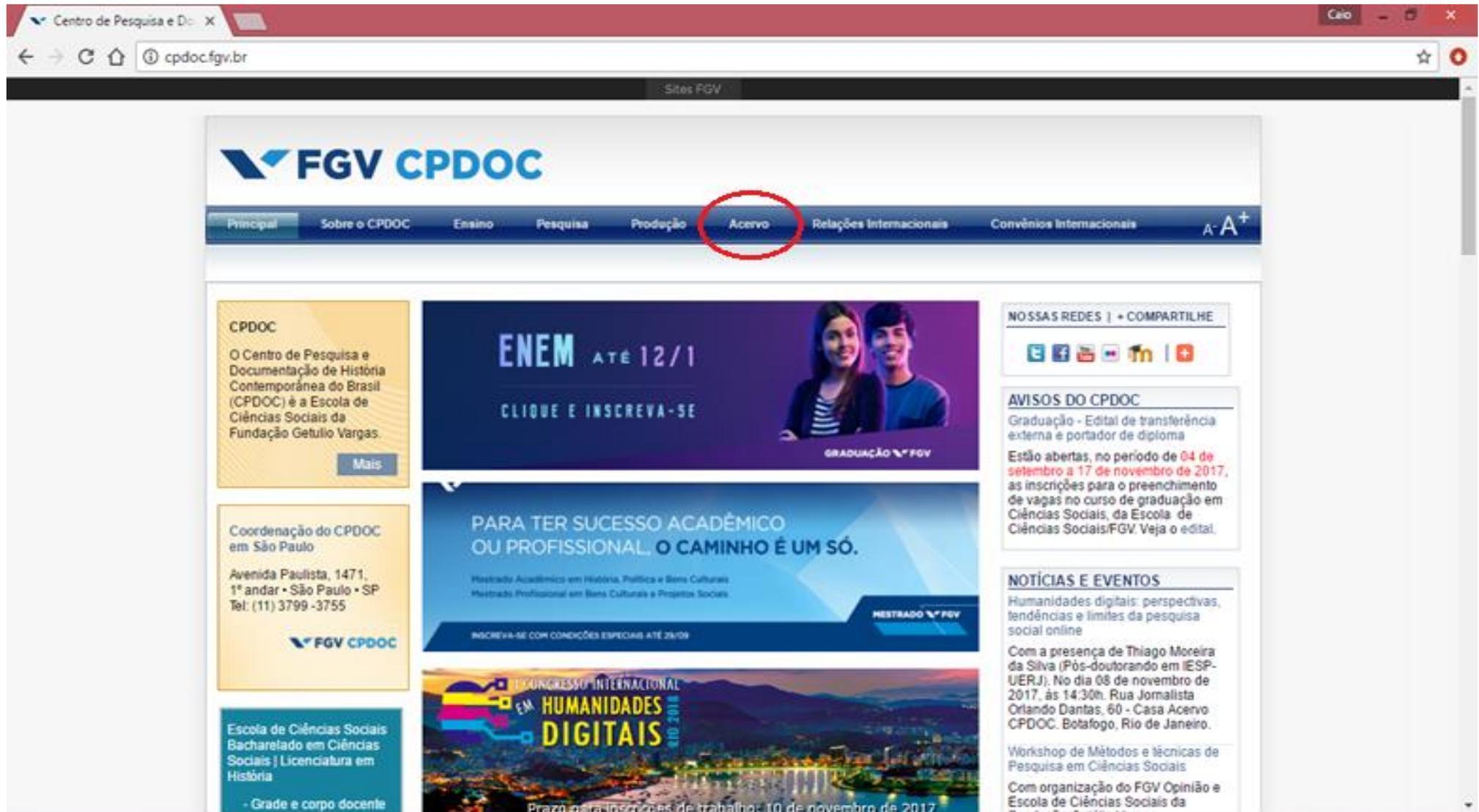
Nome da Empresa	Sigla da Empresa	Criação	Constituição
COBRA TECNOLOGIA S.A.	BB TECNOLOGIA E SERVICOS	18/07/1974	18/07/1974
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF	CODEVASF	16/07/1974	22/10/1974
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV	DATAPREV	04/11/1974	10/03/1975
COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	CODEBA	10/07/1975	17/02/1977
ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR	ELETRONUCLEAR	18/12/1975	18/12/1975
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL	IMBEL	14/07/1975	21/01/1976
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP	NUCLEP	16/12/1975	16/12/1975
BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL	BRASOIL	28/01/1977	03/02/1977

Anexo 2-Estatais Fundadas Durante o Governo Lula da Silva (2003-2010)

Nome da Empresa	Sigla da Empresa	Criação	Constituição
BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS	BB CONSÓRCIOS	12/12/2003	12/12/2003
PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - SUCURSAL COLOMBIA - PIB COL	PIB COL	01/01/2003	01/01/2003
EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS	HEMOBRÁS	02/12/2004	28/03/2005
EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE	EPE	16/08/2004	16/08/2004
LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS	LIQUIGÁS	21/12/2004	21/12/2004
PETROBRAS MIDDLE EAST B.V. - PEMID	PEMID	01/07/2004	01/07/2004
UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	UIRAPURU	27/10/2004	11/11/2004
BREITENER JARAQUI S.A.	BREITENER JARAQUI	10/05/2005	10/05/2005
BREITENER TAMBAQUI S.A.	BREITENER TAMBAQUI	10/05/2005	10/05/2005
PETROBRAS MÉXICO, S. DE R.L. DE C.V. - PM	PM	31/03/2005	31/03/2005
COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE	CITEPE	14/07/2006	14/07/2006
COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASU APE	PETROQUÍMICASU APE	11/04/2006	11/04/2006
PETROBRAS SINGAPORE PRIVATE LIMITED - PSPL	PSPL	06/04/2006	06/04/2006
TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA	TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA	26/06/2006	26/06/2006
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	EBC	24/10/2007	24/10/2007
CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR	CAIXAPAR	28/10/2008	31/03/2009
CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S.A. - CEITEC	CEITEC	07/11/2008	15/04/2009
PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO	PBIO	03/03/2008	16/06/2008
BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS	BB SEGUROS	02/09/2009	02/09/2009
BNDDES PLC	BNDDES PLC	18/02/2009	02/02/2009
TRANSENERGIA GOIÁS S.A.	TGO	08/07/2009	08/07/2009
ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.	ARAUCÁRIA	13/09/2010	13/09/2010
ATIVOS S.A GESTÃO DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	ATIVOS GESTÃO	12/11/2010	20/01/2011
EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2	MANGUE SECO 2	12/02/2010	12/02/2010

Anexo 3-Passo a Passo para o Acesso ao CPDOC

1º Passo: Entrar no site <www.cpdoc.fgv.br> e clicar em “Acervo”.



The image shows a screenshot of a web browser displaying the CPDOC website. The browser's address bar shows the URL "cpdoc.fgv.br". The website's header features the logo "FGV CPDOC" and a navigation menu with the following items: "Principal", "Sobre o CPDOC", "Ensino", "Pesquisa", "Produção", "Acervo", "Relações Internacionais", and "Convênios Internacionais". The "Acervo" menu item is circled in red. Below the navigation menu, the page content is divided into several sections. On the left, there is a sidebar with information about CPDOC, the São Paulo coordination office, and the School of Social Sciences. The main content area features three large promotional banners: one for "ENEM ATÉ 12/1" with a "CLIQUE E INSCREVA-SE" call to action, one for "PARA TER SUCESSO ACADÊMICO OU PROFISSIONAL, O CAMINHO É UM SÓ." with a "INSCREVA-SE COM CONDIÇÕES ESPECIAIS ATÉ 28/09" call to action, and one for "CONGRESSO INTERNACIONAL EM HUMANIDADES DIGITAIS" with a "Prazo para inscrições de trabalho: 10 de novembro de 2017" call to action. On the right side, there are sections for "NOSSAS REDES | COMPARTILHE" with social media icons, "AVISOS DO CPDOC" with a notice about external transfer students, and "NOTÍCIAS E EVENTOS" with a notice about a digital humanities workshop.

2º Passo: Clicar em “Consulta à Base”

The image shows a web browser window displaying the FGV CPDOC website. The browser's address bar shows the URL cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospeessoais/consulta. The website's header includes the FGV CPDOC logo and a navigation menu with the following items: Principal, Sobre o CPDOC, Ensino, Pesquisa, Produção, **Acervo**, Relações Internacionais, and Convênios Internacionais. Below the main navigation, there is a secondary menu with links for Accessus | Arquivos Pessoais, História Oral | Entrevistas, Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, and Busca no acervo. The main content area features a blue banner with the text "Accessus - Documentos de Arquivos Pessoais". On the left side, there is a vertical list of links: "O que são Arquivos Pessoais", "Programa de Arquivos Pessoais", "Guia dos Arquivos", "Consulta à base" (circled in red), and "Informações aos usuários". On the right side, there are several featured items, including "Eurico Dutra e Café Filho abertos à consulta digital", "Arquivo do Betinho é Memória do Mundo 2012", and "Arquivo Getúlio Vargas é Memória do Mundo 2007". At the bottom right, there is a link for "Projeto Difusão e Preservação de Documentos".

3º Passo: Clicar em “Aqui”

The screenshot shows a web browser window with the URL cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base. The page header includes the FGV CPDOC logo and a navigation menu with items like 'Principal', 'Sobre o CPDOC', 'Ensino', 'Pesquisa', 'Produção', 'Arquivos', 'Relações Internacionais', and 'Convênios Internacionais'. Below the header, there is a sub-menu with 'Arquivos Pessoais', 'História Oral | Entrevistas', 'Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro', and 'Busca no acervo'. The main content area is titled 'Accessus - Documentos de Arquivos Pessoais' and features a section for 'CONSULTA À BASE DE DADOS ACCESSUS'. In this section, the text 'Clique **AQUI** para consultar.' has the word 'AQUI' highlighted with a red circle. To the right of the main text, there are social media icons and a list of digital collections, including 'Eurico Dutra e Café Filho abertos à consulta digital', 'Arquivo do Betinho é Memória do Mundo 2012', and 'Arquivo Getúlio Vargas é Memória do Mundo 2007'. A sidebar on the left contains links for 'O que são Arquivos Pessoais', 'Programa de Arquivos Pessoais', 'Guia dos Arquivos', 'Consulta à base', and 'Informações aos usuários'.

4º Passo: Página de Buscas

Busca Simples | CPDOC - x

Caio

www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo

FGV CPDOC

Busca Simples Busca Avançada Login Cadastro

Busca Simples

[f](#) [g+](#) [t](#) [Ajuda](#)

Busca

Acervos

Tipo

Número de itens por página

Consulta ao acervo do CPDOC

 Documentos de Arquivos Pessoais, entrevistas de História Oral e verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: aqui você tem a possibilidade de realizar uma busca integrada ao acervo do CPDOC. O acesso é livre e gratuito.

Aproveite!

[Termos de Uso](#) [Compartilhe](#)

CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ - 22253-900 • Tels. (21) 3799.5676 / 3799.5677

Anexo 4-Declaração Conjunta Brasil e Angola



DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE O ESTABELECIMENTO DE PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE ANGOLA

A República Federativa do Brasil

e

A República de Angola,

Considerando o patrimônio único de mais de 500 anos de história, cultura e laços de sangue em comum e o forte e sustentado desenvolvimento das relações entre a República Federativa do Brasil (doravante denominada “Brasil”) e a República de Angola (doravante denominada “Angola”);

Conscientes de que para enfrentar os desafios e explorar as oportunidades do novo cenário internacional impõem-se ampliar e diversificar as áreas de cooperação para novos domínios ancoradas em princípios e mecanismos institucionais que reflitam as novas situações de Brasil e Angola no contexto internacional;

Considerando que Brasil e Angola estão firmemente comprometidos com a promoção dos direitos e liberdades democráticas; e que são grandes países com sociedades pluralistas, multiétnicas e culturalmente diversificadas;

Considerando que Brasil e Angola defendem uma ordem internacional mais justa, democrática e transparente, apoiada por um sistema multilateral fortalecido, para a consolidação de um mundo multipolar, diversificado culturalmente e regido pela tolerância e prevalência da Lei;

Considerando a prioridade que atribuem à cooperação Sul-Sul no contexto da cooperação internacional e o compromisso de ambos os países com os processos de integração regional de que participam;

Decidem adotar a Parceria Estratégica Angola-Brasil orientada nos seguintes termos:

1. A Parceria Estratégica conforma-se aos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas e nas normas do direito internacional, em particular no respeito aos princípios de igualdade, benefício mútuo, soberania e integridade territorial, solução pacífica de controvérsias e não-intromissão nos assuntos internos de cada país.
2. A Parceria Estratégica estimulará a concertação nos assuntos bilaterais e internacionais, a diversificação das áreas e dos meios de cooperação, o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental, a troca de conhecimentos científicos e tecnológicos
3. A Parceria Estratégica privilegiará a formação e a capacitação de quadros, a transferência de conhecimento e tecnologia, a criação de parcerias entre entidades do setor público e privado, bem como a realização de investimentos recíprocos e complementares visando ao crescimento das respectivas economias e o maior desenvolvimento dos povos angolano e brasileiro.
4. A Parceria Estratégica promoverá iniciativas, programas e projetos específicos, de interesse comum, nos mais variados domínios, entre os quais político, diplomático, judicial, de segurança pública e defesa, económico, financeiro, comercial, energético, científico, ambiental, cultural e desportivo, tendo em consideração as seguintes diretrizes.

A. Cooperação política, diplomática, de segurança pública e defesa

5. Promover o diálogo e o entendimento mediante a intensificação das relações diplomáticas e consulares, de reuniões e troca de visitas de altas autoridades dos dois países, inclusive de reuniões da Comissão Mista, do Mecanismo de Consultas Políticas e de encontros setoriais ou temáticos.
6. Manter consultas regulares sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais, tais que a reforma das Nações Unidas, em especial do Conselho de Segurança, as negociações sobre mudança do clima, as negociações comerciais multilaterais, iniciativas no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), cooperação para a solução de conflitos na África e em outras regiões, inclusive construção da paz em situações de pós-conflito.
7. Promover contatos mais estreitos entre representantes de todos os órgãos do Executivo, do Legislativo, do Poder Judiciário, de associações profissionais e da sociedade civil de ambos os países.

8. Trabalhar pela reforma do sistema financeiro mundial com o objetivo de torná-lo mais inclusivo, responsável e transparente e assegurar maior participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios, bem como estimular a cooperação inter-regional com vista a explorar oportunidades de cooperação entre a SADC e o MERCOSUL.

9. Trabalhar para a consecução de um sistema de comércio multilateral mais equilibrado e justo, com a eliminação das distorções do comércio agrícola e sua maior liberalização em benefício dos países em desenvolvimento.

10. Consultar e coordenar, quando apropriado, ações em apoio à proteção e à promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos dois países, bem como nos contextos regional e multilateral.

11. Estimular a cooperação entre os ministérios de defesa de ambos os países em temas de seu interesse, bem como entre os órgãos de segurança pública.

B. Cooperação Econômica, Financeira, Comercial e de Desenvolvimento

12. Promover a cooperação institucional visando aos seguintes objetivos:

i) Formulação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas, bem como na formação e aperfeiçoamento de quadros para o seu exercício.

ii) Desenvolver um Plano de Trabalho de cooperação industrial entre Angola e Brasil visando à integração produtiva das duas economias e sua melhor inserção competitiva internacional.

13. Incentivar a participação da iniciativa privada no desenvolvimento do comércio recíproco e promover a cooperação empresarial por meio do incentivo à formação de parcerias, em particular de pequenas e médias empresas nos domínios do agronegócio, petróleo, petroquímica, minas e energia, cultura, turismo, infraestrutura, bens e componentes industriais, produtos e serviços da indústria de defesa, entre outros.

14. Promover a cooperação de entidades públicas e privadas no domínio das infraestruturas e dos transportes, em particular aéreos e marítimos, a fim de aumentar e melhorar os serviços entre os dois países.

15. Cooperar para o desenvolvimento das áreas da agricultura, florestas e pescas, telecomunicações e tecnologias de informação, petróleo, energia e águas, mineração e obras públicas.

16. Melhorar a utilização dos mecanismos de financiamento aos programas/projetos e das exportações para crescimento do comércio bilateral e das economias de ambos países.

17. Ampliar os esforços conjuntos em favor da segurança alimentar em ambos os países e no âmbito de suas regiões respectivas.

18. Incentivar a criação de Conselhos Empresariais Brasil-Angola com vista ao aumento do comércio bilateral e dos investimentos recíprocos.

C. Cooperação técnica, científica e tecnológica, sociocultural e educacional

19. Incrementar e estabelecer a cooperação técnica, científica e tecnológica para fortalecer o desenvolvimento de recursos humanos qualificados e promover pesquisas conjuntas na esfera bilateral, entre outros, nos seguintes domínios:

- Ciência da alimentação, segurança alimentar e produção agrícola
- energia com ênfase em bioenergia
- indústrias naval e petroleira
- mineração
- biodiversidade e biotecnologia
- saúde
- educação e formação
- ensino superior e de pós-graduação
- defesa e segurança pública
- cultura
- comunicação social
- desportos

20. Estimular o intercâmbio entre instituições de ensino, universidades, empresas e instituições homólogas, bem como promover a cooperação educacional mediante o intercâmbio de informação e professores e de experiências, assim como o treinamento de professores, especialistas e pesquisadores.

21. Promover cooperação no domínio do meio ambiente, baseada no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e do Protocolo de Quioto.

22. Fomentar o intercâmbio de experiências e o trabalho conjunto para alcançar as metas de desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, bem como outras metas e objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente na luta contra o analfabetismo, a exclusão social, a pobreza, a fome e as doenças.

23. Promover a cooperação cultural, em particular nas áreas de preservação do patrimônio histórico-cultural e da memória documental, procurando ressaltar o respeito cultural mútuo através da promoção e divulgação cultural, intensificação do turismo e intercâmbio em artes e mídia de ambos os países.

24. Promover o desenvolvimento humano e a reinserção social e econômica por meio de intercâmbios na área dos desportos, grupos de jovens, estudantes e sociedade civil.

D. Cooperação Triangular

25. Promover a cooperação triangular entre Angola, Brasil e terceiros países nas áreas e modalidades a serem acordadas mutuamente.

26. Trabalhar estreitamente para o estabelecimento de cooperação regional e inter-regional, entre outras, nas seguintes áreas:

- Proteção Civil
- Prevenção e administração de desastres naturais
- Ajuda emergencial e mecanismos de reconstrução pós-desastre.
- Segurança alimentar
- Fortalecimento institucional
- Formação de quadros
- Saúde
- Energia e águas
- Comunicações e tecnologias da informação
- Promoção da língua portuguesa

E. Implementação

27. Estabelecer uma Comissão Bilateral de Alto Nível para coordenar, acompanhar, avaliar, orientar e assegurar a implementação da presente Parceria Estratégica. Esta Comissão reunir-se-á pelo menos uma vez por ano em ambos os países, alternadamente.

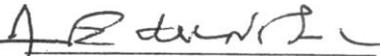
Feito em Brasília, em 23 de junho de 2010.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL



Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

PELA REPÚBLICA
DE ANGOLA



José Eduardo dos Santos
Presidente da República de Angola

Anexo 5-Declaração Conjunta Brasil e Nigéria



DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA FEDERAL DA NIGÉRIA

Atendendo a convite de Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio F. Azeredo da Silveira, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Joseph W. Garba, Ministro das Relações Exteriores da República Federal da Nigéria, realiza visita oficial de seis dias ao Brasil, de 22 a 27 de maio de 1977.

2. Durante sua permanência em Brasília, o Ministro das Relações Exteriores da Nigéria foi recebido em audiência por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel, a quem apresentou as saudações de Sua Excelência o Tenente-General Olusegun Obasanjo, Chefe do Governo Militar Federal, Comandante-em -Chefe das Forças Armadas da Nigéria.

3. Durante a visita, o Ministro das Relações Exteriores da Nigéria manteve conversações com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil sobre uma gama variada de temas internacionais e assuntos de cooperação bilateral. As conversações transcorreram em atmosfera cordial, amigável e franca, de compreensão mútua e completo entendimento. Ambos os Ministros verificaram, com satisfação, que há pontos significativos de concordância na apreciação dos vários assuntos discutidos.

4. No campo das relações internacionais, os Ministros reiteraram a fidelidade e a adesão de seus respectivos governos aos princípios e preceitos da Carta das Nações Unidas. Ambos reconheceram a existência de certas imperfeições nas estruturas institucionais das Nações Unidas, que requerem reformas e reajustes, a fim de que o sistema da Organização possa cumprir, integralmente, o seu papel de instrumento para a manutenção e proteção da paz e segurança mundiais. Os Ministros reiteraram a adesão de seus governos aos princípios da independência soberana, igualdade e integridade territorial dos Estados, da auto-determinação de todos os povos e da não interferência mútua nos assuntos internos

dos Estados. Também concordaram que nem o uso da força ou sua ameaça, nem conquistas ou vantagens obtidas temporariamente podem conferir direitos e privilégios.

5. Os Ministros trocaram opiniões sobre as políticas de seus respectivos governos, para promover a cooperação internacional com outros Estados, independentemente de seus sistemas políticos. Verificaram, com preocupação, a crescente tendência adversa dos termos de troca no comércio mundial, em detrimento dos países em desenvolvimento, bem como os seus efeitos na realização das aspirações de desenvolvimento desses países. Ressaltaram o apoio de seus respectivos governos à criação de um programa integrado de produtos de base, em particular, e de um fundo comum para a estabilização dos preços desses produtos. Assinalaram, igualmente, a necessidade de serem estabelecidos os entendimentos necessários, para assegurar aos países em desenvolvimento o livre acesso à tecnologia para o desenvolvimento, a preços justos e equitativos, a fim de reestruturar a economia mundial e fornecer os instrumentos para erradicar o subdesenvolvimento.

6. Reiteraram ser indispensável, para assegurar a paz internacional e o desenvolvimento harmônico de todas as nações, proteger o direito soberano de todos os Estados de disporem livremente de seus recursos naturais, inclusive os que se encontram nas suas zonas marítimas nacionais.

7. Os Ministros trocaram opiniões sobre as negociações que se desenvolvem na Conferência para a Cooperação Econômica Internacional, em Paris, e manifestaram a esperança de que esforços políticos serão despendidos, para alcançar as metas e objetivos de uma nova ordem econômica internacional.

8. Com respeito ao desarmamento, os Ministros concordaram em que os resultados, até hoje obtidos, do processo de negociações para o desarmamento têm sido decepcionantes, particularmente no campo do desarmamento nuclear. Observaram, com preocupação, que os Estados dotados de armas nucleares, principais responsáveis pela promoção da causa do desarmamento, não prosseguiram negociações para aquele fim, com a devida urgência; por outro lado, novos modelos de armas sofisticadas, de destruição em massa, continuam a ser aperfeiçoados e desenvolvidos. Ressaltaram a importância de que os enormes recursos atualmente empregados em armamentos sejam reciclados para outras áreas, que acelerem o progresso econômico e social de todas as nações, em particular dos países em desenvolvimento. Com este objetivo, concordaram que o acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos deveria ser franqueado aos países que desejam utilizá-la na promoção do seu desenvolvimento, com salvaguardas apropriadas e aceitáveis e sem discriminação.

9. Os Ministros examinaram o processo de descolonização, sobretudo na África, e observaram, com satisfação, os recentes progressos alcançados. A esse respeito, expressaram sua convicção de que é necessário fazer prevalecer o direito à autodeterminação, soberania e dignidade humana dos povos da África Meridional, em cumprimento às resoluções pertinentes das Nações Unidas, inclusive aquelas que se referem às decisões da Organização da Unidade Africana. Denunciaram todas as formas de discriminação racial, especialmente a política de "apartheid", que foi condenada pelas Nações Unidas como um crime contra a humanidade. Os Ministros consideraram desejável que todos os Estados ofereçam sua assistência e cooperação para a solução pacífica da situação na África Meridional. Manifestaram seu apoio e solidariedade aos povos da África Meridional em sua luta legítima pela liberdade, independência e dignidade humana.

10. Os Ministros examinaram os principais aspectos da cooperação e relações bilaterais, especialmente nos campos do comércio, cooperação técnica e prestação de serviços de consultoria nas áreas de telecomunicações e de programas de construção. Concordaram em intensificar esforços, a fim de desenvolver e diversificar aquelas atividades, inclusive estendendo-as ao campo da agricultura e aproveitamento econômico dos recursos oceânicos.

11. Concordaram em acelerar as negociações para a conclusão de um Acordo Básico sobre Cooperação Técnica, Científica e Econômica, para regular o desenvolvimento sistemático da cooperação técnica, científica e econômica, inclusive a transferência de tecnologia.

12. Com respeito à cooperação cultural, o Ministro Joseph N. Garba expressou ao Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira a particular satisfação do Governo nigeriano pela significativa participação do Brasil, que apresentou um pavilhão especial, para demonstrar a influência da Cultura Negra e Africana no país, no recente Segundo Festival Mundial de Cultura e Artes Negras e Africanas, realizado em Lagos. Concordaram também ser necessário ampliar o escopo do Acordo Cultural, em vigor entre os dois países, de modo a facilitar, sobretudo, o ingresso de estudantes nigerianos em Universidades brasileiras e noutras instituições de alto nível.

13. Após reverem as relações bilaterais e multilaterais, tanto políticas quanto econômicas, os Ministros assinalaram, com satisfação, as perspectivas existentes para a intensificação dessas relações, e expressaram a sua firme determinação de desenvolver contatos em todos os campos, em benefício dos dois países. Decidiram, nesse sentido, submeter à consideração de seus governos respectivos a possibilidade de estabelecer uma

Reunião Consultiva Ministerial Brasileiro-Nigeriana, cujo objetivo seria rever, periodicamente, os problemas de interesse e preocupação comuns; tais reuniões contariam com a presença dos Ministros das Relações Exteriores e outros Ministros de ambos os países; de acordo com os temas a serem discutidos, as reuniões poderiam ser realizadas no Brasil ou na Nigéria, após consultas entre as partes.

14. O Ministro das Relações Exteriores da Nigéria expressou sua satisfação pela oportunidade que lhe foi oferecida de visita à cidade de São Paulo, durante a qual será recebido pelo Governador do Estado de São Paulo, Sua Excelência o Senhor Paulo Egydio Martins, e de encontrar-se com preeminentes personalidades da indústria e do comércio, com as quais espera discutir as tendências econômicas e o desenvolvimento da Nigéria e indicar as perspectivas e oportunidades que empresários brasileiros, ligados ao comércio e à indústria, podem considerar. Espera assegurar a esses representantes do comércio e da indústria que a participação estrangeira na economia da Nigéria, com base em investimentos a longo prazo, é bem-vinda. Durante sua estada em São Paulo, o Ministro das Relações Exteriores nigeriano também pretende visitar a "EMBRAER", algumas indústrias cujos produtos são exportados para a Nigéria, a Faculdade de Arquitetura e Planejamento Urbano e o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

15. Sua Excelência o Ministro Joseph N. Garba manifestou o seu reconhecimento ao Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira pela fraternal acolhida dispensada a ele e a sua delegação, bem como pela hospitalidade durante as visitas a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. O Ministro das Relações Exteriores da Nigéria formulou o convite para que o Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira visite a República Federal da Nigéria, em data a ser proximoamente fixada. O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil aceitou o convite com particular satisfação.

16. Acompanham Sua Excelência o Ministro Joseph N. Garba o Embaixador Peter Afolabi, Diretor do Departamento de Cooperação Econômica Internacional do Ministério das Relações Exteriores; o Senhor Alhaji Sulaiman A. Yero, Diretor do Departamento de Assuntos da América e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores; O Senhor Brownson Dede, Chefe do Gabinete do Ministro; o Senhor F. J. Okono, Secretário Assistente

do Ministério das Indústrias; O Senhor G. A. Falode, Engenheiro - Chefe Assis-
tente do Ministério das Comunicações; e Senhor J. Aludo-Olokum, Primer-
Assistente Secretário do Ministério do Desenvolvimento Econômico, e o Se-
nhor O. Fayose, Primeiro-Assistente Secretário do Ministério do Comér-
cio.

Feito em Brasília, em 24 de maio de 1977.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL:

Antonio F. Azeredo da Silveira

PELA REPÚBLICA FEDERAL DA
NIGÉRIA:

Joseph N. Garba

Anexo 6-Declaração Conjunta Brasil e Turquia

PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA TURQUIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Turquia,

Considerando os antigos laços de amizade e as relações diplomáticas entre o Brasil e a Turquia;

Reafirmando a importância de seu compromisso com os princípios democráticos, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, o Estado de Direito, a economia de mercado, a justiça social, assim como a responsabilidade ambiental;

Reiterando sua disposição de atuar de forma coordenada com vistas ao reforço do multilateralismo, à preservação da paz e da segurança internacional, ao desarmamento e à não-proliferação, ao diálogo intercultural e ao desenvolvimento sustentável;

Enfatizando o interesse mútuo em estabelecer estreita parceria nas áreas de comércio e investimento, energia, defesa, ciência, inovação e alta tecnologia, bem como intercâmbio cultural e educação, em benefício das sociedades brasileira e turca;

Considerando a determinação mútua de ampliar o âmbito e de diversificar o conteúdo das relações bilaterais em todos os campos,

Decidiram estabelecer uma parceria estratégica entre o Brasil e a Turquia adotando o seguinte plano de ação:

I – Diálogo político e cooperação em foros multilaterais

O Brasil e a Turquia conjugarão esforços com vistas a aprofundar o diálogo político sobre temas da agenda bilateral e regional, bem como sobre temas globais de interesse mútuo. Os dois países se consultarão regularmente sobre a conjuntura em suas respectivas regiões e coordenarão esforços para assegurar a paz e a segurança, contribuindo para a resolução pacífica de conflitos em curso. Compartilham da opinião de que deveria ser dada prioridade ao diálogo e à solução diplomática na resolução de crises internacionais.

Em vista do interesse em alcançar as metas e objetivos do desarmamento universal e não-proliferação de armas de destruição em massa, nomeadamente as armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento, o Brasil e a Turquia concordaram em manter consultas e trabalhar em conjunto nas questões de interesse comum com vistas a promover esforços nestas áreas. Também reconheceram a importância do cumprimento das obrigações decorrentes dos tratados internacionais pertinentes.

Os dois países manifestaram a determinação de ativar a Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível estabelecida em 2006, em nível de Ministros das Relações Exteriores. A este respeito, os Ministros das Relações Exteriores decidiram estabelecer subcomitês sobre temas considerados essenciais, incluindo energia e cultura. A Comissão Conjunta Brasil-Turquia sobre Cooperação Econômica, Comercial e Industrial relatará seus resultados à Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível.

Além das reuniões da Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível, ambos os países reiteraram o desejo de manter consultas políticas regulares no nível de Secretário-Geral/Subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, e em outros níveis considerados adequados.

O Brasil e a Turquia também concordaram em estreitar as consultas em foros multilaterais. Nesse contexto, os dois países sublinharam a necessidade de avançar no processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a torná-lo mais eficaz e representativo, em particular por meio de mais ampla representação de países em desenvolvimento.

Ambos os países também destacaram a importância da iniciativa das Nações Unidas da Aliança de Civilizações, cujos Fóruns foram sediados por Espanha e Turquia, e cujo III Fórum será realizado no Brasil em maio, e comprometeram-se a trabalhar para promover o diálogo e a tolerância entre as culturas.

O Brasil expressou o seu total apoio para a criação do Mecanismo de Diálogo Político entre a Turquia e o MERCOSUL.

O Brasil também tomou conhecimento do interesse da Turquia em iniciar diálogo com o BRIC e o IBAS, manifestando sua intenção de explorar a possibilidade de facilitar esse diálogo.

A Turquia manifestou seu apoio ao estabelecimento de contatos mais estreitos entre o Brasil e a Organização da Conferência Islâmica (OCI).

O Brasil e a Turquia reiteraram sua convicção de que o sistema financeiro internacional deve contribuir para a manutenção de um ambiente que estimule o crescimento econômico sustentável, a erradicação da pobreza e a consecução das Metas do Milênio das Nações Unidas. Neste sentido, reafirmaram o seu compromisso com a reforma das instituições financeiras internacionais, de modo a permitir um aumento significativo na participação dos países em desenvolvimento em seus processos decisórios e a possibilitar uma execução mais rápida e tangível para os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento.

Considerando o seu papel efetivo em minimizar o impacto da crise econômica global, ambos os países expressaram total apoio ao processo do G-20, onde ambos são representados, e reiteraram a determinação em reforçar o papel deste fórum em temas econômicos globais.

O Brasil e a Turquia reafirmaram seu apoio ao sistema multilateral de comércio e concordaram em empregar esforços conjuntos e em manter o diálogo para que se alcance uma conclusão rápida e bem sucedida da Rodada de Doha da OMC. A Turquia apoia o papel de liderança exercido com efetividade pelo Brasil nesta Rodada.

II – Cooperação em comércio e investimentos

O Brasil e a Turquia reiteraram seu compromisso no sentido de ampliar e diversificar o comércio bilateral, de dinamizar os fluxos de investimentos diretos e de intensificar o diálogo sobre questões bilaterais de cunho econômico e comercial.

Ambos os países acolheram com satisfação a conclusão do Acordo de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira e buscarão concluir novos acordos que contribuam para o desenvolvimento do comércio e dos investimentos bilaterais.

Ambos os países manifestaram satisfação com o atual mecanismo da Comissão Conjunta Brasil-Turquia sobre Cooperação Econômica, Comercial e Industrial e decidiram realizar as reuniões da Comissão anualmente.

Considerando o crescente potencial de suas respectivas economias, o Brasil e a Turquia decidiram incentivar os setores públicos e privados a participar de “joint ventures”, respectivamente, no Brasil, na Turquia e em terceiros países. Ambos os países concordaram em fornecer todos os incentivos possíveis, a fim de facilitar este objetivo.

O Brasil e a Turquia, com base nos mesmos objetivos de promover a cooperação com os países africanos, decidiram compartilhar experiências e trabalhar em conjunto na região.

Os dois países concordaram em facilitar o intercâmbio de informações de maneira que ambos se beneficiem das oportunidades recíprocas de investimento. Nesse sentido, também concordaram em transferir alta tecnologia e em cooperar em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento.

Ambos os países comprometem-se a assinar o Memorando de Entendimento em Assuntos Sanitários e Fitossanitários Relacionados a Produtos de Origem Animal, Vegetal e outros Temas Agrícolas de Interesse Mútuo e, nesse marco, decidiram ampliar a cooperação nas áreas de agricultura, florestal, pecuária e de assuntos rurais.

O Brasil e a Turquia igualmente acordaram em cooperar no setor aeronáutico, incluindo relações comerciais, e em explorar as possibilidades do desenvolvimento e da produção de aeronaves e seus componentes.

O Brasil e a Turquia manifestaram a convicção da importância de dar continuidade às negociações do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Turquia, a fim de reforçar e promover as relações econômicas bilaterais. O Brasil e a Turquia manifestaram o seu total apoio a uma rápida conclusão dessas negociações.

III – Cooperação na área de energia

O Brasil e a Turquia reconheceram a necessidade crucial de trabalhar para se alcançar um abastecimento energético sustentável e confiável. Neste sentido, ambos os países manifestam satisfação sobre a cooperação em curso entre a Turkish Petroleum Corporation (TPAO) e a PETROBRAS no Mar Negro. Os dois países ressaltaram a determinação de desenvolver esta cooperação em outras áreas.

O Brasil e a Turquia concordaram em compartilhar suas experiências e conhecimentos na área de fontes renováveis de energia, incluindo usinas hidrelétricas e biocombustíveis.

Ambos os países concordaram em criar um “Subcomitê de Energia” no âmbito da Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível, que se reuniria regularmente com a participação das autoridades competentes dos dois países.

IV – Cooperação na área de biodiversidade

Ao reconhecerem a importância da Convenção sobre Diversidade Biológica como instrumento jurídico internacional capaz de conciliar a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a justa e equitativa repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, o Brasil e a Turquia compartilham o interesse de estabelecer um

regime internacional de acesso e repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais associados durante a X Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, em outubro de 2010, na cidade de Nagóia, Japão.

V – Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

O Brasil e a Turquia saúdam a aprovação de Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, no marco dos vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se no Brasil, em 2012, e ressaltam a importância de que a Rio+20 assegure o renovado compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avalie a implementação dos resultados das principais cúpulas sobre o tema e aborde desafios novos e emergentes, por meio de documento politicamente focado.

VI – Cooperação na área de defesa

O Brasil e a Turquia decidiram reforçar a cooperação na área de defesa com base nas disposições do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, assinado em 14 de agosto de 2003, particularmente no que diz respeito a visitas militares recíprocas e a treinamento militar.

Os dois países comprometeram-se a identificar áreas de interesse mútuo, com a finalidade de fortalecer a cooperação também em parcerias na indústria de defesa, na venda de equipamentos militares, na produção conjunta e na transferência de tecnologia.

Nesse sentido, ambos os países concordaram em estabelecer um Grupo de Trabalho Conjunto na área da Defesa.

O Brasil e a Turquia estão empenhados em aumentar a cooperação e a troca de experiência na área de aeronáutica, onde ambos têm comprovada competência.

VII – Enfrentamento ao crime organizado e prevenção do terrorismo

O Brasil e a Turquia estão convencidos de que o terrorismo, em todas as suas formas e manifestações, jamais poderá ser justificado em qualquer circunstância, tal como estipulado na Carta das Nações Unidas.

Portanto, o Brasil e a Turquia decidiram cooperar na prevenção e repressão do crime organizado e na ratificação e implementação dos instrumentos das Nações Unidas de enfrentamento do terrorismo.

Os dois países concordaram em cooperar para a conclusão da Convenção Global da ONU sobre o Terrorismo Internacional.

O Brasil e a Turquia concordaram em cooperar, inclusive em foros internacionais, no combate ao crime organizado e à corrupção, estabelecendo os padrões e normas internacionais pertinentes.

As autoridades competentes poderão consultar-se regularmente a fim de promover o intercâmbio de informações e boas práticas no enfrentamento a esses desafios globais.

VIII – Cooperação na área de ciência, inovação e alta tecnologia

O Brasil e a Turquia expressaram o desejo de estabelecer cooperação bilateral na área de Ciência, Tecnologia e Inovação e na troca de informações sobre alta tecnologia e nanotecnologia.

Os dois países decidiram preparar e assinar um Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, a ser adotado em momento de sua mútua conveniência. O Acordo será implementado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), pelo lado brasileiro, e pelo Conselho de Pesquisa Científica e Tecnológica da Turquia (TÜBİTAK), pelo lado turco.

IX – Cooperação na área educacional e cultural

Os dois países decidiram promover a cultura brasileira e turca, respectivamente, em cada um dos países. Eles observaram que os voos diretos da Turkish Airlines entre Istambul e São Paulo podem contribuir para este processo.

Ambos os países concordaram em incentivar os respectivos Ministérios da Cultura, instituições e empresas do setor privado a organizarem exposições de arte, feiras e outras atividades culturais nas principais cidades do Brasil e da Turquia.

Ambos os países enfatizaram o interesse recíproco em ampliar o intercâmbio cultural e educacional bilateral baseado na difusão cultural mútua em diversas áreas, com base no Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, assinado em 10 de abril de 1995.

Os dois países decidiram, também, que as relações acadêmicas devem ser reforçadas, mediante:

- programas de intercâmbio de estudantes, acadêmicos e pesquisadores, entre universidades dos dois países;
- a designação de um leitor turco em universidade brasileira e de um leitor brasileiro em universidade turca.

Os dois países concordaram que a Comissão Cultural Brasil-Turquia, prevista no referido acordo, deveria ser ativada, sem demora.

X – Implementação

Por ocasião das Consultas Políticas anuais a serem realizadas no nível de Ministro das Relações Exteriores ou de Secretário-Geral / Subsecretário do Ministro das Relações Exteriores, Brasil e Turquia farão balanço dos progressos alcançados na implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica. Ambos os países poderão decidir pelo estabelecimento de Grupos de Trabalho para monitorar a implementação em áreas específicas deste Plano de Ação.

Brasília, em 27 de maio de 2010.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA TURQUIA

Luiz Inácio Lula da Silva

Recep Tayyip Erdogan